

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Ana Paula Martins

**Educação para o trabalho no contexto libertário**

São Paulo

2010

ANA PAULA MARTINS

**Educação para o trabalho no contexto libertário**

Dissertação apresentada a Faculdade de  
Educação da Universidade de São Paulo  
para obtenção do título de Mestre em  
Educação

Área de Concentração : História da  
Educação e Historiografia

Orientadora: Profª Drª Cecília Hanna Mate

São Paulo

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

---

37(81) Martins, Ana Paula

M386e Educação para o trabalho no contexto libertário / Ana Paula Martins ;  
orientação Cecília Hanna Mate. São Paulo : s.n., 2010.

156p. : il.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área  
de Concentração : História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de  
Educação da Universidade de São Paulo.

1 . História da educação – Brasil – 1912-1931 2. Anarquismo - Educação 3.  
Ensino profissionalizante 4. Educação libertária 5. Prática de ensino I. Mate,  
Cecília Hanna, orient.

---

Nome: Ana Paula Martins

Título: Educação para o trabalho no contexto libertário

Dissertação apresentada a Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título de  
Mestre em Educação

Aprovada em:

**Banca Examinadora**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

A meus pais,  
por todo carinho e amor a mim dedicados.

## Agradecimentos

A escrita é solitária, mas este trabalho só existe hoje graças o apoio de muitas pessoas. Neste momento posso apenas dizer (bem alto!) muito obrigada.

À meus pais, que me ensinaram a querer e a lutar, agradeço por me darem amor, apoio e carinho incomensuráveis, e principalmente, por perdoarem todas as ausências.

À minha orientadora Cecília Hanna Mate, pela generosa dose de paciência, pelos conselhos, pelas conversas e pelo valioso auxílio em todo este árduo percurso. Obrigada! Obrigada mesmo!

À Carmen Silvy Vidigal obrigada por todo apoio dado durante a pesquisa.

Aos companheiros pesquisadores do Grupo de Estudo do Acervo João Penteado, agradeço pelos momentos de estudo e aprendizado, por partilharem comigo o interesse nesta trajetória escolar, por estarmos juntos desbravando papéis empoeirados até transformá-los em história. Em especial Luciana Eliza pelos laços acadêmicos e de amizade.

Aos parceiros do Gedispe, agradeço pelos momentos de estudo e por todos os pontos de interrogação que me deram. Procurar respostas me fez crescer.

Às amigas de sempre, cujo apoio não se deu no âmbito acadêmico, mas sem o qual eu não teria forças. Obrigada: Fabi, Samira, Érica, Bianca, Thais, Maíra e Camila.

Aos meus alunos da EMEF Educandário Dom Duarte, por todos os dias me desafiarem a continuar pensando numa educação transformadora.

## **A educação para o trabalho no contexto libertário**

### **Resumo:**

Este trabalho teve como objetivo levantar as práticas escolares realizadas na Escola Moderna nº1, aberta no ano de 1912 por um grupo de militantes anarquistas que visavam à organização de uma escola que seguisse os preceitos da educação racionalista. Gradativamente firmando-se como escola profissionalizante, alterando seu nome até chegar, em 1924, à denominação de Academia de Comércio Saldanha Marinho. O período compreendido por esta dissertação abrange os anos de – 1912 até 1931, ano da Reforma do Ensino Comercial realizada pelo governo federal. O levantamento de dados foi realizado no *Acervo João Penteado* – Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP, onde se localizam os documentos dessa experiência escolar. A pesquisa realizada em especial nos jornais escolares produzidos pelos professores e alunos da instituição, possibilitou o entendimento das práticas que se realizaram na escola, em especial nos cursos profissionalizantes. O levantamento de tais práticas, tanto no que se refere às atividades, como aos discursos que circulavam no ambiente escolar, permitiu uma caracterização dos cursos de formação profissional, evidenciando as várias estratégias de que a escola se utilizou para lançar mão do discurso educacional dominante, ao mesmo tempo em que preservava características da educação racionalista.

**Palavras-chave:** Anarquismo – Educação Libertária – História da Educação – Práticas escolares

## Work education in the libertarian context

### Abstract:

The aim of this work was to raise the practices held at “Escola Moderna nº1” created in 1912 by a group of anarchists who intended to organize a school that followed the precepts of rationalist education. Gradually established as a professional school, had its name changed several times until 1924, finally denominated as “Academia de Comércio Saldanha Marinho”. The period comprehended in this dissertation covers the years - 1912 through 1931, year of the Commercial Education’s reform undertaken by the federal government. The Data gathering took place at the *Acervo João Penteado* – Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP, where this school experience papers are stored. The research, especially based on the school journal produced by teachers and students of the institution, allowed the understanding of the practices that took place in the school, especially in the professional courses. The survey of such practices, activities and discourses that circulated in the school environment enabled a characterization of professional training courses, revealing several school’s strategies to use the dominant educational speech while preserving the characteristics of rationalist education.

Keywords: Anarchism - Libertarian Education - History of Education - School Practices



## **Lista de Ilustrações**

Todas as imagens encontram-se no Acervo João Penteadó

Figura 1 – João Penteadó ( 1877-1965). Sem data

Figura 2 – Boletim da Escola Moderna nº1 – 13/10/1919

Figura 3 – Quadro de datilografandos Escola Nova - 1922

Figura 4 – Alunos com João Penteadó na Escola Moderna nº1

Figura 5 - O Início de 19/08/1916

Figura 6 – O Início – Escola Nova - 20/12/1923

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1 – A educação libertária e o cenário educacional</b> .....	25
1.1 – A educação libertária .....	25
1.2 – Educação libertária no Brasil .....	37
1.3 - História da Escola .....	44
1.4 – A educação no âmbito dos grupos dominantes .....	53
<b>Capítulo 2- A Educação para o trabalho – constituição do ensino comercial</b> .....	62
<b>Capítulo 3- As práticas da escola</b> .....	81
3.1- Escola Moderna nº1 – Os primórdios do ensino comercial .....	81
3. 2 – Escola Nova - .....	103
3.3 – Academia de Comércio Saldanha Marinho .....	121
<b>Considerações Finais</b> .....	148
<b>Referências</b> .....	151

## **Introdução**

Este trabalho teve como objetivo levantar as práticas educacionais realizadas na Escola Moderna nº1, Escola Nova e Academia de Comércio Saldanha Marinho entre os anos de 1912 e 1931, especificamente as que envolveram os alunos dos cursos comerciais. As três denominações referem-se a uma única instituição, dirigida durante todo este período pelo educador e militante anarquista João Penteado. O recorte cronológico foi delimitado pela fundação da escola, em 1912, e pelo ano de Reforma do Ensino Comercial, em 1931, realizada por Francisco Campos, ministro da Educação. Assim compreendemos que é possível traçar um perfil da instituição como formadora de trabalhadores do setor terciário.

A pesquisa foi realizada no Acervo João Penteado, sob a guarda do Centro de Memória da Educação, FE-USP. Esse acervo começou a ser formado em 2005 quando os herdeiros de João Penteado, a Sra. Marli Alpharano – sobrinha-neta – e Álvaro Alpharano, seu esposo, doaram a documentação da escola aos cuidados do Centro Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP – CME/FEUSP.<sup>1</sup>

Graças à minha participação como bolsista de iniciação científica no CME, pude acompanhar quase todos os processos de formação do acervo, vivenciando os diversos recolhimentos e demais etapas necessárias para a constituição da documentação em acervo. As questões que motivaram a elaboração do projeto de mestrado surgiram durante este processo.

Esta vivência refletiu-se também no trabalho escrito e, por isso, a reflexão sobre arquivo parece, por vezes, ocupar lugar de objeto e não de fonte para a pesquisa. Isso possivelmente advém do fato de que as questões desta pesquisa surgiram do e no contato com os documentos. Decorre deste fato, o questionamento presente no trabalho sobre a produção do conhecimento em história da educação por meio deste tipo de pesquisa.

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi realizada a partir do projeto financiado pelo CNPq “Pesquisa sobre a Educação e Cultura Anarquistas em São Paulo: o arquivo João Penteado” coordenado pela Profa. Carmem S.V. de Moraes e com a participação das Profas. Cecilia Hanna Mate e Dóris Accioly e Silva – todas docentes da FEUSP.

A experiência possibilitou o entendimento a respeito da formação dos arquivos, dos gestos de separação e seleção que transformam um arquivo em arquivo histórico. A este respeito Certeau afirma que,

a história começa com gestos de separação, reunião e transformação em “documento” de certos objetos que ganham nova distribuição num certo espaço. O trabalho do pesquisador começa quando a partir do campo já produzido, opera novos recortes, alocações e redistribuição dos documentos a partir das ações que visa estabelecer com suas fontes e criar a configuração de um espaço específico de investigação, a partir de uma redefinição epistemológica que inclui os trabalhos com os conceitos e o tratamento e a interpretação documental. (CERTEAU, apud Carvalho e Nunes, 1993:33)

Se a forma como os arquivos são organizados influencia a maneira como se produz o conhecimento histórico por meio desta documentação, a participação no processo de constituição do acervo foi de fundamental importância para uma leitura mais acurada do acervo enquanto construção.

Os documentos recebidos pelo CME passaram por um processo de seleção e descarte, sendo que muitos foram eliminados neste processo, ficando aqueles considerados importantes para a caracterização da instituição. Os que permaneceram passaram pelos processos de higienização, acondicionamento, referência e notação tornando possível a localização dos documentos, a elaboração do inventário e a inserção das informações em bases de dados. No entanto, somente a organização do acervo não é suficiente. Diana Vidal, ao analisar as colocações de Pierre Nora<sup>2</sup>, lembra que os arquivos

devem-se constituir em lugares de memória, investidos de sentidos material, funcional e simbólico. Locais, portanto, que permitam, além das condições de guarda física do documento, o tratamento técnico e a organização da informação, bem como criem oportunidade para compreender o passado nas múltiplas relações (semelhança e diferença) que estabelece com o presente (Vidal, 2004).

É esta compreensão do passado que busca a pesquisa histórica, sendo importante para tanto a reflexão sobre os arquivos escolares, as fontes e a História da Educação. Para interpretar os documentos é necessário primeiramente entendê-los como

---

<sup>2</sup> Para Pierre Nora (1993, p. 15), "*Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio*". (apud Vidal, 2004)

constituintes de um arquivo e, portanto, percebê-los como uma seleção. Ou seja, perceber o arquivo pesquisado também como uma construção.

Hoje o Acervo João Penteado é constituído de séries documentais acumuladas no estabelecimento ao longo de quase 50 anos – 1912 a 1961. Encontra-se dividido em Arquivo Pessoal – que contém os manuscritos, fotos e recortes de João Penteado – e o Arquivo Institucional; os fundos deste arquivo são denominados de acordo com os diferentes nomes que a escola teve ao longo de sua história: Escola Moderna nº 1 (1912-1919); Escola Nova (1920-1923); Academia de Comércio Saldanha Marinho (1924-1943); Escola Técnica de Comércio Saldanha Marinho (1944-1947); Ginásio e Escola Técnica Saldanha Marinho (1948-1961).

Majoritariamente a pesquisa se realizou no Arquivo Institucional, composto por jornais escolares, livros atas, livros de matrícula, listagem de alunos e documentação administrativa de forma geral. No entanto, a respeito do período estudado, a documentação é consideravelmente menor do que em outros períodos. Por esta razão a pesquisa se concentrou nos jornais escolares, que permitiram acompanhar a escola durante todo o recorte cronológico escolhido.

Os jornais escolares são fontes de extrema importância não apenas para esta pesquisa como para a história da educação. Produzido pelos alunos, professores e pela direção da escola, eles contêm exercícios de descrição, textos dos alunos sobre seu cotidiano, textos dos professores e diretores a respeito de educação e sobre a escola, entre outros temas. Diferente da maioria dos arquivos escolares que não possui registros produzidos pelos alunos, esta documentação possibilita-nos o acesso a informações sobre as atividades realizadas no interior da escola, seus eventos, práticas e também com relação à concepção de educação que circulava naquele espaço.

Documentos desse tipo são raros em arquivos pois, por estar intimamente ligada à tentativa de controle por parte do Estado, a maioria da documentação escolar e, conseqüentemente, dos arquivos escolares, contém documentos produzidos em obediência à legislação, privilegiando-se a permanência nos arquivos da documentação de valor probatório. A pesquisa no Acervo João Penteado facilita o entendimento dessa relação documentação/controlado visto que os primeiros livros de matrícula e de atas começam a aparecer no ano de 1928, quando a escola passa a ser fiscalizada pelo

inspetor federal. O número de documentos existente em cada período da escola é extremamente variável, sendo que a respeito de sua primeira fase (1912-1919) restaram apenas os jornais escolares. Entretanto, a variação nos números dos documentos no decorrer do tempo não diminui de forma alguma a importância do acervo, que contém materiais inéditos a respeito da educação libertária.

Deve-se ressaltar que a importância deste acervo para a pesquisa em Educação Libertária é inestimável, visto que proporciona a produção de conhecimento histórico inédito a respeito de uma das mais importantes iniciativas educacionais anarquistas. Esse conjunto documental – o arquivo escolar e o arquivo pessoal do educador – também permite: entender como se configurou o projeto e como se realizou sua continuidade após intervenção do Estado nos anos de 1920; e prosseguir os estudos realizados a fim de problematizar alguns conceitos e interpretações até agora aceitos na análise histórica e na historiografia educacional (MORAES, 2007).

A variação no número de documentos e a relativa escassez da primeira fase podem ser explicadas por duas razões. Em primeiro lugar, como já apontado, a produção de alguns documentos obedece à legislação e fiscalização escolar, que só se iniciam em 1928.

Outra razão, segundo Kassic, é que

Essa precariedade de registros deveu-se à necessidade dos militantes anarquistas, do final do século passado e início deste de não deixar pistas que pudessem comprometer o movimento mais amplo de organização dos trabalhadores na luta contra o Estado e suas instituições opressoras (KASSIC, 1997:21)

A pesquisa partiu das seguintes questões iniciais: Qual a razão da escolha da direção da escola pelos cursos comerciais? Continuará a escola com práticas libertárias mesmo depois da intervenção governamental? Porém, com o tempo e com o amadurecimento das questões, tornou-se pertinente entender: que práticas eram realizadas e como estas poderiam caracterizar a instituição? A caracterização da escola é importante, pois no período pesquisado a legislação sobre o ensino comercial ainda não era tão centralizadora e, por isso, possibilita entender como se realizava o ensino comercial durante um período de maior liberdade de atuação.

Tal caracterização parte do entendimento de que a escola não é apenas um espaço de reprodução de discursos e influências externas, que a intencionalidade educacional se efetiva em práticas específicas do espaço educativo e que os materiais do arquivo são investigados como suporte dessas práticas.

A documentação administrativa foi entendida como suporte das estratégias governamentais de controle da educação e também como suporte das táticas da escola, na medida em que nela também é possível encontrar pequenas subversões.

A investigação nos jornais foi realizada buscando diversos níveis de informação nos textos. Primeiramente, os eventos e atividades realizadas com os alunos, procurando assim compreender como se efetiva a proposta educacional, tanto na fase deliberadamente anarquista da escola como nos períodos posteriores, procurando assim estabelecer diferenças, continuidades e rupturas nas práticas da escola.

Após esse primeiro momento buscou-se na documentação os indícios da ação dos indivíduos atuantes nesse espaço, os discursos que circulavam no espaço escolar, as relações estabelecidas entre eles e os objetos que circulavam no interior das escolas procurando esmiuçar traços de suas práticas (formais e, na medida do possível, informais), pois a documentação pode ajudar a perceber tanto a modelação das práticas escolares (da escola pelo Estado, dos alunos e professores pela escola) quanto as ações subvertedoras. Visamos, com tal investigação, caracterizar a instituição e especificamente os cursos profissionais oferecidos por ela, entendendo que o curso não é composto apenas por sua grade curricular, mas também pelas vivências proporcionadas pela escola, como pelos saberes que por ela circulavam.

É de fundamental importância que o pesquisador tenha consciência de como se constitui seu objeto de estudo. A produção de conhecimento histórico por meio do Acervo João Penteadó é condicionada a diversos fatores, tais como: a necessidade de registro da escola, de controle por parte do Estado, de uma legislação sobre guarda e descarte e de uma seleção operada no Centro de Memória da Educação. Esses elementos acabam por ser determinantes na operação historiográfica e estão situados na linha divisória entre o que é possível ou não saber, dizer e interpretar sobre a experiência das instituições escolares pesquisadas.

Partindo dessas reflexões, a documentação tem sido pesquisada de forma a buscar nos documentos possíveis traços da atuação dos indivíduos no espaço escolar, investigando pistas de suas práticas, buscando também compreender o papel que os documentos desempenharam no momento de sua produção e circulação.

A produção da história não seria uma reprodução do real mesmo que o arquivo estivesse completo e que todos os papéis criados pela escola estivessem armazenados. Admitindo que a história é um discurso construído, sua construção obedecerá a uma determinada forma de entender a história e o caráter fragmentário do arquivo escolar, e também dependerá do tipo de questionamento e do problema que motiva a pesquisa no arquivo.

Embora partindo do pressuposto de que o historiador lida com existências reais, estas existências chegam até nós de forma fragmentária e mediada pelos discursos que, por sua vez, são produtos de um lugar de sujeito que emergiu nas lutas de poder. Embora saibamos que nossos personagens fizeram parte de uma realidade, esta nos chega através de palavras que remetem a gestos, ações, resistências, exercício de poder, emoções e práticas. (ALBUQUERQUE JR, 2007: 145)

É apenas partindo do entendimento da forma como esses fragmentos de existência chegaram até nós que podemos iniciar a tentativa de interpretar essas existências, compreendendo-as como constitutivas de uma experiência.

Ao buscar na documentação a maneira como os sujeitos atuavam na escola, os aportes teóricos de Michel de Certeau foram importantes. Esse autor propõe um estudo e análise sobre as práticas cotidianas, de modo que pudemos utilizá-lo para refletir a respeito das práticas educativas e culturais realizadas pela escola.

No livro *A Invenção do cotidiano*, Certeau propõe formas de análise para pensarmos sobre as práticas não discursivas ocorridas no cotidiano da sociedade. Partindo do pressuposto de que os “usuários” da cultura realizam suas operações não de forma passiva, entregues à disciplina, o autor apresenta uma análise polemológica da cultura, visto que deve se entender a relação dos procedimentos com os campos de força onde intervêm. Seguindo suas propostas, não basta apenas investigar quais práticas eram realizadas, mas se faz necessário aprofundar e buscar entender como elas eram efetivadas pelos sujeitos, como estes se apropriam do material que lhes é imposto.



Para o entendimento das práticas ele sugere como ferramenta analítica os conceitos de estratégia e tática. A estratégia é definida como cálculo ou manipulação das relações de força possíveis no momento que se tem um sujeito de vontade ou de poder e a tática, como a manipulação da força, quando não se tem lugar próprio (CERTEAU, 1985:15-16), tratando-se da arte do fraco, que “tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário” (CERTEAU, 1994: 101). Acreditamos que estes conceitos são importantes referências para começar a refletir sobre a forma como a escola realizava as práticas entre momentos de autonomia escolar e de intervenção estatal.

Escritores marxistas, na linha da história social da cultura, proporcionaram a chave interpretativa para a compreensão da ação dos anarquistas enquanto grupo social, mais especificamente como membros de uma classe social.

A aproximação com o marxismo explica-se pelo fato de que o anarquismo desenvolveu-se dentro de um contexto de luta de classes, no qual os sujeitos históricos posicionaram-se em uma determinada classe social e elaboraram suas idéias em oposição à outra classe (a burguesa no caso). Os teóricos do anarquismo foram em grande parte contemporâneos de Marx e tinham algumas concepções em comum (apesar da célebre briga entre Marx e Bakunin), origem que marca a produção sobre a história do anarquismo até hoje<sup>3</sup>.

Na direção do marxismo encontramos autores que levam sim em consideração os aspectos materiais em conjunto com manifestações culturais, como o pesquisador Francisco Foot Hardman, que afirma que

as questões relativas à organização partidária do proletariado devem estar determinadas pela situação concreta da experiência real do movimento operário, considerando suas formas de luta e manifestações, lideranças e ideologias. (HARDMAN, 2004: 301)

Para o entendimento de classes sociais utilizamo-nos dos conceitos de classe e experiência de E. P. Thompson. Esse historiador inglês define classe como um

---

<sup>3</sup> O rompimento entre Bakunin e Marx e, conseqüentemente, entre anarquistas e socialistas deve-se à discordância sobre o papel do Estado. Os anarquistas acreditam que o socialismo propõe a substituição de uma forma de autoridade por outra, sendo que a revolução não favoreceria a emancipação dos indivíduos; para os anarquistas o objetivo da revolução social é a abolição do Estado e a não substituição do Estado Burguês pelo Estado Proletário.

fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Algo que ocorre efetivamente nas relações humanas. (THOMPSON, 1989:9)

A leitura deste autor foi muito profícua. Em seu clássico *A formação da classe operária Inglesa* ele nos propõe que a classe não deve ser entendida apenas como um resultado imediato das condições de dominação socioeconômicas, mas sim, como a maneira como estes sujeitos respondem a essa situação. Acho também válido tratar do conceito de experiência de classe, que nas palavras de Thompson:

A classe acontece quando alguns homens e mulheres, como resultado de experiências comuns (herdados ou partilhados) sentem e articulam identidades de interesses entre si e, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) aos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.(THOMPSON, 1987: 10)

Estas noções são significativas para pensar a experiência da Escola Moderna nº1, Escola Nova e Academia de Comércio Saldanha Marinho. Acreditamos que a formação da escola libertária e sua continuidade constituem-se como uma experiência de classe, uma resposta do movimento anarquista à situação vivida pelo operariado. No entanto, é importante afirmar que o conceito de classe torna-se ferramenta de análise:

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação da classe em um certo “estágio” do processo. Em uma análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível geralmente de redundar em perigo dada sua tendência em direção a uma estase conceitual. Na história nenhuma formação de classe é mais autêntica ou mais real do que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente (THOMPSON: 2001, 277)

A idéia de experiência usada por Thompson traz à tona a questão de como as classes traduzem sua consciência em manifestações culturais, portanto, entender como elas ocorriam na escola significa compreender como o grupo responsável pelas práticas educativas traduzia ali suas experiências de classe e de movimento. O movimento anarquista se caracteriza por uma luta política e cultural à medida que realizava a

construção de uma visão de mundo distinta e elaborada a partir de experiência concreta de classe, a superação da ideologia dominante deveria dar-se no contexto da vida cotidiana (HARDMAN, 2004:307). Devido a isso, há uma grande atenção do movimento para o campo da moral e do comportamento; recomendavam que as pessoas não bebessem, não freqüentassem quaisquer festas, proibiam o futebol e mesmo os bailes, que só passaram a ser aceitos na medida em que se mostraram excelentes formas de festa-propaganda.

Muitos autores que se dedicam ao tema da educação libertária afirmam que o movimento, pela recusa da pátria e do patrão, buscava de certa forma uma auto-suficiência filosófica e estética. A escola deveria cumprir o papel de fornecer bases científicas para o desenvolvimento desta auto-suficiência, por isso era vista como lócus privilegiado para o aprimoramento da cultura como uma ação direta, um instrumento de luta contra a opressão advinda do Estado burguês, que visava o homem que, consciente, lutaria pela emancipação.

As proposições de Thompson e Certeau foram importantes para que a documentação fosse perquirida de maneira a entender: como os anseios e a experiência do movimento foram traduzidos em práticas educativas; como os usuários colocaram em prática as propostas culturais; e como se apropriaram dos mecanismos da educação libertária e dos debates educacionais que aconteciam em seu entorno.

A atenção aos arquivos escolares faz parte da transformação metodológica pela qual a história da educação tem passado desde a década de 90. Tal mudança na investigação colaborou para ampla produção de bibliografia sobre os arquivos, sobre as novas fontes e sobre a problematização necessária a esta inovação, pois a mudança concretiza-se numa nova postura diante das fontes

O trabalho a ser realizado, a partir da escolha feita, exige que se persigam o sujeito da produção, as injunções na produção, as intervenções, isto é as modificações sofridas e destinatários deste material (LOPES e GALVÃO, 2001:81)

É importante que tanto os jornais como os outros documentos sejam compreendidos não apenas como vestígio da ação humana no passado, devendo haver uma reflexão sobre o papel que estes documentos tiveram em seu contexto de produção

e de circulação. Deste modo, a análise dos jornais levou em consideração que a produção destes acontecia como atividade escolar.

Os alunos produziam os textos tendo conhecimento de que eles poderiam ser publicados nos jornais e que ganhariam circulação extraclasse, portanto, sua escrita estava condicionada a esses fatores e não era apenas um espontâneo relato; o aluno não escreveria nada que eventualmente fosse contrário aos valores da escola. Consideremos também que a seleção era realizada pela direção da escola e que o jornal refletiria de alguma maneira a forma como a escola se representava e desejava ser vista. O jornal circulava fora da escola, servia de propaganda, de “demonstração aos pais” do funcionamento da escola e em sua primeira fase também era lido pelo movimento anarquista numa espécie de divulgação dos resultados. Desse modo, pode-se imaginar que eventuais aspectos negativos como broncas, brigas, desentendimentos e desinteresses eram excluídos das narrativas. Já em relação à documentação administrativa, devemos lembrar que sua produção se dá por interesses externos à escola, em obediência à legislação e escritos, levando-se em consideração a fiscalização federal que tinha como compromisso a verificação dos registros escolares.

\*\*\*

As produções acadêmicas sobre educação libertária começaram a ganhar fôlego depois da publicação do artigo *Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária* de autoria de Mauricio Tragtenberg, em 1978, publicado na revista *Educação e Sociedade*. O interesse pela temática aconteceu no momento em que atuação política dos trabalhadores ganha força nos debates das ciências humanas, devido ao movimento dos trabalhadores no ABC, à abertura política e à conseqüente fundação do PT. A busca pelo entendimento da atuação política dos trabalhadores no Brasil logo levou historiadores e outros pesquisadores a redescobrirem os anarquistas.

No âmbito das pesquisas acadêmicas, a década de 80 foi marcada por um forte desejo de trazer à tona movimentos que foram silenciados pela história, até então escrita pela ótica dos vencedores. A historiografia assistiu a uma explosão de produções sobre os “vencidos”, historiadores tentaram dar voz àqueles que, dentro das relações de poder, não puderam registrar a sua história. A obra de Edgar de Decca, importante marco deste

movimento, “faz do insucesso político uma questão”, e com isso lança o estopim àqueles que buscavam dar espaço aos discursos suprimidos na academia (DECCA:1988).

É nesse movimento que surge a produção a respeito da educação libertária, que pode, entretanto, ser considerada pequena em relação a outros temas envolvendo os movimentos dos trabalhadores, tal como as greves, as propostas de sociedade, as organizações e movimentos mais específicos.

No tocante a história da educação, a produção não é muito grande. Quando realizamos pesquisa em índices de anais de encontros e revistas, ligados à história da educação, ainda são minoria as pesquisas que focam iniciativas educacionais que não são do Estado.

Em relação aos manuais de história da educação, poucos são aqueles que dedicam espaços para experiências pedagógicas anarquistas e também de socialistas, de imigrantes, de negros etc. Essas experiências encontram, em algumas obras, espaços numa parte dedicada às iniciativas não estatais. A produção historiográfica confirma muitas vezes o Estado como único agente histórico capaz de prover a Educação (MORAES, 2007:17), certamente influenciado pelo fato de que a memória da história da educação foi produzida pelos por aqueles considerados renovadores da educação . Segundo Marilena Chauí, este tipo de interpretação advém do fato de que o Estado seria o sujeito histórico do Brasil, nascido do vazio político deixado pelas classes dominantes sem projeto político, classe operária imatura e sem organização o suficiente, classe média urbana de difícil definição histórica de práticas fragmentadas (CHAUI, 1978).

Todavia devemos considerar que a renovação teórico-metodológica que tem sido operada no campo da história da educação tem colaborado para uma renovação nos temas pesquisados e, com isso, cresce o número de pesquisas dedicadas a outras iniciativas educacionais.

Na produção da educação libertária destaca-se em primeiro lugar Flávio Luizetto. O autor publicou um artigo inicial em 1982 e, em 1984, defendeu sua tese de doutorado intitulada: *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920*. Na obra, aborda a educação e literatura como

ferramentas do movimento anarquista no início do século XX, centralizando suas pesquisas na difusão do ideário anarquista, inclusive em meios não operários.

Francisco Foot Hardman, importante para o estudo do tema graças a seu livro *Nem Pátria Nem Patrão!*, lançado em 1983 e revisto para publicação em 2004, é referência no assunto pois aborda as práticas culturais anarquistas, tendo elaborado importantes conceitos para o estudo do tema, como estratégia do desterro e auto-exílio da cultura operária, afirmando que o movimento defendia para si auto-suficiência filosófica e estética.

O pesquisador Silvio Gallo em *Pedagogia libertária – anarquistas, anarquismos e educação* lançado em 2007 aborda os aspectos da Educação Libertária pela ótica da filosofia, buscando seus paradigmas para a reflexão de sua execução na atualidade. Na verdade o autor já vinha pesquisando sobre o assunto desde 1995 quando publica *Pedagogia do risco – experiências anarquistas em educação*.

A partir destes trabalhos existe atualmente um número razoável de pesquisas de mestrado e doutorado sobre o tema das quais destacamos:

- Célia Giglio – *Voz do trabalhador: sementes para uma nova sociedade*, dissertação de mestrado defendida em 1995 que apresenta o resultado da pesquisa no jornal a Voz do Trabalhador sobre o tema da educação. Parte da concepção de que as escolas eram manifestações de identidade operária na Primeira República.
- Marinice Fortunato – *Uma experiência educacional de auto-gestão: A Escola Moderna nº1*. A dissertação de mestrado, defendida em 1992, aborda a forma como a morte de Ferrer aglutinou liberais, anticlericais, intelectuais, jornalistas, republicanos, maçons, espíritas e o movimento operário na causa educacional
- Regina Célia M. Jomini – *Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*, de 1990. A autora estudou a gênese da Escola Moderna no Brasil, entendendo a fundação da escola como resposta a uma situação concreta de carência de oportunidades educacionais para os trabalhadores.

- Tatiana M. Calsavara – *Práticas da educação libertária no Brasil: a experiência da escola moderna em São Paulo*. Dissertação de mestrado de 2004, que trata da Escola Moderna nº1, e das relações entre a imprensa operária e educação.
- Fernando Antônio Peres – *Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República*, também de 2004. Pesquisa a estratégia dos grupos anarquistas para inserção no campo educacional. Utiliza a proposta de estratégia de aproximação para tratar o modo como os anarquistas entraram em diálogo com outros grupos. Recentemente defendeu seu doutorado, *Revisitando a trajetória de João Penteadado: o discreto transgressor de limites. São Paulo, 1890-1940*, uma pesquisa sobre João Penteadado, abordando suas diversas faces: militante, educador, espírita e escritor.
- Olga Fregoni – *Educação e resistência anarquista em São Paulo: a sobrevivência das práticas da educação libertária na Academia de Comércio Saldanha Marinho (1920-1945)*, 2007. A pesquisa busca traços da continuidade do ensino racionalista entre os anos de 1920 e 1945.
- Luciana Eliza dos Santos – *A trajetória anarquista do educador João Penteadado: leituras sobre educação, cultura e sociedade*. Dissertação de mestrado defendida em 2009. A pesquisa aborda a trajetória social de João Penteadado, baseada principalmente em sua produção literária.

Este trabalho pretende contribuir com a produção sobre a educação libertária, mais especificamente sobre a Escola Moderna nº1, ao tratar da caracterização da escola e dos cursos profissionais ainda pouco explorados nas pesquisas sobre a instituição, bem como o período posterior a 1919 que apenas recentemente pôde ser pesquisado.

Ao procurar abordar todas as práticas referenciadas na documentação, este trabalho incorre no risco de não se aprofundar em determinadas práticas com a atenção que cada uma delas mereceria.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, apresentamos a constituição da escola pesquisada no contexto da educação libertária, de seu surgimento na Europa até sua chegada no Brasil e a significação da educação em meios anarquistas, contexto educacional no qual a instituição é inaugurada, fechada e reaberta.

No segundo capítulo abordamos o contexto do ensino profissional no Brasil, a organização dos cursos comerciais e como a instituição pesquisada os organizou.

No terceiro e último capítulo, tratamos das práticas educacionais realizadas na escola de acordo com a documentação pesquisada.



## Capítulo 1 - A Educação libertária e o cenário educacional

### 1.1 A educação libertária

Entender como se organizaram as práticas educativas da Escola Moderna nº1 e das instituições que lhe deram seqüência só é possível com o entendimento da educação libertária como ação direta do anarquismo, assim como o contexto histórico e educacional no qual a escola se insere.

A educação é sempre pensada dentro de determinadas visões de mundo nas quais são elaboradas concepções a respeito da sociedade e dos papéis que os sujeitos exercem dentro dela. A educação libertária é elaborada sob uma determinada visão de mundo: o anarquismo.

Segundo Edgar Rodrigues, o anarquismo é uma filosofia que visa a uma nova ordem social

baseada na liberdade plena na qual produção, consumo e educação devem satisfazer as necessidades de todos e de cada um. Propõe substituir a organização classista, hierárquica e o poder central obrigatório pela associação voluntária, pelo livre acordo, espontaneamente firmado e eternamente dissolúvel. (RODRIGUES, 1985:23)

O autor define movimento anarquista como a ação de grupos anarquistas, em conjunto ou separadamente, que se opõem e combatem o capitalismo, almejando a derrocada do Estado e a reconstrução de uma nova ordem social descentralizada, na qual um homem equivale a um homem com direitos e deveres iguais a todos os outros (RODRIGUES, 1985:23). Tais definições são importantes, pois a educação libertária deve ser entendida como ferramenta desenvolvida pelos movimentos anarquistas como meio para se atingir a revolução social que culminaria num modo de vida anárquico.

Ainda de acordo com Rodrigues, antes do século XIX já existiam autores que pregavam uma sociedade sem autoridades, no entanto é neste século que o anarquismo surge enquanto movimento que visa transformar a sociedade através de métodos coletivos (RODRIGUES, 1988: 21).

A palavra anarquia tem origem no grego: *an*, não, *arkê*, governo, o que equivale à ausência de governo constituído, sendo que a gestão da sociedade deve ser fruto dela própria. O termo freqüentemente tem seu sentido associado à bagunça, quando na verdade expressa uma ordem que se realiza pelo envolvimento de todos, sem um governo que a organize. Os teóricos anarquistas assumiram diversas perspectivas, que resultaram em inúmeras correntes, portanto não se pode dizer que existe anarquismo, no singular; entretanto em linhas gerais todas as correntes são marcadas pela atitude de negação da autoridade e afirmação da liberdade.

O desenvolvimento teórico do anarquismo aconteceu na Europa em cidades que se encontravam em fases pré-industriais e industriais, onde já se podia facilmente perceber, por observação ou por vivência, o quadro de exploração ao qual estava submetido o trabalhador urbano. Seus mais importantes teóricos são Joseph Proudhon, Bakunin e Kropotkin, que desenvolveram os principais conceitos utilizados pelo anarquismo até os dias de hoje. Contemporaneamente ao desenvolvimento do anarquismo em âmbito teórico, houve a formação do anarquismo enquanto movimento que se define por ser a ação de grupos anarquistas, em conjunto ou separadamente, composto por células orgânicas, comunas, grupos, centros de estudos, uniões e federações.

O movimento anarquista não é exclusivamente uma organização de operários para operários, é ação de indivíduos que se opõem e dão combate ao capitalismo, almejando a derrocada do Estado e a reconstrução de uma Nova Ordem Social, descentralizada horizontalmente, autogestionária. (RODRIGUES, 1999:54)

Mais do que uma atitude política, podemos afirmar que o anarquismo envolve todo um modo de ser e de viver; as discussões e propostas dos movimentos anarquistas apresentam concepções sobre família, papel da mulher, moral, trabalho e outros aspectos da vida que exigiam do militante uma atitude condizente com as concepções do movimento. Valorizam a ação direta, a solidariedade e a autogestão. Segundo Nildo Avelino, o anarquismo deve ser enxergado:

(...) não apenas como uma teoria ou como um sistema de conceitos, mas como um modo de existir, quer dizer, uma visão de mundo que corresponde a uma maneira de viver, a uma opção existencial que exige uma mudança total ou parcial da vida, uma conversão de seu ser e a um desejo de ser e viver de uma certa maneira; neste sentido, o indivíduo é levado a problematizar-se, a modificar seu ser e a colocar-

se em constante vigia de si mesmo. Veremos o anarquismo não um “despertar da razão”, no sentido iluminista do termo, mas uma revolta íntima e profunda contra um estado de coisas, a negação de uma realidade histórica dá origem a um sistema conceitual onde a mola é a rebelião do indivíduo. (AVELINO, 2004:19)

Isso porque, de acordo com os anarquistas<sup>4</sup>, o poder a ser combatido não era apenas o institucional e “por isso desenvolvem uma intensa atividade de crítica da cultura e das instituições e formulam todo um projeto de mudança social que engloba os pequenos territórios da vida cotidiana” (RAGO, 1985:14).

Dentre os territórios a serem transformados está a educação. Para chegar a uma sociedade sem Estado os anarquistas entendiam que a educação era um instrumento significativo de estímulo ao livre pensamento, sem o qual seria difícil haver mudanças radicais na sociedade. Segundo as palavras de Bakunin<sup>5</sup> a educação faz parte da ação revolucionária e, caso houvesse uma revolução, a população não poderia estar ainda presa a antigos valores, além do que

A ignorância impede sobretudo o povo de tomar consciência da solidariedade universal que é a sua imensa força numérica; ela impede-o de unir-se de organizar a revolta contra o roubo e a opressão organizados contra o Estado (BAKUNIN, 2009:44)

Nas cidades onde a atuação anarquista foi significativa, tanto na Europa como no Brasil, houve a criação de centros de leitura, bibliotecas, escolas e clubes instrutivos que visavam educar a classe operária dentro dos ideais ácratos. A educação libertária faz parte de um entendimento de que as transformações sociais deveriam ocorrer juntamente com a transformação das relações existentes entre os homens, sendo necessário eliminar o ranço do autoritarismo. Por isso criar espaços voltados para leitura, discussão e reflexão a fim de proporcionar o brotar de uma nova mentalidade foi sempre preocupação de seus militantes. A educação, desse modo, era por si só um ato revolucionário ao corroborar para a formação de uma consciência anárquica.

Os teóricos anarquistas entendiam que a existência da dominação de ordem econômica acontecia devido ao fato de os trabalhadores possuírem apenas a sua força de trabalho para vender. Essa dominação, no entanto, também decorria do fato de que os

---

<sup>4</sup> Também denominados ácratas ou libertários.

<sup>5</sup> Mikhail Aleksandrovitch Bakuni, foi um dos principais expoentes do anarquismo no século XIX. Nascido numa família nobre na Rússia, passou a ter contato com idéias radicais por volta de 1890 e se mudou para Europa em 1842. Lá conheceu outros pensadores dos movimentos de oposição ao capitalismo, como Prudhon e Marx.

trabalhadores não dispunham de meios para ter acesso ao conhecimento científico, muito menos a uma educação que lhes proporcionasse consciência e emancipação. Por isso acreditavam na importância de oferecer o saber como uma maneira de lutar contra a estrutura de poder. Não se trata, obviamente, de reproduzir a escola burguesa, “trata-se de educar um homem comprometido não com a manutenção da sociedade de exploração, mas sim com o engajamento na luta e na construção de uma nova sociedade (GALLO, 2007:25).

A importância da educação para o movimento anarquista é perceptível no posicionamento dos escritores a esse respeito. Para Bakunin, por exemplo, a educação para o trabalho devia proporcionar a possibilidade de expressar-se de forma criativa e útil não só a si mesmo, mas também para toda a coletividade. Para ele, a educação estava relacionada à emancipação social e política, que se daria pela aquisição do conhecimento científico, teórico, industrial e prático, além do da natureza. Criticava o fato de que os progressos da ciência serviam apenas com o objetivo de manter o operariado numa relativa ignorância, pelo fato de que eram ministrados dois tipos de ensino: um à elite e outro às massas. No entanto, a questão não estava apenas nos conteúdos ensinados, mas no modo de educação oferecido pelo Estado, que educava para a obediência. Nos escritos de Bakunin aparece como fundamental a educação racional para a eliminação da autoridade rumo à liberdade. Por isso a “educação está relacionada à emancipação social e política” visando à satisfação de todos os membros da sociedade e não apenas de um pequeno extrato (TOMASI, 1988:116 e segs.).

É verdade, a instrução é uma força; e por mais deficiente, superficial, deformada que seja aquela de nossas altas classes, é inegável que, com outros fatores, ela permite à minoria privilegiada conservar em suas mãos o poder. (BAKUNIN, 2009: 39)

A proposta da educação libertária é permitir que esta força seja utilizada em função dos trabalhadores visando à emancipação, à autonomia e à supressão da dominação, instrumentalizando os membros da sociedade para regular sua vida e convivência social.

A educação libertária é herdeira das idéias iluministas de Jean Jacques Rousseau que concebe o homem como um ser bom por natureza que é corrompido pela sociedade, por isso os libertários crêem que “são as instituições arbitrárias que deformam e atrofiam suas tendências cooperativas” (WOODCOOK, 1981:19), sendo, portanto,

necessária uma mudança radical na sociedade para que o homem se desenvolva de forma positiva.

É também por influência do iluminismo que a razão ganha valor central nas propostas de educação. Segundo Ângela Martins é

De acordo com a visão iluminista, a ordem natural e social era conferida pela razão, porque somente ela poderia mostrar o mundo tal como ele era verdadeiramente, guiando o homem em suas ações. Assim, o homem não se submeteria mais ao crivo da autoridade ou da tradição, seu guia seria sua racionalidade, por meio da qual o homem investigava e conhecia verdadeiramente a realidade. O conhecimento não era uma revelação, ele era construído pela consciência humana. (MARTINS, 2006: 4 )

Em obra sobre a filosofia anarquista a pesquisadora Patrícia Piozzi explica as convergências entre o pensamento de Rousseau e o pensamento ácrata. Segundo a autora Rousseau dirige sua crítica à sociedade competitiva, à autoridade do rei, da igreja e ao crescente capitalismo (PIOZZI, 2003: 28). Para ele uma nova forma associativa faria com que a coerção desaparecesse em favor da comunidade política e autogerida (PIOZZI, 2003: 36). Dentro do pensamento de Rousseau a educação seria responsável pelo bom funcionamento da nova sociedade, ela deveria imprimir na mente dos cidadãos a imagem das justas proporções entre o todo e a parte. (PIOZZI, 2003, p. 63).

Seguindo o raciocínio da autora os libertários acreditavam que a educação baseada na razão regeneraria o homem e, conseqüentemente, a sociedade. Vale ressaltar que mesmo tendo o iluminismo como inspiração, as diferenças entre as duas concepções são marcantes. A liberdade, para os iluministas, era aceita como natural, enquanto para os libertários tratava-se de um elemento social e, por isso, deveria ser socialmente construída.

Em linhas gerais podemos dizer que a educação libertária caminha em duas direções: por um lado a denúncia da escola como local de reprodução dos interesses da Igreja e do Estado e por outro, a proposta de implementar novos métodos educacionais (KASSIC, 1997: 22). Por isso a já citada crítica em relação à educação consiste na diferença entre a educação recebida pelas classes dominantes e pelo proletariado. As críticas também se dirigiam à Igreja e à família burguesa, consideradas os núcleos básicos de reprodução do sistema e do comportamento autoritário da época.

A educação nas várias concepções anarquistas representava um instrumento de transformação social, através do fim da separação entre trabalho manual e intelectual e da extinção da diferença entre o que é ensinado às classes dominantes e ao proletariado, entendendo que para o fim das desigualdades uma das condições é que o saber seja distribuído integral e igualmente. A educação libertária pretende criar um novo homem, e, com ele, uma nova sociedade, fundada na liberdade, na solidariedade e na justiça.

Procurando atingir seus objetivos pela educação os anarquistas também forjaram novas idéias em relação ao trabalho, assim como formas de educar os trabalhadores. Seguindo tais princípios foram elaborados os conceitos de educação integral e de educação racionalista, consideradas as principais diretrizes da educação libertária.

A educação integral caracteriza-se por ser um modelo que contempla:

uma educação intelectual, voltada para o aprendizado de conhecimentos científico-culturais acumulados pela humanidade; o de uma educação física, que cuidaria de educar o corpo (...), e numa educação manual que cuidaria, na primeira infância de desenvolver e refinar as habilidades sensório-motoras e, mais tarde, iniciaria os indivíduos no aprendizado profissional; e o de uma educação moral, voltada para a vivência da coletividade e para a construção da solidariedade e da liberdade, como bases para a construção de uma sociedade justa. (GALLO, 2006: 74)

Assim estariam juntos o saber e o fazer, unindo os aspectos manuais e intelectuais para fornecer um conjunto de saberes completo e coerente, científico e paralelamente progressivo em todos os domínios do conhecimento intelectual, físico, manual e profissional (LUIZETTO, 1987:52). Segundo Robin, principal teórico da educação integral,

A idéia moderna – de educação integral – nasceu do sentimento profundo de igualdade e do direito, que cada homem tem, quaisquer que sejam as circunstâncias do seu nascimento, de desenvolver, da forma mais completa possível, todas as faculdades físicas e intelectuais. Essas últimas palavras definem a Educação Integral. (ROBIN, A educação integral, in MORYÓN (ORG), 1989, p. 88)

Esta união de saberes aparece nos escritos de Proudhon<sup>6</sup> no conceito de politecnia – um tipo de ensino que abarcaria a totalidade do processo de trabalho. O autor insiste na importância do valor pedagógico do trabalho, centrando suas críticas no excesso de especialização que empobrece o desenvolvimento pessoal (CUEVAS NOA, 2003:85), defendendo que a formação do trabalhador tem de ser física, intelectual e moral. Para Proudhon é extremamente necessário que o trabalhador conheça e domine a ciência do trabalho que ele executa.

De todos os sistemas de educação, o mais absurdo é o que separa a inteligência da atividade e separa o homem em duas entidades impossíveis: um abstraído e um autômato (...). Se a educação fosse, antes de tudo, experimental e prática, reservando os discursos somente para explicar, resumir e coordenar o trabalho; se permitissem apreender pelos olhos e pelas mãos a quem não pudesse aprender pelos olhos e pela memória, em breve veríamos (...) multiplicarem-se as capacidades. (Proudhon, apud, GALLO, 2006: 38)

O debate sobre educação chegou a aparecer na Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864. Ao fim do século XIX e início do XX, começaram a sair do campo teórico para o campo da prática. Paul Robin realizou, nos arredores de Paris, uma experiência de educação integral no Orfanato Prevost em Cempuis, entre os anos de 1880 e 1894, quebrando os paradigmas da época: colocou meninos e meninas estudando juntos, pregou o ateísmo, desenvolveu um programa de educação politécnica e trabalhou aspectos políticos da vivência da solidariedade em regime de autogestão. Para o educador, o aprendizado profissional se dá de forma que o aluno perceba a necessidade e importância do trabalho de cada um e a integração geral necessária para o funcionamento harmônico da sociedade (GALLO, 2007: 182).

Sebastian Faure, também educador libertário, dirigiu entre os anos de 1904 e 1917 *La Rouche*, A Colméia, uma comunidade-escola na qual os alunos aprendiam trabalhos de carpintaria, forja e encadernação. Ele propunha a necessidade de desenvolver nas crianças uma autonomia tanto intelectual quanto social; nessas experiências, a educação acontecia no trabalho e para o trabalho.

---

<sup>6</sup> Pierre-Joseph Proudhon (1809-1895), um dos mais importantes teóricos do anarquismo, francês de origem modesta, trabalhou como operário e tipógrafo. Foi autodidata e desenvolveu importantes concepções a respeito de propriedade, economia e trabalho.

Ainda no modelo da educação integral, foi aberta em Portugal no ano de 1905 a Escola Oficina nº1. Esta escola, que tinha como proposta formar artesãos, recebeu, segundo relato de Antônio Candeias, influência do movimento anarquista e também dos modelos educativos de Educação Nova e métodos ativos (CASALVARA, 2004:55).

A outra diretriz da educação anarquista referia-se à educação racionalista. No fim do século XIX surgem as propostas de ensino de Francisco Ferrer y Guardia, autor da idéia de educação racionalista, modelo considerado o mais adequado pelo Comitê Educacional para o Ensino Anarquista em 1882. Apesar disso, Ferrer não era anarquista, iniciou sua militância no movimento republicano espanhol e era simpatizante das propostas ácratas. Sua proposta de educação foi fortemente apropriada por promover uma visão de educação correspondente à do movimento anarquista.

Esse educador espanhol figura como a principal influência entre os libertários brasileiros; diferente das anteriores, sua proposta não dava tanto destaque ao ensino para o trabalho, mas sim enfatizava a necessidade de que os trabalhadores tivessem acesso aos conhecimentos científicos para que “a inteligência dos educandos seja capaz de se emancipar e formar racionalmente convicções próprias” (FERRER Y GUARDIA, 1970:33). A experiência e observação vão cumprir, neste modelo, o papel de capacitar os homens para formar, por si mesmos, os critérios reais acerca dos objetos e leis que regulam suas vidas. Segundo Gallo, é com Ferrer que a educação como socializadora da ciência ganha função central (GALLO, 2006:75). Sobre ênfase à ciência presente na proposta de educação racionalista, convém assinalar que Bakunin já a apontava como essencial à educação do proletariado. Esse princípio, no entanto, encontra em Ferrer o seu grau máximo.

A verdade é de todos e socialmente se deve a todo mundo. Colocar um preço, reservá-la ao monopólio dos poderosos, deixar em sistemática ignorância os humildes, e o que há de pior, dar-lhes uma verdade dogmática e oficial em contradição com a ciência para que aceitem sem protesto seu ínfimo e deplorável estado, sob um regime político democrático é uma indignidade intolerável, e, por minha parte, julgo que o mais eficaz protesto e a mais positiva ação revolucionária consiste em dar aos oprimidos, aos deserdados e a quantos sintam impulsos de justiça essa verdade que lhe é burlada, determinante das



energias suficientes para a grande obra de regeneração da sociedade (FERRER, s/d, 10)<sup>7</sup>

Francisco Ferrer nasceu na cidade de Barcelona, Espanha. Refugiou-se na França após ser perseguido por pertencer ao Movimento Republicano e lá entrou em contato com o anarquismo e desenvolveu sua proposta educacional que passou a ser denominada educação racionalista.

Suas propostas foram concretizadas na Escola Moderna, fundada por ele em Barcelona no ano de 1901. A experiência, a proposta e os métodos estão explicitados no livro *La Escuela Moderna*. Esta experiência serviu de inspiração para libertários de todo o mundo.

A denominação racionalista advém da oposição entre fé e razão e, nesse sentido, o ensino seria baseado em conhecimentos experimentáveis, palpáveis que pudessem ser atingidos pela razão do educando. Dessa forma a consonância com o anarquismo se dava pelo forte estímulo à autonomia de pensamento.

A educação racionalista caracteriza-se por entender a ciência como um elemento que desperta o espírito crítico por meio do qual as desigualdades deixariam de ser naturalizadas; propõe a co-educação sexual diferente das instituições clericais do período; a co-educação de classes, visando não ao incitamento do ódio e à rebeldia, mas sim ao questionamento; estimula a relação do aluno com o ambiente, para que ele seja capaz de gerar bem-estar social; dá especial atenção às questões da higiene, acreditando que as crianças aprenderiam e transmitiriam o conhecimento às suas famílias; evita premiações e castigos pois

Para que os homens compreendam e apreciem a diversidade infinita que há entre os caracteres e inteligências é necessário evitar aos alunos a concepção imutável de bom aluno a que cada um deve ter,

---

<sup>7</sup> La verdad es de todos y socialmente se debe a todo el mundo. Ponerle precio, reservarla como monopolio de los poderosos, dejar en sistemática ignorancia a los humildes y, lo que es peor, darles una verdad dogmática y oficial en contradicción con la ciencia para que acepten sin protesta su ínfimo y deplorable estado, bajo un régimen político democrático es una indignidad intolerable, y, por mi parte, jugo que la más eficaz protesta y la más positiva acción revolucionaria consiste en dar a los oprimidos, a los desheredados y a cuantos sientan impulsos justicieros esa verdad que se les estafa, determinante de las energías suficientes para la gran obra de la regeneración de la sociedad (FERRER, s/d, 10).

mas da qual se aproxima mais ou menos com menor ou maior mérito. (FERRER, p. 65, tradução nossa)<sup>8</sup>

Ferrer acreditava que tais práticas estimulavam a competitividade, pois os alunos acabavam por se verem como rivais e não como iguais. Criticava, por isso, os pais que queriam apenas saber a nota do filho. Em relação aos métodos de ensino o centro do aprendizado é deslocado para o aluno, que construirá seu saber por meio de métodos ativos e intuitivos, devendo se estimular o conhecimento científico favorecendo a

vitalidade cerebral própria, a fim de que quando se emancipem de sua tutoria racional, continuem sendo no mundo social inimigos mortais de preconceitos de toda a classe, tendendo a formar convicções fundamentadas, próprias, sobre tudo que seja objeto do pensamento. (FERRER, s/d: 93, tradução nossa)<sup>9</sup>

A Escola Moderna era aberta aos domingos para a realização das Conferências Dominicais, quando palestras eram dadas para as famílias dos alunos com o propósito de envolvê-las no projeto educacional. Para suprir a escola de material considerado adequado, Ferrer abriu uma editora que publicava algumas obras e textos (escritos por Ferrer e por outras, bem como traduções de textos usados em outros países). A escola publicava periodicamente um boletim que informava sobre os métodos e atividades realizadas.

A Escola Moderna de Barcelona, aberta em 1901, funcionou até 1906 quando o governo espanhol fechou a instituição devido ao envolvimento do bibliotecário Mateus Morral em um atentado contra o rei Afonso XIII. Ferrer não conseguiu reabrir a escola, no entanto manteve a atuação política em Paris fundando a Liga Internacional para Educação Racional da Infância e, em 1908, começou a editar a revista L'Ecole Rénovée, em Bruxelas. No ano de 1909, devido aos fatos da Semana Trágica<sup>10</sup>, Ferrer foi

---

<sup>8</sup> para que los hombres comprendan y aprecien la diversidad infinita que hay entre los caracteres y las inteligencias es necesario evitar a los escolares la concepción inmutable de buen alumno a la que cada uno debe tender, pero de la cual se aproxima más o menos con mayor o menor mérito. (FERRER, 65)

<sup>9</sup> vitalidad cerebral propia, a fin de que cuando se emancipen de su racional tutoría, continúen siendo en el mundo social enemigos mortales de prejuicios de toda clase, propendiendo a formarse convicciones razonadas, propias, sobre todo lo que sea objeto del pensamiento. ( FERRER,s/d,p. 93)

<sup>10</sup> Denominação usada para tratar dos fatos acontecidos em Barcelona no mês de julho de 1909. Durante esse período, ocorreram vários enfrentamentos entre as tropas do rei Afonso VIII e os operários; a mobilização teve como estopim o envio de tropas para Marrocos.

acusado de instigar uma insurreição e, por isso, condenado à morte em 13/10/1909<sup>11</sup>. Este fato foi o estopim do movimento de escolas libertárias no Brasil.

Em síntese podemos dizer que a educação racionalista baseia-se nos seguintes princípios: racionalismo, cientificismo, ensino laico, educação integral, co-educação, ausência de prêmios e castigos e compromisso social. A escola deveria ser racional, mista, integral e libertária.

Apesar da boa aceitação das propostas de Ferrer, elas não tinham unanimidade. Ricardo Mella Cea, também anarquista, afirma que o trabalho realizado pelo educador espanhol não era neutro e que acabava sendo dogmático ao inculcar nos alunos idéias que eram racionais e científicas, mas que no fundo eram justificativas ideológicas para o anarquismo (CUEVAS NOA, 2003:91). O pesquisador Cuevas Noa também traz para discussão o autor Buenaventura Delgado que afirma que a Escola Moderna não estava destinada a filhos de operários e que as práticas pedagógicas eram contraditórias com o ideário, pois

longe do respeito à criança que pregava o pedagogo catalão doutrinava realmente os alunos em idéias radicais (anticlericalismo, ódio aos ricos e militares, etc.). (CUEVAS NOA, 2003:119, tradução nossa)<sup>12</sup>

Em que pese críticas e considerações sobre a aplicação prática de todas as propostas da educação racionalista, este modelo foi o mais aceito em todo o movimento anarquista para o qual a escola deixa de ser um lugar de reprodução da sociedade e passa a se constituir num estratégico espaço de construção das condições igualitárias de diálogo e de socialização do pensamento e das práticas libertárias, um lugar para fomentar a revolução e garantir seu sucesso através de mentalidades transformadas. Portanto, a escola era o espaço de construção e transmissão desses novos valores, um instrumento de ação direta do anarquismo.

Vale dizer que a educação libertária não colocava em cheque o modelo da escola, que mesmo libertária seguia os padrões das escolas burguesas: professor, aluno, sala de aula, ensino seriado etc. O que era colocado em cheque eram os propósitos e

---

<sup>11</sup> O educador foi fuzilado na prisão de Montjuich e ao ordenarem os tiros gritou: Viva La Escuela Moderna! (Boletim da Escola Moderna nº1, 13/10/1918).

<sup>12</sup> lejos del respeto al niño que predicaba el pedagogo catalán , adoctrinaba realmente o alumnado em idéias radicales (anticlericalismo, ódio a los ricos y militares, etc) (CUEVAS NOA, 2003:119).

métodos da educação, não sua lógica. Outro aspecto pensado pelos teóricos é sobre os limites da educação libertária.

Bakunin afirma que apesar da grande importância da escola ela não faz a revolução sozinha.

Se no meio existente se conseguisse fundar escolas que dessem aos alunos instrução e uma educação tão perfeita quanto é possível hoje imaginar, conseguiriam elas criar homens justos, livres e morais? Não, porque ao sair da escola se encontrariam numa sociedade que é dirigida por princípios absolutamente contrários a essa educação e a essa instrução e, como a sociedade é sempre mais forte que os indivíduos não tardaria a dominá-los, isto é desmoralizá-los. Mais ainda, a própria função de tais escolas é impossível no atual meio social. Por que a vida social abarca tudo, invade as escolas, as vidas das famílias e de todos os indivíduos que dela fazem parte. (BAKUNIN, citado por GALLO, 2006:44)

Mesmo assim, os libertários defendiam a construção de uma escola que pelo menos preparasse os espíritos para lutar por um mundo melhor do que o vivido.

A fundação de escolas fez parte de um movimento que envolveu diversos espaços culturais/educativos, como círculos de leitura, centros de cultura, bibliotecas populares, imprensa operária, peças de teatro e literatura e, por isso, pode-se dizer que os movimentos anarquistas (no Brasil e no mundo) elaboraram tentativas de “criação (...) de uma cultura de resistência e de uma cultura de combate, historicamente concretizadas” (ACCIOLY, 2007:3).

A preocupação em garantir o acesso dos trabalhadores a mecanismos de educação formal e informal constitui-se num mecanismo de apropriação dos instrumentos até então controlados por grupos dominantes que se converte em instrumento de luta e oposição à cultura burguesa.

A noção de cultura das classes trabalhadoras é uma questão controversa. Segundo Foot Hardman “a produção industrial capitalista tende a uniformizar os campos do lazer, da habitação, do vestuário e, inclusive, o da língua” (FOOT HARDMAN, 2002: 305); Já Accioly afirma que “as condições de exploração e dominação a que estão sujeitas em decorrência de sua posição no processo de produção capitalista são um obstáculo à criação de uma cultura proletária (ACCIOLY, 2007:3).

No entanto, acreditamos que foi por meio da constante criação e ressignificação dos espaços culturais/educativos libertários que se efetivou uma cultura de resistência a processos de submissão e uniformização. A implementação das escolas libertárias consistiu numa ação direta, uma materialização de uma forma cultural de luta.

## 1.2 - Educação libertária no Brasil

Assim como na Europa a propagação do anarquismo se dá em ambientes urbanos e industriais, difundindo-se entre operários como resposta às péssimas condições de trabalho e de vida à qual estavam submetidos e como tentativa de transformação através de organizações coletivas.

Para entender o desenvolvimento do anarquismo em São Paulo, é necessário recuperar o grande crescimento pelo qual passou a cidade entre os anos de 1870-1900. O incrível aumento da industrialização e a galopante necessidade de mão-de-obra estimularam a imigração, o que fez a população da cidade ter um crescimento exponencial como demonstra a tabela abaixo.<sup>13</sup>

Período	Crescimento	População	Salto	Taxa anual
1872-1886	52%	31.385	47.697	3%
1886-1890	36%	47.697	64.934	8%
1890-1900	268%	64.934	239.820	14%

A nova população era composta majoritariamente de imigrantes que vinham diretamente da Europa oriundos de países como Itália, Espanha, Portugal, entre outros. Sua imigração foi subvencionada pelo Estado e visava à gradativa substituição da mão-de-obra negra e escrava pela européia, considerada melhor para auxiliar o país no caminho do desejado progresso. Em muitos casos esses imigrantes chegaram a trabalhar nas fazendas de café do interior e, insatisfeitos com as condições, vinham para a cidade em busca de melhores oportunidades de vida e de trabalho (FAUSTO, 1983:18). As pesquisas indicam que em 1901 nove em cada dez trabalhadores da indústria paulista eram imigrantes. Passados alguns anos a diferença sofre uma redução, porém persiste

---

<sup>13</sup> Tabela elaborada com base nos dados de Boris Fausto (1983;17).

uma alta porcentagem e, em 1920, os imigrantes constituíam 51% dos trabalhadores industriais (BATALHA, 2000:12).

Esses imigrantes começaram a trabalhar nas nascentes fábricas da cidade de São Paulo e a ocupar aqueles que iriam ser chamados de bairros operários. Os primeiros anarquistas surgiram em meio a essa diversificada massa de imigrantes europeus, algumas vezes já trazendo de sua pátria de origem experiência nas lutas sociais. Não raros eram os casos de militantes que vinham para cá justamente fugindo da repressão sofrida em seu país devido a sua atuação.

A condição de vida do operariado era o principal mote para as lutas sociais. Por meio dos relatos encontrados nos jornais operários e na bibliografia pesquisada, o cenário que se apresenta é aterrorizante. A jornada de trabalho em São Paulo chegava a 16 horas. As fábricas eram caracterizadas como locais abafados, mal geridos e sem higiene. A remuneração era muito baixa se comparada às necessidades dos operários, sendo que mulheres e crianças costumavam ganhar menos do que homens em condições semelhantes de trabalho. Qualquer razão poderia servir de motivo para a dispensa e, em caso de desemprego ou doença, o trabalhador estava totalmente desamparado.

As opções de lazer e descanso eram raras e, para os que moravam nas vilas operárias esses momentos aconteciam submetidos ao controle patronal. Muitas das moradias eram precárias. Em resposta a esse quadro os trabalhadores desenvolveram associações, sociedades de apoio, sindicatos e organizações políticas.

Por esse cenário, como pudemos mostrar, não faltavam razões para que os trabalhadores se organizassem em nome de suas reivindicações. Os operários desenvolveram, nas primeiras décadas do século passado, diversas formas de luta.

O movimento anarquista não foi o único que atuou junto aos trabalhadores, a bibliografia a respeito também aponta a existência de grupos socialistas e católicos no meio operário. Todavia os libertários, juntamente com os sindicalistas revolucionários, foram os que mais aglutinaram os trabalhadores, num momento marcado por intensa agitação social a despeito da constante repressão<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Sindicalismo revolucionário é a denominação de grupos que viam nos sindicatos a forma privilegiada de luta; a maior parte dos militantes desta corrente defendia o anarquismo. Para mais detalhes:

Os anarquistas apresentavam-se dotados de um discurso contra as péssimas condições de vida que, entretanto, não se limitava a uma reivindicação, mas sim a busca por reformas e com proposta de transformação radical da sociedade.

Iniciaram a disseminação das idéias ácratas, ainda no século XIX, e se empenharam na difusão de autores anarquistas e jornais recebidos por correspondência da Europa. Rapidamente o movimento começou a ganhar adeptos também entre os brasileiros. Nesse momento, os periódicos anarquistas começaram a ter grande importância para a difusão do movimento. Os primeiros jornais de tendência anarquista foram *Gli Schiavi Bianchi* (1892), *L'Asino Umano* (1894) e *L'Avvenire* (1894-95), publicados em SP por imigrantes italianos (CASALVARA, 2004:19). Em pouco tempo o movimento anarquista e anarcossindicalista publicava por volta de 100 títulos entre jornais e folhetos de circulação diária, semanal, mensal e bimestral (RODRIGUES, 1999:53).

Suas ações voltavam-se contra a guerra, o serviço militar obrigatório, a favor da redução da jornada de trabalho (que variava entre 10 e 16 horas), da higiene e segurança no trabalho e por uma infinidade de melhorias que tornariam o trabalho menos penoso. (RODRIGUES, 1999:53). A educação era apenas uma das ações dos militantes, que também se esforçavam por explicitá-las através de greves, comícios, festas, leituras, jornais etc.

Para entender a eficiência da ação do movimento, devemos considerar que, diferente do meio rural, o ambiente urbano era extremamente propício para a difusão do anarquismo. Segundo Boris Fausto, a cidade reunia os requisitos mínimos para o crescimento do movimento:

Existia aí um quadro objetivo de exploração que podia ser interiorizado coletivamente, dada a facilidade de contatos; os ideólogos revolucionários e organizadores, apesar das restrições à sua atividade, não eram, no meio urbano, um peixe estranho. (FAUSTO, 1983:21)

Portanto, o estágio no qual se encontrava a industrialização, o desenvolvimento da imigração e a urbanização possibilitaram o aparecimento e crescimento do anarquismo e, conseqüentemente, da Educação Libertária. Não queremos com isso

afirmar que o anarquismo é apenas resultado de condições concretas, pois, de acordo com a perspectiva apontada por Thompson, acreditamos que a organização das classes sociais deve-se à ação humana e não apenas aos condicionamentos sociais.

Durante toda a 1ª República o anarquismo foi o principal movimento de negação do sistema vigente e de mobilização dos trabalhadores. Foi também responsável pela abertura de inúmeros sindicatos e organizações próprias dos trabalhadores, tendo papel preponderante em sua luta. A título de exemplo destacamos a grande atuação dos libertários na Greve Geral de 1917. É dentro desse contexto de luta e de oposição à sociedade existente que floresce a educação libertária.

Como negavam a autoridade e o poder do Estado, a luta dos anarquistas nunca se deu em esfera partidária.

Existem várias correntes de anarquismo, como por exemplo os chamados anarco-comunistas e anarco-sindicalistas, porém como aponta Claudio Batalha, os anarquistas não se autodesignavam desta forma, por isso nesta pesquisa serão denominados apenas anarquistas e/ou libertários (BATALHA, 2000:25).

Quando as organizações dos trabalhadores começaram a ganhar vulto, os jornais libertários deixaram de ser apenas recebidos do exterior e a produção local em breve tornou-se expressiva. Os jornais eram escritos em português, espanhol e italiano e, segundo Magareth Rago, essas publicações eram importantes visto que “a imprensa operária incentivava o espírito de luta, estimulava a resistência nos locais de trabalho, informava e apoiava pequenas guerras que se travavam diariamente” (RAGO, 1987:12).

Os periódicos anarquistas eram produzidos por grupos organizados com a finalidade de informar, instruir, organizar o proletariado e denunciar as injustiças. No geral, explicavam de forma pedagógica a luta contra o capital, seus desdobramentos e a necessidade de participar dela.

Com o mesmo intuito foram escritos romances e peças teatrais, ambos com o objetivo didático de esclarecer a situação social e angariar novos militantes. Segundo Luizetto são obras produzidas com a deliberada intenção de serem instrumentos de ação social (LUIZETTO, 1986). Os enredos são simples e centram-se na crítica das contradições da sociedade. As peças do denominado teatro social cumpriam papel



fundamental ao disseminar o ideário anarquista àqueles que não tinham acesso à leitura de maneira esclarecedora e divertida.

A difusão dos ideais libertários e de luta possibilitou a propagação dos propósitos educacionais e logo começaram a surgir as primeiras iniciativas de cunho educacional. Os libertários no Brasil preocuparam-se tanto com a educação escolar como com a não escolar. Por isso abriram diversos centros de estudo e bibliotecas, para que o trabalhador tivesse acesso às obras consideradas importantes pelo movimento. Isso não quer dizer que fossem lidos apenas autores anarquistas, pois o objetivo era de possibilitar aos operários condições de elevar seu grau de conhecimento, já que a ignorância era vista como uma das causas para que os trabalhadores se submetessem às condições de opressão em que viviam. Nesse sentido, a luta dependia da educação.

Uma das principais iniciativas do movimento foi a criação dos centros de estudo, que por requisitarem elementos materiais mais simples – apenas local e mobiliário – desenvolveram-se muito rapidamente e em quantidade maior do que outros tipos de iniciativa. Os centros visavam à instrução dos trabalhadores, empregando métodos de ensino mútuo. Todas as iniciativas tinham objetivo em comum e visavam ao desenvolvimento de um homem autônomo que não necessitasse de líderes, para a supressão da relação mando-obediência.

A primeira tentativa relacionada à educação escolar libertária no Brasil aconteceu em 1895, quando foi inaugurada a Escola da União, no Rio Grande do Sul. Contudo, não há mais referências a ela na documentação consultada e Edgar Rodrigues indica que sua duração foi efêmera. Em São Paulo, o debate sobre a criação de uma escola com características libertárias data do fim do século XIX, sendo a primeira tentativa a Escola Germinal, inaugurada em 1902 (RODRIGUES, 1992).

De acordo com Edgar Rodrigues foi durante as primeiras décadas do século XX que as propostas de educação libertária tomaram fôlego – o autor indica mais de 31 iniciativas de escolas libertárias abertas entre os anos de 1902 e 1923 (RODRIGUES, 1992). A maior parte delas, todavia, teve curta duração e rapidamente deixaram de ser citadas pela imprensa operária. Ao tratar da Escola Moderna nº 1 Flávio Luizetto aponta que a sua existência (1912-1917) foi longa comparada à maioria das escolas libertárias abertas pelo movimento. Afinal, a manutenção de escolas, centros de estudos e

bibliotecas não era fácil, pois dependiam de doações dos minguados salários dos operários. Os recursos costumavam vir também da venda de periódicos e de livros anarquistas. Estes eram obtidos

através da correspondência mantida com núcleos libertários no exterior, [que] recebiam livros jornais, revistas, logo postos à venda nas redações dos próprios jornais e/ou distribuídos pelos vários Centros de Estudos Sociais. (LUIZETO, 1982:63)

Um exemplo significativo de preocupação com a expansão dos conhecimentos entre o operariado é a Universidade Popular aberta e extinta em 1904, na cidade do Rio de Janeiro, na sede do Centro das Classes Operárias, com o propósito de oferecer instrução superior e educação social ao proletariado. Participaram de sua construção, além dos militantes, pessoas externas ao anarquismo, mas importantes no meio científico e literário da época, ou fazendo parte do conselho de administração ou apenas apresentando palestras, tais como: Elísio de Carvalho, Fábio Luz, Rocha Pombo, Pereira da Silva, Manuel Curvello, Sebastião Palma, Platão de Albuquerque, José de Oliveira, Geonísio Curvello, Francisco Sá, Sinésio de Farias, Rodrigues de Sousa e outros.

Oferecia aos trabalhadores acesso a uma biblioteca, curso de Filosofia, curso de Higiene, curso de História Natural, curso de História das Civilizações, curso de Geografia, cursos práticos de Línguas, Aritmética, Escrituração Mercantil, Desenho, Modelagem, Arte Decorativa, Mecânica e conferências sobre diversos temas de interesse social. Tudo isso por uma cota de inscrição de 1\$000 e a taxa mensal de 2\$000, sem exigir nenhuma formalidade de admissão (CARONE, 1979:42).

Segundo Carlo Romani, a curta vida da Universidade Popular do Rio de Janeiro deve-se ao fato de que um dos envolvidos, Elysio de Carvalho, era na verdade um policial disfarçado que tinha como intuito mapear os grupos libertários atuantes na capital federal (ROMANI, 2002:180).

Para Jomini é possível supor que uma das razões para a criação de escolas libertárias seja a pouca concretização da educação oficial, que mesmo ampliando quantitativamente o número de escolas com relação ao período do império, ainda deixava de atender a muitas crianças. A imprensa operária também apontava que

No Brasil, onde é mais densa a população, na maioria constituída por operários, então é uma calamidade. Os pais voltam para casa, sem

poder matriculá-los, sendo alegado sempre como causa da recusa a falta de lugares (...) por essa ocasião começam os pais a tratar de conseguir uma apresentação deste ou daquele influente que lhes facilite a matrícula do seu filho. (Folha do Povo, SP, nº 5, ano 1, 12/04/1908)

A hipótese da abertura de escolas como decorrência da escassez de vagas pode ser corroborada pelo fato de que vários grupos sociais lutaram e organizaram suas próprias iniciativas educacionais. Na primeira década do século XX foram abertas escolas não só por anarquistas, mas igualmente por grupos de imigrantes, negros, religiosos e socialistas.

A escolarização era vista por trabalhadores urbanos como uma chance de que os filhos melhorassem sua condição social, podendo ingressar numa das carreiras burocráticas oferecidas pela modernização, que se processava no início do século, e também como mecanismo para o exercício da cidadania, visto que a alfabetização garantia o acesso ao voto (GHIRALDELLI, 1987:16). Importante considerar que em 1920 o Estado de São Paulo ainda não atingia mais do que 28% da população em idade escolar. Apesar do número ser significativamente maior do que em 1890, a demanda por escolas ainda era bem expressiva (INFATOSI, 1983:53).

Porém não podemos reduzir os esforços libertários, nem dos outros grupos citados, ao simples atendimento da demanda de vagas. No que concerne especificamente aos libertários, existia o desejo de fazer uma escola que se opusesse à escola do Estado e não que meramente atendesse à demanda por educação, afinal a importância da escola para os libertários extrapolava a questão do letramento.

Nesse sentido os socialistas abriram escolas no sul do país ainda no fim do século XIX para colocar em prática uma didática considerada adequada, bem como os anarquistas afirmavam a necessidade de um ensino científico em oposição ao ensino religioso, entretanto possuíam diferenças marcantes, como a separação entre meninos e meninas e, principalmente, pelo fato de que os anarquistas aceitavam incentivos governamentais (GHIRALDELLI, 1987:98).

A pesquisadora Zeila Demartini aponta que, segundo o anuário de Ensino de 1917, existiam, na cidade de São Paulo, 101 escolas de imigrantes responsáveis pelo

atendimento de 12.996 alunos (DEMARTINI, 2004:220)<sup>15</sup>, e que entre essas estavam as iniciativas de educação escolar dos imigrantes, judeus e negros. Para a autora a existência desse número de instituições corrobora a importância que a escolarização adquiriu durante a Primeira República e é indício de que os diversos grupos que habitavam a cidade de São Paulo – muitos deles já residentes, como os recém-chegados imigrantes –, não possuíam uma convivência tranqüila e, por isso, cada um buscava, a seu modo, sobreviver na cidade e conquistar melhores colocações no mercado de trabalho. Para tanto suas escolas serviam de apoio, atendendo a suas especificidades como idiomas, religião, como no caso de alguns grupos de imigrantes – protestantes e judeus, por exemplo – e opção política – no caso dos anarquistas e socialistas (DEMARTINI, 1998:77).

As escolas libertárias desses diversos grupos apresentaram muita variedade de duração, recursos materiais, proposta pedagógica e política, porém não devem ser pensadas apenas pelo aspecto do atendimento de vagas, mas por garantirem a seus grupos escolarização condizente com suas necessidades políticas/culturais.

### **1.3 - História da Escola**

Em 13 de outubro de 1909 Francisco Ferrer morreu executado bradando: Viva La Escuela Moderna! Tal fato teve repercussão nos movimentos anarquistas de todo o mundo, sendo grande a mobilização de repúdio ao governo espanhol. No que se refere ao Brasil podemos dizer que o fato serviu de estopim para a mobilização dos grupos envolvidos com a causa educacional. Formou-se neste momento a Comissão Pró-Escola Moderna.

A comissão era formada por anarquistas de grande importância como Gigi Damiani, Oresti Ristori, Edgar Leuenroth e Neno Vasco<sup>16</sup> e também por pessoas que

---

<sup>15</sup> Italianas:49; Alemãs: 37; Suíças: 2; Portuguesas: 4; Francesas: 2; Norte-americanas: 6; Inglesa:1(DEMARTINI, 2004:220).

<sup>16</sup>Neno Vasco (1878,1923), escritor militante nascido em Portugal, foi autor de diversos textos literários, artigos de jornal e peças de teatro, tendo sido também um dos idealizadores do Primeiro Congresso Operário Brasileiro e editor do jornal operário A Terra Livre. Edgar Leuenroth (1881-1968) nasceu em Mogi Mirim e tornou-se um dos principais escritores do movimento, estando presente na fundação da Federação Operária do Brasil. Fundou com Neno Vasco A Terra Livre e dirigiu os jornais A Lanterna e A Plebe. Gigi Damiani (1876-1953), italiano, migrou para o Brasil fugindo da repressão em seu país. Dirigiu os jornais La Bataglia e o Amigo do Povo. Oresti Ristori (1847-1943), também italiano, migrou para o Brasil em 1904 e escreveu, junto com Gigi Damiani, o jornal La Bataglia, tendo sido expulso do país pela ditadura de Vargas.

não se identificavam com o anarquismo e sim com a proposta de educação, pois seu discurso se dirigia a todos os homens emancipados. Foi criada para a arrecadação de dinheiro não apenas em São Paulo, como também no interior e no Rio de Janeiro.

A idéia era fortalecer financeiramente o núcleo paulista para que a primeira Escola Moderna brasileira não se dedicasse apenas ao ensino das crianças, mas fosse um centro de formação de professores e de edição de livros necessários ao ensino racionalista (...) a partir dela brotariam várias escolas racionalistas. (JOMINI, 1990:75)

A quantia necessária para a efetivação dos objetivos da comissão era alta, já que pretendiam: instalar uma casa-editora de livros escolares e obras destinadas à educação, para que fossem vendidas a preço baixo ou cedidas gratuitamente; adquirir um prédio para implantar a escola; encontrar professores idôneos; auxiliar outros tipos de iniciativas (A Terra Livre, 01/10/1910<sup>17</sup>).

O trabalho foi feito entre os anos de 1909 e 1912. Foram realizadas festas, quermesses, e listas de subscrição eram levadas a sindicatos, sendo anunciadas em jornais da imprensa operária. Uma das ações foi a turnê de Oresti Ristori pela linha de trem Mogiana. Eram proferidas palestras nas quais um grande número de projeções era exibidas abordando temas científicos, a educação libertária e os problemas do alcoolismo.

Vale ressaltar que o discurso da comissão não se dirigia apenas a anarquistas, mas a todos que apoiassem o livre pensamento, que pudessem colaborar “segundo suas posses e convicções” e auxiliar para a fundação da escola. Luizetto afirma que as iniciativas libertárias foram apoiadas por grupos que não se identificavam diretamente com o anarquismo, pois os libertários aproximaram-se de exotéricos, espíritas e maçons, que se interessavam pela causa educacional, que tinha o discurso científico como base do ensino racionalista e, por isso, recebendo o apoio desses grupos (LUIZETTO, 1982:69). Fernando Peres afirma que essas pessoas defendiam a concepção de que o conhecimento científico poderia transformar-se no principal fator de progresso da sociedade. Na época a ciência figurava como catalisadora de transformações econômicas e sociais (PERES, 2004: 74). No mesmo sentido, Foot Hardman aponta o fato de que na educação libertária

---

<sup>17</sup> Citado por Carone, 1979, p. 47.

permanece a fala ilustrada da razão, incorporada pelo discurso anarquista, o mito iluminista do saber é poder. Daí deriva uma crença inabalável no progresso técnico e na racionalidade da organização espontânea e solidária do trabalho (FOOT HARDMAN, 2004:124).

Este pode ser entendido como um dos fatores para a causa da Escola Moderna ter ganhado adeptos dentro e fora do movimento dos trabalhadores.

Para alguns autores, como Carlo Romani, o fator para a adesão à causa da educação libertária é a carência de oportunidades educacionais vivida pelas classes mais pobres do país. De acordo com o autor:

A auto-organização dos trabalhadores, criando espaços de solidariedade não institucionais, preenchia de forma adequada os vazios deixados por um espaço ainda ausente, que somente aos poucos foi instalando seus mecanismos de controle social. (ROMANI, 2002:185)

Considerada um dos braços do movimento anarquista, com apoio de diversos sindicatos e associações e até mesmo de grupos alheios ao movimento, a Escola Moderna nº1 foi inaugurada em 13 de maio de 1912 no bairro do Belenzinho, em São Paulo, sob direção de João Penteadado.

De acordo com Jacob Penteadado, memorialista autor de *Belenzinho, 1910*, no início do século este era um bairro de operários no qual havia significativa circulação de militantes tanto do anarquismo como de outros movimentos.

Muitos deles eram italianos, livres pensadores, anticlericais, socialistas ou anarquistas, que passaram logo a doutrinar os trabalhadores, procurando despertar nestes a consciência de classe, inculcando-lhes o espírito de reivindicação. (PENTEADO, 2003: 126)

O autor informa que o bairro abrigava os sindicatos dos tecelões e dos transportadores de tijolos. A paisagem do Belenzinho era marcada pela igreja São José do Belém, pelas fábricas – principalmente as de vidro – e pelas casas dos imigrantes, junto às dos operários, os anarquistas.

Muitos dos anarquistas que andavam pelo Belenzinho nada tinham de tético, de sombrio. Na maioria, pais de família, bons amigos e parceiros numa farrinha. Quase todos usavam chapéu de abas largas, gravatas a La Valliere, ou seja, de pintor, laço caído. (PENTEADO, 2003: 135)

Para a direção da Escola, o escolhido pelo movimento foi João Penteadado, educador nascido na cidade de Jaú no ano de 1877, que exerceu profissão de tipógrafo e

de professor prático. Consta que era autodidata, tendo lecionado em cidades do interior de São Paulo e Minas Gerais, ainda foi redator do jornal *O Operário*, “órgão das classes trabalhadoras”, fundado muito provavelmente em 1905. Colaborou com diversos jornais da imprensa operária e também com publicações espíritas (SANTOS, 2009).



Figura 1 – João Penteadó (s/data)

Nos anos posteriores outras instituições escolares foram fundadas pela então denominada Sociedade Escola Moderna (nome do Comitê depois da fundação da primeira Escola). Por ser a pioneira, a Escola Moderna nº1 era referência e foco no debate entre os educadores libertários.

No ano de 1913 foi inaugurada a Escola Moderna nº2, no bairro do Brás, também em São Paulo, a princípio sobre direção de Florentino de Carvalho<sup>18</sup> e, posteriormente, de Adelino de Pinho. No ano seguinte foram inauguradas: a Escola Moderna da cidade de Bauru, no interior do Estado, que foi dirigida por Joseph Joubert; a Escola Moderna de Cândido Rodrigues – SP, dirigida por Elvio Néri; e a Escola Moderna de São Caetano – SP, dirigida por José Alves (este último diretamente envolvido nas acusações feitas para o fechamento das Escolas Modernas) (O Início, 04/09/1915). Também foi aberta, provavelmente no ano de 1915, a Escola Nova situada na Rua da Moóca, dirigida por Florentino de Carvalho, educador substituto de João Penteadó durante seu afastamento no ano de 1917 (A Plebe, 06/09/1917); esta instituição foi fechada pelo governo já no ano de 1917 sob a alegação de que ali se reuniam elementos perturbadores da ordem pública (LOPREATO, 2000:33).

Durante o funcionamento da Escola Moderna nº1, a propaganda no periódico A Lanterna foi freqüente. Os textos de apresentação informavam animadamente os métodos que a escola utilizava e as concepções da educação libertária.

---

<sup>18</sup> Florentino de Carvalho era o pseudônimo de Raimundo Primitivo Soares (1889- 1947). Chegou ao Brasil ainda na infância, e, quando jovem, começou a trabalhar na Força Pública até que a leitura de Kropotkin o impressionou, e por isso pediu baixa. Converteu toda sua família numa célula do anarquismo. Foi militante, sindicalista e professor.



SR. JONATHAS NAVARRO E SILVA  
RUA 23, REABELL, 164

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA

PUBLICAÇÃO MENSAL  
Director JOÃO PENTEADO

ANNO N. 1  
S. Paulo, 13-10-1918

HOMENAGEM A FRANCISCO FERRER  
RACIONALISMO HUMANITARIO



Hoje, dia em que se comemora o 9.º anniversario da morte do apostolo da Humanidade, justo é que, estampando seu cliché, traslademos tambem, para estas columnas, o seu magistral artigo, cuja leitura recomendamos a todos aquelles que desejem saber quaes são os planos e finalidades da obra da Escola Moderna.

Eil-o:

Quando ha seis annos tiveis o grandioso prazer de abrir a Escola Moderna de Barcelona, fizemos resaltar muito que o systema de ensino seria racional e scientifico. Primeiro que tudo desejamos advertir o publico que, sendo a razão e a sciencia antidotos de todo o dogma, na nossa escola não se ensinaria religião alguma. Sabiamos que esta declaração provocaria o odio da casta sacerdotal e que nos veriamos combatidos com todas as armás que costumam empregar essas pessoas que só vivem de enganar e hypocrisias, e tanto sabem abusar da influencia que lhe dá a ignorancia dos seus fiéis e o poder dos governos. Mas quanto mais se nos falava da temeridade a que nos expunhamos, pondo-nos tão francamente em frente da igreja imperante, mais alentos sentiamos para perseverar em nossos propósitos, convencidos de que quanto maior é um mal e quanto mais poderosa é uma tyrannia, mais vigor se ha de empregar para a combater e mais energia se ha de gastar para a destruir.

O clamor geral elevado pela imprensa clerical contra a Escola Moderna, a que poderemos dever um anno de carcere, prova-nos que acertamos na escolha do methodo de ensino e nos ha de dar a todos os racionalistas novos alentos para proseguir a obra com mais ardor que nunca e engrandecel-a, propagando-a até onde o nosso poder alcance.

É necessario advertir, sem embargo, que a missão da Escola Moderna não se limita ao desejo de fazer desaparecer dos cerebros o

preconceito religioso, porque se bem que este seja um dos que mais se oppõem á emancipação intellectual dos individuos, não conseguiriamos só com isso a reparação da humanidade livre e feliz, posto que se concebe um povo sem religião e tambem sem liberdade.

Se a classe trabalhadora se libertasse do preconceito religioso e conservasse o da propriedade, tal qual hoje existe; se os operarios julgassem como certa a parabola de que sempre terá de haver pobres e ricos; se o ensino racionalista se contentasse com diffundir conhecimentos sobre a hygiene, sobre as sciencias naturaes e preparasse sómente bons aprendizes, bons dependentes, bons empregados e bons trabalhadores de todos os officios, poderiamos muito bem viver entre adibes, mais ou menos saos e robustos, seguindo o escasso abimento que podem permitir os mínguados salarios, mas não deixaríamos de nos encontrar sempre entre escravos do capital.

A Escola Moderna pretende combater quantos preconceitos difficultem a emancipação total do individuo e para isso adopta o racionalismo humanitario que consiste em inculcar á infancia o afan de conhecer a origem de todas as injustiças sociaes para que, com o seu conhecimento possa logo combatel-as e oppôr-se a ellas.

O nosso racionalismo humanitario combate as guerras fratricidas, sejam intestinas ou exteriores; rombate a exploração do homem pelo homem, combate a relegação em que tem a mulher e combate todos os inimigos da harmonia humana como são a ignorancia, a maldade, a soberba e outros vicios e defeitos que têm dividido os homens em tyrannos e tyrannizados.

O ensino racionalista e scientifico da Escola Moderna ha de abarcar, como se vê, o estudo de tudo o que seja favoravel á liberdade do individuo e á harmonia da collectividade, mediante um regimen de paz, amor e bem estar para todos, sem distincção de classes, nem de sexos.

1-6-907.

Francisco Ferrer y Guàrdia.

Figura 2 – Boletim da Escola Moderna nº1 – 13/10/1919

A história da escola pode ser dividida em fases de acordo com a denominação recebida: Escola Moderna nº1, de 1912 a 1919, Escola Nova, de 1920 a 1923 e Academia de Comércio Saldanha Marinho, 1924 a 1943. Sua primeira fase foi marcada pela estreita relação com o movimento anarquista. Os eventos da escola eram anunciados em jornais da Imprensa Operária como, por exemplo, A Plebe. As festas,

conforme abordaremos em capítulo posterior, eram marcadas por músicas e poesias de temática social.

A educação escolar libertária tinha o foco no aluno, mas também intencionava atingir seus familiares e a quem mais fosse possível. As “secções instrutivas” eram abertas às comunidades, nas quais, assim como nas festas, eram proferidas falas de caráter militante-pedagógico para todos os presentes, juntamente com poesias e apresentações. Outras estratégias eram utilizadas na tarefa de conscientização do operariado, como o teatro social e a imprensa operária. Segundo Edgar Rodrigues, o teatro tinha como intuito tratar dos problemas sociais em linguagem agradável e simples para o entendimento do operariado.

Na escola essas duas práticas, o teatro e a imprensa, foram ferramentas para a conscientização dos alunos, de suas famílias e das comunidades do entorno. Entre os anos de 1912 e 1919 a escola ofereceu curso primário noturno e diurno, datilografia, aritmética, português, preparatório de artífices e de música. Além da mensalidade, as escolas eram mantidas financeiramente com doações individuais e também pelas doações realizadas por sindicatos, além de listas angariadas na imprensa operária; muitas vezes isso não era o suficiente e utilizava-se o recurso de festas e quermesses para que fosse possível a continuidade do projeto, “as pessoas interessadas em contribuir para manutenção desse nosso centro de ensino dos pequeninos proletários, poderão coadjuva-lo com a oferta de prenda para kermesse”<sup>19</sup>.

Para a manutenção da escola os alunos pagavam mensalmente uma contribuição, como informa o anúncio abaixo:

#### Escola Moderna nº1

Para meninos e meninas à Rua Saldanha Marinho, São Paulo, (Belenzinho). Instituto de educação e instrução segundo o método racionalista, mantido pela Associação Escola Moderna de São Paulo. As aulas tanto diurnas como noturnas já estão funcionando com regular freqüência de alguns e a inscrição para a matrícula se acha aberta mediante contribuição mensal de 3\$000 para as aulas diurnas e 4\$000 para aulas noturnas. O fornecimento de livros e materiais é feito gratuitamente aos alunos da escola a fim de facilitar aos operários a educação e instrução dos seus filhos segundo o método racionalista. (A Lanterna 04/10/1913)

---

<sup>19</sup> A Plebe, 19/04/1919 nº9.

Em relação aos preços, a pesquisa de Marinice Fortunato apresenta uma esclarecedora tabela produzida por Edgar Leuenroth e Hélio Negro, sobre os custos de vida de um operário na primeira década do século XX, que informa que 50% dos chefes de família no Brasil ganhavam entre 80\$000 e 120\$000 e apresentando os gastos médios de uma família. A tabela torna possível identificar que 3\$000 equivaliam a 3kg de café e 4\$000, a 10kg de mandioca (FORTUNATO, 1992:104). Diante de tal comparação, podemos dizer que a escola era relativamente acessível às condições dos operários; também podemos compreender porque ela não sobrevivia apenas das mensalidades e necessitava constantemente de doações para garantir seu funcionamento.

No entanto, o fato de a escola ser braço do movimento anarquista a colocava no foco das atenções do governo juntamente com os militantes. Por isso, quando o movimento anarquista passa a ser mais duramente reprimido pelos poderes estabelecidos, a escola é fechada. O fechamento, em 1919, ocorre em meio a uma onda repressiva que culmina no estado de sítio decretado por Arthur Bernardes e no fechamento das associações operárias, na prisão e deportação de seus militantes para a prisão do Oiapoque, na Clevelândia. A repressão ao anarquismo se intensifica após a greve geral de 1917 e as greves de 1918 (MORAES , mimeo).

O estopim para o fechamento da escola foi a explosão ocorrida na casa de um militante localizada na rua João Boemer, no Brás. Na ocasião morreram quatro pessoas supostamente anarquistas, entre eles o diretor da Escola Moderna de São Caetano, José Alves. Foi nesse momento que a Diretoria de Instrução Pública intimou o diretor da Escola Moderna nº1, João Penteado.

Tendo sido verificado, pela Secretaria da Justiça e da Segurança Pública que as Escolas Modernas de que sois Diretor “visando à propagação de idéias anárquicas e a implementação do regime comunista, ferem de modo inaludível a organização política e social do país” [...] hei por bem não somente cassar a autorização de funcionamento da escola, [...] bem como intimar-vos a fechar, em caráter definitivo, a Escola Moderna nº2, que instalastes e fizestes funcionar sob a regência de Adelino de Pinho (Ordem de Hábeas Corpus<sup>20</sup>)

João Penteado tentou, por meios legais, a reabertura da escola e encaminhou um pedido ao Dr. Miguel José de Brito Bastos, ministro do Supremo Tribunal de São Paulo:

---

<sup>20</sup> Destinada ao presidente do tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Arquivo João Penteado – CME.

O anarquismo é a mais alta, a mais sublime e a mais dignificante expressão do ideal comunista concebido e divulgado pelos seus grandes apóstolos tais como: Tolstoi, Kropotkin, Eliseu Reclus, A. Ramon, Jean Grave, Sebastian Faure e tantos outros, cujas obras literárias e científicas constituem atestado de superioridade moral dos ideais anarquistas sobre todos os outros princípios filosóficos, políticos e sociais até hoje pregados entre os homens.

Para compreender o fechamento das Escolas Modernas devemos considerar que a discussão em relação à educação, à sociedade e ao próprio projeto nacional transformou-se no decorrer da década de 1910 e tornou impossível que o Estado Brasileiro permitisse a existência de uma ação deste grau por parte dos anarquistas.

O fechamento das escolas libertárias ocorre num contexto de forte repressão das organizações dos trabalhadores. No período, a atuação do governo centrava-se no apoio aos industriais e, por isso, promovia prisões arbitrárias, expulsão de estrangeiros, invasão de domicílios, empastelamento de jornais, prisões em locais distantes, assassinato em manifestações. O Estado de sítio implantado em 1922 deu margem à intensificação da repressão (BATALHA, 2000:14). Sem mencionar as listas de trabalhadores sindicalizados que circulavam entre as indústrias, dificultando que estes conseguissem empregos.

Não que nesse momento a repressão aos movimentos operários se constituísse numa novidade. A lei de expulsão de imigrantes acusados de perturbar a ordem foi assinada em 1907. Com o acirramento das tensões após a greve de 1917, a lei foi alterada para facilitar os processos de extradição (GHIRALDELLI, 1987:48).

Depois de fechada a escola, João Penteado a reabre em 1920 com a denominação de Escola Nova. O nome escolhido é duplamente intrigante, primeiramente porque é o nome do movimento educacional que nesse mesmo período ganhou espaço entre as elites brasileiras. Escola Nova também era a denominação da escola libertária, inaugurada em 1915 e dirigida pelo anarquista Florentino de Carvalho, sendo freqüentemente citada nos jornais da Escola Moderna nº1 e em outros da imprensa operária como A Plebe. Fica a questão: o nome foi escolhido para driblar o Estado? Por que utilizar o nome de outra escola racionalista?

A Escola Nova, dirigida por João Penteado, funcionou com essa denominação até 1923. Ofereceu os cursos primário, médio, comercial, esteno-datilografia, guarda-

livros, contador e preparatórios. Em 1924 tornou-se Academia de Comércio Saldanha Marinho e continuou oferecendo os mesmos cursos da Escola Nova, acrescidos dos cursos de desenho e de aperfeiçoamento.

A escola existiu sob outras denominações até o ano de 2002 e sempre foi dirigida por membros da família Penteado. João Penteado esteve na direção até o ano de 1958, quando passou o cargo para seu irmão, mesmo assim permanecendo envolvido com a escola até falecer em 1965<sup>21</sup>.

#### **1.4 A educação no âmbito dos grupos dominantes**

Coetaneamente à gestação e aplicação das propostas educacionais libertárias, a educação era fator fundamental para outros grupos sociais que também elaboraram propostas, tais como os negros, os socialistas e os diferentes grupos de imigrantes. Se esse era um elemento importante para os trabalhadores, não seria de menos valor para a elite.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por um intenso debate educacional e pela criação da estrutura para a aplicação das idéias gestadas e apropriadas pelos grupos dominantes.

Apesar da temática da educação figurar como pauta dos grupos que ocupam o poder desde a implantação dos projetos republicanos, quando além da inauguração em São Paulo no final do século XIX do novo prédio da Escola Normal, novos métodos educacionais são recomendados, é de fato na década de 1920 que a educação passa a se configurar como projeto de reforma social tornando-se uma resposta aos conflitos sociais e também às organizações criadas pelas camadas populares, compondo uma arena de interesses e de disputa.

A educação era vista pela elite brasileira como a solução que colocaria o país nos trilhos do progresso. Antes de se transformar-se num projeto do Estado, e finalmente num sistema de ensino na década de 1930, houve uma série de discussões iniciadas nos anos de 1910 que ganhou fôlego nos anos de 1920.

---

<sup>21</sup> A residência de João Penteado, onde morava com os irmãos Sebastiana e Joaquim, era parte do prédio da escola, o que facilitou suas visitas após deixar o cargo de direção por motivo de saúde.

De acordo com Clovis Kassic é fundamental que a história da escola seja pensada em conjunto com a história da fábrica, visto que a institucionalização da escola é contemporânea ao processo de industrialização no Brasil:

se à escola é colocada a tarefa de adaptar os indivíduos às necessidades sociais para que possam nelas se inserirem produtivamente não há como dissociá-las, ao contrário é necessário analisá-las em paralelo, atentando para o caráter de complementaridade de ambas as instituições. (KASSIC, 2000:85)

Pelo menos no que se refere à cidade de São Paulo, é de extrema validade pensar nessa relação, uma vez que a fábrica e a industrialização delimitavam novos ritmos para a vida cotidiana, novas necessidades que deveriam ser também atendidas pela educação.

Seguindo esta linha de raciocínio, o autor nos propõe que deve se considerar a forma de organização da produção, porque dos diferentes modos de se pensar a produção, partem as diversas maneiras de se pensar a escola. A fábrica, assim como a escola, é resultado de uma hierarquia de conhecimentos e da institucionalização de um espaço para tal atividade, que deriva em lugares onde relações de saber/poder são institucionalizadas, bem como novas relações de produção (KASSIC, 2000: 86 e sgs).

De acordo com essa linha interpretativa, preceitos que organizam a fábrica seriam transpostos para o discurso da educação; os projetos em andamento em São Paulo estão intimamente ligados às transformações ocorridas no início do século XX – urbanização, imigração e industrialização.

Nesses tempos industriais, o discurso visava a que a educação se adequasse aos novos tempos com o objetivo principal de ajustar os indivíduos às transformações e ao papel social que lhes era determinado. De acordo com Carmen Sylvia “presença da fábrica imprime mudanças na divisão social e técnica do trabalho, instaura uma nova racionalidade que acabará por impregnar o conjunto das relações sociais” (MORAES, 2003:32).

Margareth Rago afirma que o mesmo discurso recaiu sobre a escola e sobre a fábrica; os dois foram, na década de 1920, convertidos e organizados por princípios higiênicos, científicos e racionais (RAGO, 1985). Para atender às necessidades dos novos tempos era intuito das elites que um projeto de educação condizente a este momento fosse implantado.

Podemos dizer que

os projetos de educação em curso se relacionam com o objetivo das elites brasileiras de transformar o trabalhador numa figura dócil, submisso e produtivo, através da construção de um novo modelo de comportamento. (RAGO,1987:12)

Os grupos que participam da gestação da organização produtiva brasileira e da organização educacional não são exatamente os mesmos em todo o território nacional e em todas as instâncias, nem mesmo no interior de cada grupo existe completa homogeneidade de discurso. No entanto, os projetos são forjados no interior de um mesmo grupo social e destinam-se a interesses muito semelhantes.

Do mesmo jeito que os libertários elaboram um modelo de educação por insatisfação ao que foi denominado como ensino tradicional, surge, ao final do século XIX, outro modelo de oposição, o movimento denominado Escola Nova, cujo maior expoente é o norte-americano John Dewey. Ele problematiza a inadequação da escola aos novos tempos, compreendendo uma escola como espaço para preparar indivíduos para o desempenho de papéis sociais de acordo com suas aptidões e para oferecer oportunidade a todos. As idéias escolanovistas foram difundidas por inúmeros países, ganhando matizes diferentes. Parte desse corpo de idéias educacionais, denominadas escolanovistas, foram apropriadas e aplicadas aos movimentos, situações e interesses vividos no Brasil (MATE, 2002)

Silvio Gallo e Clóvis N. Kassic afirmam que os dois movimentos educacionais, educação libertária e Escola Nova, despontam, no século XIX, como insatisfação em relação à educação denominada tradicional. Não podemos perder de vista, contudo, que a educação libertária se caracterizava por

insatisfação concretizada através de uma pedagogia revolucionária que buscava não a mera adequação da escola aos novos tempos mas uma outra organização social (KASSIC, 200:93)

No Brasil os métodos propostos pela Escola Nova deram base teórica para o projeto de educação que tinha por finalidade uma reforma social. A questão da educação não era vista de maneira isolada, sendo discutida em conjunto com outros problemas que estavam em pauta na sociedade:

Projetos de intervenção procuravam, assim, responder ao agravamento dos problemas sociais, através de diferentes propostas de controle de

tensões vividas no período, que passavam (...) por problemas de moradia, saúde, higiene, alimentação, pelas tradições, pelos valores e modos de vida; enfim, dimensões da vida social que vinham sofrendo reformulações, enfrentamentos, resistências, etc. (MATE, 2002:36)

Nesse momento, o discurso da racionalidade espalhou-se pelos campos da arquitetura, da saúde, do urbanismo e dos demais espaços públicos e privados de atuação.

É freqüente, na vasta bibliografia da história da educação a esse respeito, o entendimento de que a educação teve sua função hiperdimensionada e residia nela o papel de dar forma ao país considerado amorfo. A ela caberia, igualmente, abrigar os brasileiros, através da alfabetização e do civismo, além de integrar o imigrante na construção da identidade nacional (CARVALHO, 2003:38).

Diante do mosaico formado pela imensa e fragmentada população de imigrantes, que, formada por grupos sociais heterogêneos que tinham suas próprias práticas culturais que desafiavam as propostas e políticas homogeneizadoras, a educação tinha o papel de catalisador no processo. No que se refere a cidades como São Paulo, a escola é vista como espaço privilegiado para unificar o cadinho racial e cultural que era a nova população pobre.

Incorporar o brasileiro e integrar o imigrante tornaram-se pautas das discussões em virtude de dois fatores. O primeiro devia-se à diminuição do fluxo migratório em consequência da Primeira Guerra; o segundo, ao fato de que a expectativa depositada no imigrante, visto como dupla solução no século XIX – mão-de-obra e embranquecimento da população – foi continuamente frustrada, passando o grupo a ser responsabilizado pelas greves e agitações sociais provocadas pelos movimentos operário e anarquista. Como somatória ao problema, a cidade de São Paulo começou a receber levas de migrantes nacionais que viviam sem ocupação fixa, configurando “um problema social e político tão grave quanto o dos estrangeiros”, que precisava ser solucionado (HISLDORF, 2006:77).

Alguns grupos começaram a se organizar para a discussão do problema, entre eles a Liga Nacionalista, fundada em 1917. Este grupo defendia a pátria e a formação cívica da sociedade, inspeção escolar, novos métodos pedagógicos e a regeneração da sociedade. Um de seus membros, Sampaio Dória, foi o responsável pela Reforma do



Ensino realizada no Estado de São Paulo no ano de 1920. A reforma reduziu o ensino primário de quatro para dois anos, com o objetivo de acelerar a alfabetização, atingindo mais gente em menos tempo, ele acreditava que assim combateria um dos maiores problemas brasileiros<sup>22</sup>.

O maior mal do Brasil contemporâneo é sua porcentagem assombrosa de analfabetos. (...) O monstro canceroso, que hoje desviriliza o Brasil, é a ignorância crassa do povo, o analfabetismo que reina de norte ao sul do país, esterilizando a vitalidade nativa e poderosa de sua raça. (SAMPAIO, citado por CARVALHO, 2003:36)

Segundo Sampaio Dória, ao fim da década de 1910 o índice de analfabetismo em São Paulo era muito elevado, o que significava um grande atraso na perspectiva política em que o analfabetismo era considerado signo da inaptidão para o progresso.

A Liga Nacionalista também foi responsável pela criação da Liga Anti-Anarquista, em resposta ao fortalecimento do movimento operário, principalmente depois da Greve Geral de 1917. Tal grupo foi um dos responsáveis pela já citada mudança da visão em relação à mão-de-obra estrangeira, visto que de agente civilizador o estrangeiro passa a ser visto como “portador de sentimentos estranhos aos nossos”. Já o trabalhador nacional passa a ser considerado o mais adequado para compor a força de trabalho (MORAES, 2003: 215).

Outro grupo que se organizou em nome do debate educacional foi a Associação Brasileira de Educação – ABE. Fundada no ano de 1924, teve papel importante na reforma educacional de São Paulo em 1925, quando o ensino primário volta a ter quatro anos de duração. De acordo com Carvalho, a elite que compunha a ABE criou-a para embasar seus projetos, uma auto-representação de si e uma representação do povo. Trata-se de uma elite que se investe de poderes vanguardistas para moldar a população brasileira, não admitindo a capacidade de auto-organização e solapando essas iniciativas (CARVALHO, 2003: 39). A idéia não era apenas escolarizar um maior número de pessoas, havia um modelo de escola que deveria ser implementado para o desenvolvimento deste novo “brasileiro”.

No campo de mobilização política, interessada na estruturação de mecanismos de controle e modernização social que deveriam viabilizar a convivência interclasses, no

---

<sup>22</sup> O ensino primário voltou a ter quatro anos na reforma de 1925.

espaço da cidade e no tempo da produção/expropriação capitalista, surge a figura do técnico pedagógico (CARVALHO, 2003:250), cabendo a ele a função de fazer com que a escola realize os métodos adequados à nova educação.

As novas propostas fazem parte de um contexto de refinamento do controle social, que perpassa diversos campos sociais. Margareth Rago afirma que, frente à resistência operária, os dominantes são constantemente forçados a reelaborar os modos de relacionamento com os empregados, inventando para isso meios cada vez mais sofisticados e engenhosos de adestramento físico e moral, que implicavam uma maneira de impor a autoridade para organização das relações sociais dentro e fora da fábrica, sejam elas familiares ou questões relativas à habitação das classes trabalhadoras (RAGO, 1997:32). Esse refinamento de mecanismos realizou-se em vários campos, desde a repressão aos órgãos operários e à cooptação destes pelas empresas; até a expulsão de sindicalistas e a construção da imagem de uma nova autoridade patronal (RAGO, 1997).

É dentro desse contexto que a educação emerge como uma estratégia que tem o propósito de auxiliar no desenvolvimento das próximas gerações de trabalhadores, no que diz respeito à sua adequação aos novos ritmos de trabalho e às novas hierarquias sociais e espaciais. O intuito era que não se tornassem permeáveis às idéias anarquistas e/ou outras que “perturbem a ordem estabelecida”.

No que concerne aos métodos de ensino, a proposta escolanovista era muito semelhante à da educação racionalista, já que, como dito anteriormente, as duas nasceram da insatisfação quanto à inadequação dos métodos educacionais vigentes diante das mudanças sociais.

A Escola Nova propunha novos métodos a serem utilizados na educação, tais como:

O trabalho individual e eficiente tornava-se a base à construção do conhecimento infantil. Devia a escola, assim, oferecer situações em que o aluno, a partir da visão (observação), mas também da ação, experimentação pudesse elaborar seu próprio saber. Aprofundava-se a viragem iniciada pelo ensino intuitivo no fim do século XIX, na organização das práticas escolares. Descolando do “ouvir” para o “ver”, agora o ensino associava “ver” a “fazer”. (VIDAL, 2000:498)

A proposta de que o aluno seria o centro do processo ensino-aprendizagem favorecia que tal caminho se realizasse pela observação e experiência, pela qual o aluno chegaria sozinho às suas próprias conclusões.

A pedagogia escolanovista também era pautada por uma compreensão científica do ser humano. A escola deveria favorecer que o aluno pudesse elaborar seu próprio saber a partir da visão e da ação (BARLETA, 2005:29) Assim, o método intuitivo que já era valorizado pelos primeiros republicanos, permanece em pauta, visto que proporciona um ensino baseado na experimentação, que deveria ser feito através do demonstrável, do sensível.

No discurso escolanovista o termo racional aparece, mas, neste caso, associado a uma noção de eficiência do ensino; é um termo que acaba por permear toda a pedagogia, influenciando a organização do sistema de ensino. Segundo Cecília Hanna Mate

A racionalização do tempo dos indivíduos dentro da instituição escolar nos remete a um longo processo de organização e legitimação de saberes, espaços, materiais relativos a ensino-aprendizagem, criação de relações pedagógicas impessoais e formais, imposição de tarefas extensivas aos interesses dos professores e alunos, organização burocrática do tempo e horários escolares, hierarquia de funções etc. (MATE, 2002:25)

A higiene tornou-se ainda, no século XIX, termo presente no discurso educacional, pois no Brasil ela envolveu diversos problemas de ordem social e expandiu os domínios de seu saber, tornou-se medicina social e passou a ter espaço importante em decisões da área urbana, fabril, médica e também da área educacional (GONDRA, 2000:521). Uma das áreas de influência foi a construção de prédios escolares adequados a padrões higiênicos, tendo sido eles construídos de forma a privilegiar a circulação de ar e fornecer um ambiente tido como higiênico.

A questão da higiene ultrapassou os limites da saúde e passou a ser a legitimadora de um discurso que visava à sujeição. Alguns autores chegam a afirmar que “a ênfase na educação do corpo estava inserida num projeto maior de moralização/civilização dos costumes” (PYKOSZ E TABORDA DE OLIVEIRA, 2008:3). O discurso higienista era, além e junto da educação, uma ferramenta para constituição da reforma social e de sujeição dos trabalhadores,

mediante a inculcação de hábitos de higiene, normas de saúde, justificadas e legitimadas pelas recentes descobertas da ciência, a medicina popular adotada pelo Estado no final do século XIX procura disciplinar os trabalhadores e eliminar os perigos que eles representavam tanto à saúde dos dominantes como a sua propriedade (MORAES, 2003:158)

Nos métodos escolares e em alguns termos utilizados no discurso, o receituário escolanovista era muito semelhante à proposta da educação racionalista. Além dos itens já elencados, as duas propostas viam a ciência como fundamental para as transformações sociais.

No entanto, as semelhanças devem ser analisadas com muito cuidado, há uma concordância no como ensinar, que não se estende quando a questão é a finalidade da educação, quando tratamos da razão para educar. Enquanto as classes dirigentes pensavam na educação como uma forma de tornar os indivíduos produtivos e auto-regulados, os libertários acreditavam que a educação era uma ferramenta de emancipação do povo que, consciente, guiaria a si próprio.

Devido a essa aproximação entre os dois modelos educacionais, torna-se mais importante a compreensão das diferentes formas de uso que tais termos tiveram na esfera escolar.

O discurso pedagógico escolanovista ganha cada vez mais vulto, dado que ocupa lugares sociais que lhe permite dar visibilidade às suas propostas através da publicação de revistas e periódicos. Na década de 1920 os escolanovistas ocupam-se de realizar suas propostas em nível estadual, estendendo-as, em 1930, ao nível nacional. Para aumentar a eficiência da implantação do escolanovismo, ampliou-se a maneira de fiscalizar a escola a fim de garantir que o ensino fosse ministrado de forma adequada. Mais do que pelos métodos de ensino em si, o movimento irá se caracterizar por uma grande intervenção no ambiente escolar.

Com isso quisemos mostrar que o fechamento da Escola Moderna nº1 acontece em meio a esse movimento de reformulação da educação pública. A trajetória das instituições dirigidas por João Penteadó permite-nos acompanhar o modo como o Estado passa cada vez mais a interferir no interior da escola. Apesar disso, o trabalho de educação de João Penteadó continua, porém, sua forma de atuação já não

será a mesma, embora seja possível encontrar vestígios da educação racionalista nas práticas da Escola Nova e da Academia de Comércio Saldanha Marinho.

Da mesma forma que as elites acompanham os movimentos de oposição refinando e aprimorando seus mecanismos de controle, podemos dizer que a instituição escolar pesquisada, representada pela figura de João Penteadó, também aprimora seus mecanismos de atuação para garantir sua existência em meio à repressão e aos novos padrões de educação.

## **Capítulo 2 - O Ensino para o trabalho – constituição do ensino comercial**

A história do ensino profissional na Escola Moderna nº1 tem início em 1916 quando, além dos regulares cursos primários noturnos e diurnos a escola passou a oferecer o curso preparatório para artífices. Desde então, essa modalidade de ensino fez parte da escola por mais de 65 anos.

O ensino profissional na instituição tem relação com diversos fatores. Primeiramente com a forma como o ensino voltado diretamente para o trabalho era visto pelos anarquistas, pois o curso profissional começou ainda na primeira fase da escola. As modificações sofridas pelos cursos estão em relação direta com as transformações da escola e com as possibilidades de atuação devido à interferência do governo. Completa a lista de fatores a relação que a escola estabelece com seu entorno, com o desenvolvimento do mercado de trabalho na cidade de São Paulo, com as profundas transformações ocorridas na cidade, no discurso educacional e no mercado de trabalho.

O período cronológico que esta pesquisa abarca permite a compreensão do ensino comercial durante sua constituição histórica, entendendo a forma como a modalidade evoluiu e transformou-se a partir de necessidades econômicas, sociais e políticas.

Assim como já discutimos no capítulo anterior, com a presença da fábrica na sociedade, especificamente em São Paulo, uma nova lógica da produção irá determinar a organização do ensino profissional no que diz respeito à iniciativa pública, assim como demarcar o grau de possibilidade de atuação das escolas privadas, responsáveis pela maior parte das escolas profissionalizantes (PERES, 2006 e MORAES, 2003). No entanto, os grupos que dominavam o ensino eram muito próximos e até mesmo possuíam membros em comum com os grupos que dominavam o governo. A proposta forjada pela elite para a formação dos trabalhadores era bem próxima àquelas idealizadas para a educação como um todo.

Existe razoável bibliografia referente à organização do ensino técnico nesse momento, principalmente no que se refere ao Estado de São Paulo. No entanto, a maior parte dela – Carmen Silvia Vidigal de Moraes, Jailson Alves Santos, Luiz Antonio Cunha e outros – centra seus esforços no ensino técnico industrial. Pouco encontramos a respeito do ensino comercial.

Pelo fato de a história da educação dedicar pouco espaço a essa modalidade, podemos aventar algumas hipóteses: que não existiu no período estudado a abertura de escolas públicas dedicadas ao ensino comercial; que poucas foram as leis que tramitaram sobre o assunto, de modo que não houve muito debate nas instâncias políticas a esse respeito. Talvez o principal motivo para a ausência de pesquisas sobre o assunto resida, muito provavelmente, no fato de que não havia um projeto de formação desse mercado de trabalho tão alinhado ao projeto de reforma e controle social como existiu para o ensino industrial.

No tocante ao ensino profissional em geral, as raízes assentam-se ainda no período colonial. No entanto, é com o projeto Republicano que as propostas ganham força e configuram-se atreladas ao projeto de sociedade idealizado pelas classes dominantes.

No geral, o ensino técnico foi organizado para o atendimento das camadas pobres, grupo a quem o trabalho foi sempre associado. Deve-se considerar, quando se pensa em qualquer aspecto relacionado a trabalho no fim do século XIX e início do século XX, que, num país recém-saído do regime escravista, as mentalidades encontravam-se ainda presas à idéia de que determinados trabalhos, principalmente os manuais, eram realizados apenas por escravos e, portanto, vistos como trabalhos menores. Por causa disso ocupações manuais sempre receberam um tratamento discriminatório (SANTOS, 2000:205) e deveriam ser ocupadas por estratos mais baixos da sociedade. Essa mentalidade marca a organização do ensino técnico.

As primeiras soluções para a formação escolar de mão-de-obra remontam a tempos coloniais. Em 1809 foi criado o Colégio das Fábricas, que funcionava no local da oficina onde se ensinavam o trabalho e as primeiras letras. Nesse momento a opção foi o ensino para órfãos e desvalidos que eram internados e postos a trabalhar como artífices (SANTOS, 2000:208). Esse ensino deixava-os aptos para trabalhar na fabricação de objetos, principalmente de madeira, que eram utilizados como elemento decorativo em algumas construções, assim como objetos de decoração. Mesmo com esse tipo de especialização, ainda eram tidos como trabalhadores manuais, no entanto, com certo grau de qualificação.

Durante o século XIX foram criados os Liceus no Rio de Janeiro (1858) e em São Paulo (1873). Este iniciou os cursos profissionalizantes apenas em 1882 “com o objetivo de ensinar ao povo os conhecimentos necessários às artes, ofícios, ao comércio, lavoura e à indústria” (SANTOS, 2000:210). Em sua primeira fase propunha-se a, através do ensino profissional, contribuir para a organização do mercado interno de trabalhadores, que, naquele momento, ainda estava baseado na mão-de-obra nacional. (MORAES, 2003:167).

É com o advento da República que o ensino profissional ganha contornos mais definidos, tanto no que se refere à estrutura, quanto em sua fundamentação ideológica. O autor Gilson Queluz (2000:28) identifica que, no início do século XX, existiam três tendências de ensino técnico profissional:

- 1- aquela relacionada à tradição de ensino de ofícios em instituições assistenciais, voltada para menores desvalidos, onde a aprendizagem de noções elementares das notações alfabéticas conjugava-se com o trabalho empírico em oficinas artesanais
- 2- Liceu de Ofícios como o do Rio de Janeiro, com ênfase no aprendizado de noções de Matemática e Português e ênfase no desenho aplicado aos ofícios, com aprendizado precário em oficinas
- 3- Liceu de Artes e Ofícios como o de São Paulo, onde o aprendizado de noções elementares de Português, Matemática e Desenho conjugava-se com o aprendizado empírico nas oficinas em ritmo de produção industrial

Até o ano de 1909 só havia escolas de ensino profissional instituídas pela iniciativa privada. Nesse ano, o Decreto 7.566 de 23 de setembro cria 19 Escolas de Artífices visando atender crianças pobres. A formação de artífices tinha como objetivo o atendimento da necessidade de mão-de-obra para a construção civil. A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por uma grande transformação arquitetônica, o artífice era o profissional que executava as novas exigências estilísticas da cidade (MONEGATTO, 2008).

Essas escolas eram mantidas com recursos do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio e, apesar de diversos problemas em seu desempenho, eram modelo dessa modalidade de ensino (SANTOS, 2000:212).

A instalação e estabilização da República acontecem concomitantes à consolidação do mercado de trabalho livre no país, através da intensificação da industrialização, urbanização e imigração. O crescimento do anarquismo entre os trabalhadores industriais, as frequentes greves contra a situação do trabalhador e a



carestia de vida, juntamente com as diferenças culturais entre os imigrantes e a elite brasileira foram fatores que colaboraram para mudar o lugar que os imigrantes ocupavam no projeto social dessa elite. Se antes eram pensados como colaboradores no caminho para o progresso, passaram a ser vistos como classes perigosas. Logo, inicia-se um período marcado pela crescente preocupação com a contenção e controle dessas chamadas classes perigosas (QUELUZ, 2000:14).

O ensino tinha como função não apenas a formação da mão-de-obra, mas também a de incutir determinados valores na população. No discurso de posse (15 de novembro de 1910) do Presidente Hermes da Fonseca, ele declara:

Particular atenção dedicarei ao ensino técnico profissional, artístico, industrial e agrícola que a par da parte propriamente prática e imediatamente utilitária, proporciona também instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos (citado SANTOS, 2000:214)

Segundo Gilson Queluz

As classes dominantes associaram a pobreza não apenas à falta de recursos, mas a uma maior permeabilidade aos vícios, ao desregramento moral, à indolência e à criminalidade. A única saída para a redenção moral das classes perigosas seria a venda de sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção (QUELUZ, 2000:18).

Sendo assim o ensino profissional tinha uma missão relacionada à produção e à moralização dos trabalhadores, considerada problema urgente (PEREIRA E SILVA, 1996: 130). Segundo o deputado Augusto Lima

a estabilidade industrial do país depende também da disciplina nos estabelecimentos, de modo a não entregá-los ao arbítrio, não dessas massas de boa fé, bem intencionadas, mas dessa influência externa, anárquica- origem de certas reivindicações perante os patrões, as quais outra coisa não são senão atos de indisciplina, de desorganização e anarquia (citado por PEREIRA E SILVA, 1996;129).

A escola profissional tinha então o papel de definir para o operário seu papel no novo modelo sócio-econômico. Dessa forma, os saberes apropriados para cada profissão eram ministrados nesses cursos considerando que

a divisão técnica em uma dada sociedade sempre é determinada pela divisão social do trabalho (...), a escola técnica teria o papel de reproduzir uma certa organização da produção e as relações sociais específicas e que lhe servem de sustentação. (MACHADO, 1989:14)

As propostas de educação profissional eram forjadas em consonância com projetos políticos e econômicos e, nesse período de formação do mercado de trabalho, eram consideradas como importante ferramenta de sujeição dos trabalhadores.

Entre as iniciativas privadas além dos Liceus havia escolas confessionais, leigas e estrangeiras; algumas criadas pelos setores imigrantes ricos, bem como subvencionadas pelo país de origem.

Com o crescimento da cidade de São Paulo a partir dos anos de 1870, graças à expansão da economia cafeeira, as atividades mercantis também se ampliaram de modo significativo, aumentando a circulação de capitais que ocorre concomitantemente ao aumento populacional. A partir de então, assiste-se à abertura de inúmeros estabelecimentos industriais, comerciais e financeiros. Tais estabelecimentos, como bancos, lojas de câmbio, importadoras, entre outros, tinham necessidade de guarda-livros, contadores, datilógrafos etc, pois precisavam daqueles que trabalhassem no controle da circulação de bens e capital e que correspondessem, com suas habilidades profissionais, à crescente especialização exigida pela demanda do setor de serviços públicos, que, em consequência do aumento populacional, se expandiu através da criação de novos órgãos administrativos e do aumento da burocracia estatal. Com a maior circulação de pessoas e de moeda, o Estado acaba por refinar seus mecanismos de controle.

Os grupos à frente de atividades comerciais tiveram seus lucros multiplicados e, ainda no final do século XIX, fundaram associações e periódicos ligados ao comércio: Associação Comercial de Santos, Sociedade Humanitária de Empregados do Comércio de Santos, Associação Comercial e Agrícola de São Paulo, o jornal O Commercio de São Paulo, a Junta Comercial e a Associação Comercial de São Paulo.

Os empresários que dirigiam essas associações elaboraram um projeto para a criação de uma escola técnica de ensino comercial pública. O grupo era formado por Antônio Álvares Penteado, Antônio Lacerda Franco, João Pedro da Veiga Filho e Horácio Berlink. Eram empresários que faziam parte da elite paulistana e tinham negócios nos ramos da indústria, comércio, construção e transporte (POLATO, 2008:27).

Não sendo atendidos em sua solicitação ao governo conseguem a solução para formação de mão-de-obra com seus próprios recursos fundando, em 1902, a Escola Prática de Commercio (atualmente Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP).

Essa escola aparece no primeiro texto legal sobre o ensino comercial, o Decreto nº1.339, de 1905, que declara a Academia de Commercio do Rio de Janeiro como instituição de utilidade pública destinada à educação superior do comércio; divide os cursos em geral e superior; define que o ensino deveria ser prático em relação a línguas e matemáticas; que as academias poderiam oferecer cursos livres para “elevação do nível moral e intelectual”; e que a Escola Pratica de Commercio de S. Paulo teria os mesmos benefícios da escola carioca. As disciplinas a serem ministradas no curso geral eram assim definidas:

§ 2º O curso geral compreende o ensino de portuguez, francez, inglez, arithmetica, algebra, geometria, geographia, historia, sciencias naturaes inclusive o reconhecimento de drogas, tecidos e outras mercadorias, noções de direito civil e commercial, e legislação de Fazenda e aduaneira, pratica juridico-commercial, calligraphia, stenographia, desenho e escripturação mercantil.<sup>23</sup>

De acordo com Polato, a maneira como se deu a organização dos cursos comerciais “conduz à ideia da necessidade de um ensino profissional técnico pautado na demanda do mercado de trabalho” (POLATO, 2008: 18). Jorge Carvalho afirma que o setor terciário tornou-se um

ponto crucial para se verificar a existência de uma relação dinâmica entre a esfera sócio-econômica e a educação, ou seja, entre a oferta de empregos e a demanda por qualificação, em razão da qual uma parte da população procurará por instituições que possam lhe garantir a formação necessária para o acesso a estes empregos, para os quais os saberes mais comuns, não sistematizados, não serão mais suficientes (CARVALHO, 2008:20)

A formação nos cursos comerciais permitia que o aluno pudesse trabalhar em escritórios comerciais como contador, correspondente, datilógrafo, escriturário e guarda-livros.

---

<sup>23</sup> Nas citações será mantida a grafia original

Entender a opção que os libertários fizeram por essa modalidade de ensino foi questão crucial para a elaboração do projeto e, nesse sentido, trabalhamos com algumas hipóteses.

Se, conforme Jailson Santos, o ensino profissional foi visto como ensino para o trabalho manual e o ensino secundário como formador de elites (SANTOS, 2000: 218), podemos dizer que o ensino comercial era um ensino intermediário que possibilitava a ascensão social, mas não era destinado à elite. O autor Luiz Antônio Cunha cita os grupos ascendentes e inclui neles os indivíduos oriundos das classes trabalhadoras, principalmente filhos de operários que buscavam nos cargos subordinados dos escritórios, das lojas e das repartições afastar-se de ocupações manuais, rejeitadas devido à condição de exploração (CUNHA, 1984:146). Portanto, o ensino comercial poderia ser uma forma de ascender socialmente. Corrobora essa hipótese o fato de que o ensino secundário tinha, na época, a característica de ser extremamente excludente; sendo o curso comercial dependente do curso primário e médio (de duração de um ano), os concluintes tinham uma escolarização bem acima da média do restante da população.

Inicialmente poderia constituir uma maneira de colocar mais alunos em contato com o projeto de educação racionalista, visto que o curso de datilografia poderia ser freqüentado por alunos que tivessem feito o curso primário em outra instituição, ampliando assim o público possível. Além do fato de que, fazendo o primário e a datilografia o aluno passava mais tempo em contato com a escola. Soma-se a esse fator o tempo do curso de datilografia, que era de três meses e, por isso, possibilitava a circulação de um número grande de alunos na instituição.

Outra hipótese para a opção dos libertários pelo ensino comercial pode estar no fato de que a fiscalização e a legislação em relação ao ensino comercial eram menores do que em relação às outras modalidades de ensino, como o primário e o industrial. Além disso, o mercado de trabalho para esses profissionais ligados aos serviços do comércio estava em franco crescimento devido à expansão econômica. Ainda é importante citar o quadro das condições de vida dos operários, tão freqüentemente denunciadas na imprensa operária, que não estimulava a formação de mais operários.

A proposta de a escola libertária dedicar-se ao ensino profissionalizante é anterior à fundação da Escola Moderna nº1 e, mesmo antes do assassinato de Ferrer os jornais da imprensa operária abordavam a necessidade de a educação libertária também se ocupar de cursos que, através da educação integral, formassem o trabalhador. No que concerne especificamente aos cursos ligados ao comércio, a Universidade Popular (1904) anunciava os cursos de escrituração mercantil em sua proposta (segundo Fábio Luz, O Amigo do Povo, 06/08/1904<sup>24</sup>).

No que se refere à noção de trabalho, essa era uma temática constante nos jornais operários. De acordo com Josué Pereira da Silva, o trabalho aparece representado de variadas formas, mas em todas elas está a necessidade de valorizar o trabalho (PEREIRA DA SILVA, 1996:95), de tirar dele o peso negativo que ganhara em um país recém-saído da escravidão e que explorava seus trabalhadores de todas as categorias.

Proudhon, um dos principais autores e militantes anarquistas, definiu trabalho como “a ação inteligente do homem sobre a natureza com vistas à satisfação de suas necessidades e à sua realização pessoal”(GALLO,2006). Para o militante Adelino de Pinho, autor do livreto *Quem não trabalha não come*, o trabalho é apresentado como aquilo do qual

resulta toda a soma de bem-estar, de conforto e de benefícios que nos oferece o desenvolvimento da agricultura, das indústrias e dos ofícios e profissões que concorrem numa forma eficiente e incontestável para o alargamento e melhoria vida da humanidade. (PINHO, 1920:16)

Ele aponta que o problema é que “o trabalho sem o braço executor do trabalhador não existiria (...), no entanto [o trabalhador], criando tudo que há de bom, é destituído do fruto de seu trabalho, vive à margem dos benefícios” (PINHO, 1920:17).

Na continuação de seu livreto o professor e militante dá a definição de trabalho:

Por trabalho compreende-se toda atividade manual ou mental que aumenta os confortos da vida coletiva, alargando nossos conhecimentos e as possibilidades humanas de mais progresso, de mais civilização, de mais fraternidade e solidariedade. Tudo que nos melhore coletivamente, tudo que nos ilustre, tudo que nos esclareça, tudo que concorra para progressos morais, econômicos e científicos da humanidade, é o trabalho na larga acepção do termo.

---

<sup>24</sup> Citado por CARONE, Edgar. O movimento Operário no Brasil (1877- 1944).

Essa concepção representa a maneira como os anarquistas entendiam o papel do trabalho, muito diferente da situação de trabalho vivida cotidianamente pelos operários das primeiras décadas do século XX. Entre as longas horas de trabalho, as péssimas condições de higiene e a violência moral sofrida constantemente, o trabalho dos operários beneficiava a um número muito pequeno de pessoas. Realidade completamente oposta ao texto citado, no qual se apresenta uma noção de trabalho que beneficiaria o coletivo.

A Escola Moderna nº1 iniciou a modalidade profissionalizante em 1918, com o curso de datilografia que poderia, desse modo, possibilitar pequena ascensão social a alguns dos alunos, oferecendo uma opção ao trabalho como operário. Deve-se levar em consideração que o datilógrafo é um profissional ligado à escrita (mesmo considerando que ele normalmente não escreve os próprios textos) e esta era muito valorizada nos meios anarquistas. Isso poderia ser o estopim para a formação de um trabalhador mais ligado à leitura.

Na primeira fase da escola, a opção profissionalizante estava limitada ao curso de datilografia, tendo sido ele anunciado pela primeira vez em 1918, quando uma nota do Boletim informa os cursos de datilografia, português e aritmética. São 18 alunos matriculados nas aulas especiais dessas matérias, número não muito diferente dos alunos do primeiro ano do primário (Boletim da Escola Moderna nº1, 13/10/1918). A edição de 1919 informa que eram 8 os alunos matriculados em datilografia, enquanto o primeiro ano do primário contava com 27 alunos.

O conhecimento em datilografia era imprescindível para qualquer trabalho na área comercial. Os jornais dos alunos estão de acordo com o discurso a respeito:

A dactylographia, em resumo, além de moderna, é uma invenção que não pode ser dispensada no commercio e nas repartições publicas, a menos que se não queira um trabalho muito imperfeito no que concerne à clareza e precisão da escripta.

Dahi a razão porque aprender dactylographia é habilitar-se para um logar no commercio. (O início, 12/10/1922 – Luiz Sooma – datilografia)

Apenas durante a década de 40 o processo de reprografia começou a ser utilizado; até então a datilografia era não só a mais moderna maneira de escrever como a mais moderna forma de copiar documentos (CARVALHO, 2005:89).

O texto do jornal não especifica quem era o professor responsável pelo curso de datilografia; uma nota apresenta como professores João Penteado e sua irmã, que trabalhava como sua auxiliar, Sebastiana Penteado. A professora Isabel Ramalhal era responsável pelas aulas de desenho.

Nessa primeira fase a escola não se transforma devido ao curso de datilografia. Este apenas completa as ofertas da instituição, não há uma mudança abrupta em sua feição de escola primária dedicada à educação racionalista, apenas passa a oferecer uma opção para continuidade do estudo.

Mesmo com a inclinação para os cursos comerciais, o contato da Escola Moderna nº1 com associações operárias é freqüente. No mesmo Boletim que informa sobre os cursos de datilografia, há registrado uma nota informando que o Sindicato de Resistência dos Laminadores de São Caetano decidiu colaborar mensalmente com 10\$000, tendo planos de fundar instituição escolar semelhante. Na edição de 18/3/1919 constam entre os doadores: Sociedade Resistência dos Laminadores de São Caetano, Liga dos Padeiros e Confeiteiros, Sindicato Proletário de Sabaúna, União dos Artífices em Calçadas, União dos Chapaleiros de São Paulo, Sindicato dos Canteiros de Lageado. Esse tipo de doador a diferencia das demais escolas de ensino comercial que mantinham relações mais estreitas com escritórios e lojas.

Com a abertura da Escola Nova em 1920 após o fechamento da Escola Moderna nº1, os cursos profissionalizantes vão gradativamente ganhando mais espaço na instituição. A pesquisa realizada por Paulo Jorge de Oliveira Carvalho nos classificados do jornal o Estado de S. Paulo indica que houve, na década, um aumento significativo da procura por empregados no setor terciário no período entre os anos de 1920 e 1930, o que possivelmente possibilitou à escola angariar mais alunos. Por meio dessa pesquisa o autor identificou que

para trabalhar nos escritórios a maior quantidade de anúncios visa às funções de datilógrafo, correspondente, empregado para serviços gerais, guarda-livros e para auxiliar de escritório. (CARVALHO, 2005:47)

Tais profissões tinham suas especificidades, mas no geral caracterizavam-se pela agilidade nas notações comerciais (garantidas pelo ensino da steno-dactilographia), conhecimento da linguagem comercial (ensinada pela disciplina de escrituração

mercantil), preenchimento e organização dos livros comerciais, além do conhecimento de outro idioma. Dessa forma, podemos admitir que a Escola Nova também se organizou para atendimento do mercado de trabalho? Ou esta era uma maneira de se manter enquanto a escola dava continuidade ao projeto educacional?

O início da década de 20 assiste a uma postura muito mais rígida por parte do poder constituído em relação aos anarquistas do que o início da década anterior. Desde a Greve Geral ocorrida em 1917 o governo aumentou a repressão e perseguição aos movimentos libertários e sindicatos, o que pode ter colaborado para a ausência de documentos da escola em relação aos dois primeiros anos do século passado. Possivelmente, os primeiros anos da escola após a reabertura foram marcados pela incerteza; o número inicial de *O Início*, da Escola Nova, é publicado apenas em 1922.





No que concerne a essa década, também é importante ressaltar que outras escolas comerciais são abertas no período. Abaixo, um exemplo de anúncio de uma delas:

Em um meio essencialmente profissional como o de São Paulo, que melhor profissão podereis escolher para vossos filhos do que a do commercio – difficil mas fartamente adquiridas em poucos annos, com parcas despesas e relativamente pequeno consumo de energias?<sup>25</sup>

Na propaganda podemos perceber a semelhança de linguagem em relação à publicidade da Academia de Comércio Saldanha Marinho.

Devemos também considerar que essa nova fase coincide com uma mudança de pensamento no que se refere à educação profissional. A opção pelo imigrante demonstrou à elite, que tanto o tinha desejado para embranquecer o país, seu “efeito colateral”. A agitação social provocada pelos movimentos operários, principalmente por parte do movimento ligado ao anarquismo, ensejou uma nova forma de pensar o trabalhador nacional.

Ele passou a ser visto como aquele que precisa ser resgatado, ensinado e civilizado para poder colaborar com a construção da nação. Por isso esse período é marcado por uma maior preocupação com o modo como eram formados os trabalhadores nacionais.

O primeiro registro sobre os cursos comerciais na Escola Nova está no jornal operário *A Plebe*, em anúncio que indica que o curso se iniciou no ano de 1921:

Comunica-nos o prof. João Penteado, diretor da Escola Nova, que acaba de ser instituído anexo esse estabelecimento de um curso comercial e das línguas, que habilitarão os alumnos para as funções de guarda livro, chefes de contabilidade de empresas commerciais, estabelecimentos bancários, peritos judiciais, etc, etc

Essas aulas são ministradas a noite, na Avenida Celso Garcia, nº262 (A Plebe, 26/03/1921)

Nos jornais escolares, o primeiro registro consta no jornal *O Início*, publicado em 12 de outubro de 1922 e informa que a escola oferece então os cursos primário, médio e comercial – forma guarda-livros, contadores e datilógrafos. Há 22 alunos

---

<sup>25</sup> Trecho de anúncio de classificado da Academia Comercial “Mercúrio”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 10/01/27, extraído de CARVALHO, 2005:72.

matriculados no curso de datilografia; outros 22 constam na lista de diplomados. No curso comercial há 8 alunos matriculados no primeiro ano.

O curso comercial constava das seguintes disciplinas: Contabilidade, Matemática, Português, Francês, Inglês, Geografia, História, Direito Civil e Comercial, Caligrafia, Física, Química, História Natural e Taquigrafia, Álgebra, Aritmética, e Escrituração Mercantil. Desta forma o programa da Escola Nova se adéqua ao Decreto nº 1.339, de 1905.

Durante o ano de 1923 aumenta a freqüência de alunos nos cursos comerciais, assim como a participação destes nos textos do jornal, o que denota a importância desses cursos para a escola. Podemos dizer que nessa fase a escola vai se firmando como dedicada ao ensino comercial, ampliando gradativamente o número de alunos e as opções de curso oferecidas. Devemos considerar que nesse momento a cidade está em expansão o que favorece o crescimento da escola no segmento. A instituição fica num dos importantes bairros operários da cidade região que se converte, no decorrer do tempo, de área periférica à área central.

Nesse mesmo ano, o ensino comercial volta a ser pauta de debate no Congresso Nacional. No dia 23 de agosto é assinado o Decreto nº 4.724-A que equiparou o diploma de diversas instituições do país (escolas em São Paulo, no Rio de Janeiro, Campinas, Ceará, Pernambuco, Pará e Alagoas) ao das escolas oficializadas pelo decreto de 1905.

Segundo o texto

enquanto não fôr organizado o ensino official das sciencias economicas e commerciaes, devem os ditos estabelecimentos observar os programmas de ensino constantes dos §§ 2º e 5º do art. 1º do decreto legislativo n. 1.339, de 9 de janeiro de 1905.

Infere-se que já estava em debate a questão dessa modalidade de ensino, mas enquanto as regras não eram definidas premiavam-se algumas instituições, tidas como modelares, com o reconhecimento federal.

As escolas excluídas do rol das escolas equiparadas teriam que aguardar a futura organização do ensino comercial conforme previa o decreto

Art. 4º Organizado o ensino official das sciencias economicas e commerciaes, serão determinadas então as condições a que se terão de submitter os estabelecimentos que de então em deante pretenderem a equiparação

Outro indício da preocupação com o ensino comercial reside no fato de que o decreto institui nas escolas já reconhecidas a fiscalização pelo governo federal.

Em 1924 a Escola Nova altera seu nome para Academia de Comércio Saldanha Marinho. A partir daí, os cursos primário, médio e preparatório recebem a denominação de cursos anexos. Em 1937 *O Início* justifica a mudança de nome ocorrida:

Mas aconteceu que depois de algum tempo com a generalização do nome academia, indevidamente adotado por quase todas as escolas de ensino comercial de São Paulo, Rio de Janeiro, e outras partes do país, e, principalmente, atendendo a reclamação de seus alunos que com anterior denominação se sentiam diminuídos em sua vaidade, a instituição que se achava na Rua Saldanha Marinho, resolveu mudar sua denominação antiga para a atual, que ficou sendo assim Academia de Comercio “Saldanha Marinho”, prestando assim justa homenagem ao grande vulto de nossa história, de tão grande projeção nos últimos tempos do Império. (*O Início*, maio de 1937)

Entre os anos de 1924 e 1930 o número de alunos matriculados nos cursos comerciais aumenta gradativamente, chegando a superar o número dos alunos matriculados nos outros cursos da escola em 1926, 1928 e 1929.

No ano de 1926 é assinado o Decreto nº 17.329 que regulamenta o ensino técnico comercial das escolas reconhecidas pelo governo e possibilita às escolas comerciais solicitarem a inclusão na lista de escolas reconhecidas pelo governo federal. São redefinidas disciplinas, duração, admissão, programa, número de aulas, documentos para matrícula e funcionamento. O decreto organiza a forma de fiscalização e determina o tipo de relatório que deve ser apresentado pela escola e pelo fiscal.

Até então a Academia de Comércio não constava no rol de escolas reconhecidas e fiscalizadas pelo governo federal. Provavelmente era positivo diante da clientela que a instituição possuísse esse reconhecimento por parte do governo, depois da fiscalização esse dado passou a constar em todos os anúncios.

A escola passou a fazer parte do grupo de instituições de ensino fiscalizadas no ano de 1928. A nomeação do fiscal é noticiada com alegria no jornal pelos alunos:

“acontecimento que tem alto significado na vida de nossa instituição cujo definitivo reconhecimento o governo federal não se fará esperar” (*O Início*,15/09/1924).

Curioso que no ano de 1927 (um ano após o decreto) a escola teve uma drástica queda no número de alunos, caindo de 139 para 45 matriculados nos cursos comerciais. O curso anexo, por sua vez, apresentou ascensão de 60 para 80 alunos matriculados. É possível que o fato da escola não ter sido reconhecida tenha repercutido negativamente. No ano seguinte, a instituição possui 148 alunos nos cursos comerciais, no entanto o número de alunos no primário cai para 51.

A fiscalização altera alguns aspectos da escola que, para se adequar à lei, passa a registrar em livros específicos, os alunos, as reuniões, as avaliações e a organização do ano escolar, que passam agora a obedecer ao padrão estabelecido.

Fernando de Azevedo comentou em seu famoso Inquérito sobre a Educação de 1926 a situação do ensino profissional. Em seus artigos no jornal O Estado de S. Paulo o educador afirma a necessidade de que o ensino profissional fizesse parte de um sistema de ensino organizado e integrado pelo Estado, visto que a forma como estava constituído não apresentava coerência (AZEVEDO,1960).

Percebe-se que a partir do decreto de 1926 inicia-se uma organização por parte do Estado, que há muito já era reivindicada, principalmente pelo grupo de empresários da cidade de São Paulo, que demandavam, desde o fim do século XIX, uma atuação do governo em relação ao ensino comercial. Em publicações reunidas por Carvalho pode-se entender que esse grupo de empresários não lutou apenas pela formação de mão de obra, mas também pela fiscalização e reconhecimento da profissão.

Assim falamos, porque toda nossa atividade profissional gravitava em torno dos elementos que constituem os patrimônios. O exercício da medicina, da advocacia, da engenharia, do magistério, não é reservado universalmente a quem possui seu diploma e tenha reconhecida competência? Porque, então, o mesmo critério não é adotado em favor dos contadores. (Berlinck, 1917 citado por CARVALHO, 2008:35)

Uma década antes da instituição da fiscalização e 14 anos antes da profissionalização, já se esperava que a profissão de contador tivesse, na definição de Luiz Antônio Cunha, privilégios ocupacionais por seu reconhecimento.

O parâmetro para a fiscalização dos cursos comerciais eram as escolas privadas, já reconhecidas pelo governo, devido à escassez de escolas públicas com cursos comerciais. Portanto, aquelas com membros mais importantes é que puderam estabelecer quais os tipos de saberes garantiriam aos alunos determinadas posições. O grupo da Escola Prática de Comércio, como já dito, esteve sempre à frente desse processo, figurando como referência e aparecendo inclusive nos anúncios da Academia de Comércio Saldanha Marinho. Por exemplo: prof René Hogennager, “contador diplomado pela Escola de Comércio Álvares Penteado” (*O Início*, n. 1, 12/10/1922).

A Academia de Comércio Saldanha Marinho possuía algumas propagandas em seu próprio jornal, *O Início*, e também no Boletim da Academia de Comércio.

Os alunos matriculados no Curso Comercial apenas com o pagamento de 20\$000 mensais têm o direito a receber lições de português, inglês, francês, aritmética, álgebra, contabilidade, escrituração mercantil, inclusive noções sobre Direito Comercial, etc. Aos alunos da Escola Nova são oferecidos passes escolares para os Bondes da Light. (*O Início*, n. 4, 16/10/1923)

Chamemos a atenção dos senhores paes de família para a conveniência que há em matricular seus filhos na nossa instituição de ensino, onde além de um CURSO COMERCIAL que é completo e compreende todas as matérias essencialmente indispensáveis a esta disciplina, encontrarão também outros cursos anexos, como o de ENSINO PRIMÁRIO e MÉDIO, além de DACTYLOGRAPHIA e CORRESPONDENTE COMERCIAL e de PREPARATÓRIOS, habilitando alunos para a matricula no Gimnasio do Estado. (Boletim da Escola Moderna, 01/10/1927)

Pelos anúncios, percebe-se que apresentam os cursos na perspectiva de uma carreira profissional com possibilidade de ascensão social, merecendo por isso o esforço dos alunos e de suas famílias:

Em qualquer casa comercial há datilógrafos com bom ordenado, que vivem regularmente. (...) Nossos pais trabalham para pagar as despesas feitas com nossos estudos, e por isso devemos fazer todo o possível para que eles se contentem com nosso progresso. (Waldomiro Martins Pompeo, *O Início*, 15/12/1925)

O Boletim da Academia de Comércio de 1º de outubro de 1927 apresenta, além da propaganda descrita acima, todo o corpo docente da escola detalhado com sua experiência profissional.

Através do folheto é possível perceber que, transcorrida mais da metade da década de 1920, não apenas a Escola Álvares Penteadó figura como referência como outras instituições de ensino:

Contabilidade – Professor Luiz Barbosa de Campos, ex-secretário e lente da Escola Luiz de Queiroz, de Piracicaba, ex-lente da Escola de Commercio José Bonifácio e ex-administrador Geral da Associação Beneficente da Companhia das Docas de Santos e actualmente alto funcionario do Banco Commercial do Estado de São Paulo.

Geographia e História – professor José de Oliveira, diplomado pela Escola Normal de São Paulo e director do Grupo Escola de Perdizes.

Assim como os exemplos acima, outros professores têm a sua experiência detalhada, o que mostra como a escola se apresenta ao público e a qualidade de seus cursos.

As propagandas da escola também apresentam o preço dos cursos, sendo que em 1923 a mensalidade era de 20\$000. Esse preço é semelhante ao da Álvares Penteadó (25\$000), no entanto esta possui mais taxas, (50\$000 a matrícula, 33\$000 o expediente e a inscrição para exames era de 30\$000).

Em 30 de junho de 1931 é assinado o Decreto de nº 20.158 que organiza o ensino comercial e regulamenta a profissão de contador. Trata-se do principal marco na história do ensino comercial no país, pois descarta a estrutura legal existente anteriormente e introduz um novo modelo de organização.

O decreto possui 82 artigos e organiza completamente o ensino comercial que deve ser composto dos cursos propedêutico e técnico de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário, perito-contador e, ainda, o curso superior de administração e finanças e o curso elementar de auxiliar do comércio. Define: disciplinas, o programa de cada curso, o período escolar, matrícula, avaliações – oral e escrita –, normas da fiscalização, registro e fornecimento dos diplomas, contratação de professores, dependências da escola, laboratórios, documentação escolar.

Para além do funcionamento interno da escola, o decreto também determina as instâncias às quais o ensino comercial se submeterá. A fiscalização será realizada pela Superintendência de Fiscalização do Ensino Comercial, subordinada directamente ao Ministro da Educação e Saúde Pública. Institui o funcionamento da fiscalização, o

pagamento dos fiscais e as visitas, que deveriam ser feitas no mínimo de dois em dois anos.

A esse respeito, entre os anos de 1928 e 1931 a Academia de Comércio recebeu 54 visitas do fiscal federal, assim distribuídas: 12 em 1928; 29 em 1929; 6 em 1930 e 38 em 1931. A primeira é anunciada no jornal de setembro de 1928, e pode-se dizer que houve uma concentração das visitas no primeiro ano de fiscalização e no ano em que o governo decreta a nova organização do ensino comercial (1931). Infelizmente o arquivo não guarda registro sobre as observações feitas pelos fiscais, apenas uma carta de recomendações do ano de 1936 foi preservada.

Uma das mais importantes determinações do decreto é a regularização da profissão de contador e de suas regalias. Aqueles que a exerciam, mas não tinham diplomas expedidos por instituições reconhecidas dentro da vigência da legislação anterior (decreto de 1926), poderiam requerer o registro, desde que se submetessem a um exame. O decreto define para isso as disciplinas que constaram nos testes de cada profissional.

A regularização dos profissionais é, no geral, bem recebida pelos profissionais do ramo, grupos liderados pelos empresários da Álvares Penteado já a requisitavam desde o início da década de 1920 (CARVALHO, 2008:52). No que se refere à Academia de Comércio Saldanha Marinho, o Boletim publicado no dia 15/07/1931 noticia o decreto e informa que a escola poderia ser fiscalizada e estava em plenas condições de fornecer os diplomas.

Como já dito anteriormente o período abrangido por esta pesquisa (1912/1931) permite acompanhar uma importante fase na história do ensino comercial. Quando a Escola Moderna nº1 inicia seus cursos na modalidade, apenas um decreto determinava as matérias que deveriam constar na grade curricular. No decorrer dos anos, conforme mostramos, a legislação amplia-se, tornando-se, igualmente, mais complexa, e acompanha a evolução do comércio no país e da organização dos grupos interessados.

Sendo assim, essa modalidade de ensino, que pode ter sido alvo de escolha em virtude da possibilidade da ação de veiculação de propostas dos grupos anarquistas, vai tendo sua possibilidade de atuação autônoma cada vez mais cerceada.

As determinações legais que iam ao encontro de grupos de empresários ligados ao grande capital acabavam por limitar a atuação das escolas nos moldes pré-estabelecidos. A instituição dirigida por João Penteadó, em nome de seu funcionamento, modula entre a adequação à lei – alterando suas disciplinas, registros e procedimentos –, e suas formas de atuação próprias, conforme veremos em capítulo posterior.

A análise da legislação e de sua implicação devem ser feitas tomando alguns cuidados. Em pesquisa sobre legislação escolar, Luciano Faria Filho propõe que as leis não sejam compreendidas apenas como uma imposição do Estado e/ou de classes dominantes, visto que, dessa forma, a análise ignoraria os embates. De fato, reduzir as leis que envolvem o ensino comercial aos desejos do grupo de Álvares Penteadó seria tentador, no entanto, assim como propõe o referido autor, é importante ampliar os horizontes oferecidos pelo exame da legislação no que se refere a como as obrigações legais reordenavam o ambiente escolar.

Michel de Certeau, em seu estudo sobre práticas cotidianas, nos propõe o entendimento de como os sujeitos utilizam-se do material que lhes é imposto. Acreditamos que essa legislação pode ser concebida como esse material, já que entre obrigações e burocracias ela também dá espaço a diversas formas de apropriação. Por exemplo, o caráter prático que é estimulado pela legislação no tocante ao ensino de línguas e de matemática. Este termo, prático, era muito caro aos educadores libertários e não era concebido por eles da mesma forma que para os escolanovistas, por exemplo. Para os libertários, o caráter prático de ensino deveria ser estimulado para que o aluno, aprendendo na prática, não assimilasse conteúdos por meio de dogmas, mas sim pela experiência própria. Por isso se reafirma a importância da investigação das práticas da escola buscando compreender a forma como essa apropriação era realizada cotidianamente, tornando-se, assim, mais importante pensar no uso que se fazia do que na imposição por si.



### **Capítulo 3 – As práticas escolares**

Como já mencionado o objetivo deste trabalho é levantar e compreender as práticas escolares realizadas na Escola Moderna nº1 e nas escolas que lhe deram continuidade, principalmente as atividades destinadas aos alunos dos cursos profissionalizantes.

Ao procurar os registros e vestígios das práticas escolares nos materiais produzidos e utilizados pelos alunos, procuramos entender as práticas escolares por meio da compreensão de como tais objetos, hoje alçados à condição de documentos históricos, participaram na experiência escolar em questão. Compreender as práticas que estiveram presentes no cotidiano escolar nos proporciona entender como as idéias pedagógicas foram vivenciadas e apropriadas por aqueles sujeitos.

Busca-se caracterizar a escola partindo do entendimento de que ela se constitui como um ambiente que não era apenas receptor e executor de idéias pedagógicas externas, mas sim um produtor de sua própria cultura, através de um pendular movimento de adequação e transformação que caracterizam a vida escolar.

Ao detalhar essas práticas, entendidas aqui como atividades realizadas pela escola que envolvem seus alunos, sejam elas eventos ou discursos a eles destinados, partimos do pressuposto de que entender a caracterização de uma instituição passa por seu processo de construção, uso dos espaços e dos tempos escolares, os saberes que circulam na escola, as formas de apropriação desses saberes e as práticas pedagógicas dedicadas aos alunos.

#### **3.1 Escola Moderna nº1 – Primórdios do Ensino Profissional**

Neste período o ensino profissional teve menor importância na vida da instituição visto que os cursos se iniciaram apenas no ano de 1916. No entanto, isto não descarta a importância das práticas escolares realizadas neste período, pois era um momento no qual havia menos fiscalização e, portanto maior liberdade de atuação. Sua caracterização é importante para a compreensão de continuidades e rupturas nos períodos posteriores.

A Escola Moderna nº1 caracterizou-se, em sua primeira fase – que compreende o período entre 1912 e 1919 – por ser um instrumento de ação direta do anarquismo.

Por isso as práticas escolares procuravam atender aos objetivos de formação de pessoas de pensamento livre, solidário, interessadas nos problemas sociais e na propagação das idéias anarquistas, visando à emancipação da classe trabalhadora através da conquista dos instrumentos controlados pelas elites, neste caso, a educação escolar.

Vale a observação de que as críticas libertárias dirigidas à escola não iam contra a estrutura da escola burguesa – sala de aula, professor, lições, livros, carteiras etc. Seu objetivo maior era diferenciá-la da escola burguesa pela forma de ensinar e por meio dos valores transmitidos.

As informações referentes às práticas escolares foram extraídas dos jornais escolares *O Início* e *Boletim da Escola Moderna* nº1. São três exemplares de *O Início*, publicados em 06/09/1914, 04/09/1915 e 19/08/1916 e três exemplares do *Boletim da Escola Moderna* nº1 publicados em 13/10/1918, 18/03/1919 e 01/05/1919.

A escola oferecia o curso primário nos períodos diurno e noturno a um custo de 3\$000 para os iniciantes e 4\$000 para os avançados. Para as aulas noturnas, existia a possibilidade de combinar o preço, facilitando assim o estudo dos operários, que pagariam de acordo com suas condições. O preço incluía ainda o fornecimento de livros e materiais “a fim de facilitar aos operários a educação e instrução de seus filhos segundo método racionalista” (*A Lanterna*, 25/10/1913).



Figura 4 – Alunos com João Penteadado na Escola Moderna nº1 - 1913

No ano de 1916 anuncia-se pela primeira vez um curso profissionalizante na escola

*Acham-se funcionando as aulas do curso preparatório de artífices e as de música, as quais já tem regular freqüência de alunos tendo por professores respectivamente os senhores dr. Leopoldo Guedes e Alfredo Ávella. (O Início, 16/08/1916)*

No entanto, os exemplares posteriores não informam sobre a turma, o funcionamento, horários e principalmente a razão do fim do curso, que não foi mais citado nos jornais de forma alguma. Cabe lembrarmos que cursos para artífices eram mantidos no Liceu de Artes e Ofícios e em outras iniciativas públicas e privadas. Em 1918 são anunciados os cursos de Inglês e Francês ministrados por Cleo Trombette sendo

O método adotado para o ensino destas línguas será o mais prático e intuitivo possível, de modo a garantir o aproveitamento dos alumnos (Boletim da Escola Moderna nº1, 13/10/1918)

A falta de recursos que possam ser destinados satisfatoriamente para atividades como os jornais é evidenciada em quase todas as publicações

Aparece hoje O INÍCIO, pela segunda vez, depois de tanto tempo. Mas... que tem isso? Antes tarde do que nunca. A demora teve uma causa. E sabem qual? A crise, a maldita crise que tanto perturba a humanidade neste momento. (O Início, 04/09/1915)<sup>26</sup>

A periodicidade sem dúvida foi a consequência mais perceptível dos problemas financeiros da escola. Consta no Boletim da Escola Moderna de 18/03/1916 um esclarecedor exemplo da vida financeira da escola. Tratava-se de um rol com os valores arrecadados em várias listas de doação que circulavam na cidade de São Paulo e em seu entorno. Observa-se a doação do Sindicato de Resistência dos Laminadores de São Caetano, Liga dos Padeiros e Confeiteiros, Sindicato Proletário de Sabauna, União dos Artífices em Calçadas, União dos Chapeleiros de São Paulo, entre outras associações operárias, deixando claro que a escola figurava como aposta educacional do movimento. Não apenas associações constam nas listas como também diversas pessoas realizaram doações. Outro meio de obtenção de verba eram as festas, nas quais prendas eram vendidas para arrecadação de recursos.

A frequência de alunos pode ser considerada regular em 1915 – registram-se 35 alunos no período diurno e 19 no período noturno; neste as aulas eram divididas em sessão masculina e sessão feminina as últimas iniciadas neste ano (O Início, 04/09/1915). Essa divisão de sexos deixou de aparecer nos jornais nos números subsequentes. De acordo com a leitura dos periódicos, a média de alunos manteve-se no decorrer dos anos, tendo um incremento com o início das aulas de datilografia, devido às quais a frequência da escola atingiu média de “70 e tantos inclusive de datilografia” (Boletim da Escola Moderna 18/03/19).

No que se refere aos métodos de ensino utilizados na escola, os anúncios presentes tanto n’O Início como em outros jornais operários enfatizam as técnicas de ensino utilizadas na escola, que são aquelas preconizadas por Ferrer. A primeira

---

<sup>26</sup> Nas citações manteremos a grafia original.

referência feita sobre o assunto aparece n' *O Início* do ano de 1915, quando os exercícios de composição são assim apresentados. Entendendo que o método define o caminho a percorrer para o aprendizado, temos indícios da forma como se previa esse caminho na escola:

na nossa escola se realizam exercícios de composição e descrição que são dados aos alunos, gradualmente, todas as semanas, a fim de que eles aprendam a escrever seus pensamentos, a redigir cartas e a fazer descrições de objetos com observância da devida ordem classificativa e emprego de pontuação precisa. (O Início, 04/09/1915).

O pequeno trecho acima, ao informar o tipo de exercício, a frequência e sua finalidade apresenta a idéia de que a observação pode ser entendida como uma maneira de colocar na prática o ensino racionalista, que entendia que a autonomia seria alcançada quando o aluno pensasse e se expressasse sobre o que ele vê. Outro elemento interessante para se levar em consideração é o fato de os textos serem produzidos com a possibilidade de publicação, o que interferia no momento de sua produção pelos alunos.

O excerto em questão indica que os alunos devem ser estimulados a aprender “*a escrever seus pensamentos*”, indicando que a proposta era que os alunos não apreendessem apenas a escrita correta do português, mas que de fato o aprendizado se tornasse uma forma de expressão.

No fim do período pesquisado a direção, juntamente com os colaboradores da Sociedade da Escola Moderna, opta por publicar além d' *O Início* o Boletim da Escola Moderna nº 1. Este periódico, escrito por João Pentead, Adelino de Pinho e outros militantes, esclarece os propósitos da Educação Libertária, informa sobre as escolas e eventos, além de apresentar balanços financeiros, textos históricos e notas informativas. O primeiro exemplar foi publicado em 13/10/1918, aniversário da morte de Francisco Ferrer, trazendo por isso na página de abertura um texto do idealizador da educação racionalista traduzido por Adelino de Pinho. Em homenagem escrita a Ferrer, o jornal informa que

A escola pretende combater quantos preconceitos dificultem a emancipação total do indivíduo e para isso adota o racionalismo humanitário que consiste em inculcar na infância o afan de conhecer a origem de todas as injustiças sociais para que, com seu conhecimento possa logo combater-las e se opor a elas. (Boletim da Escola Moderna nº1, 13/10-1918)

Interessante que aqui a palavra racionalismo está associada ao vocábulo humanitário. Tal adjetivo relaciona-se ao fato de que o racionalismo na escola é dotado do objetivo de gerar um “combatente social”, alguém que se preocupe com o futuro da humanidade.

No mesmo texto,

O ensino racionalista e científico da Escola Moderna há de abarcar, como se vê o estudo de tudo o que seja favorável à liberdade do indivíduo e a harmonia da coletividade, mediante um regimen de paz, amor e bem estar para todos sem distinção de classes, nem de sexo (Boletim da Escola Moderna nº1, 13/10-1918)

O autor deixa claro que o objetivo não se resumia a atingir apenas o aluno e sim obter um resultado social. A escola é vista como uma ferramenta que colaborará para a harmonia da coletividade.

No que concerne à educação nota-se, principalmente pelas propagandas da Escola Moderna nº2, que havia um entendimento de que educação e instrução tinham significados diferentes. Já no primeiro exemplar do Boletim da Escola Moderna nº1 Adelino de Pinho usou os dois termos, sendo que “instrução” é termo usado para se referir às instituições educacionais por ele criticadas e “educação”, para tratar da obra de Ferrer.

Durante toda a trajetória da escola, educação e instrução foram utilizados lado a lado. Em 1915 aparece n’O Início um anúncio da Escola Nova:

#### ESCOLA NOVA

Instituto de Instrução e Educação para menores e adultos de ambos os sexos. (O Início, 04/09/1915)

Essa utilização também é visível em jornais operários, como por exemplo, A Lanterna de 01/01/1915: “primeiro educar, segundo instruir, primeiro a prática, por último a teoria: primeiro o útil e depois o dispensável”.

A pesquisadora Cristina Figueira, em sua tese de doutorado sobre José Oiticica<sup>27</sup>, afirma que o educador defende que:

Ela [a educação] deveria estar em consonância com a luta mais geral em prol de si mesmo e de todos. Ao passo que a instrução não vinculada aos compromissos da transformação social era um fim que se encerrava em si mesma, e, portanto, não servia à formação de consciências autônomas. (FIGUEIRA, 2008:167)

Os textos indicam que a palavra instrução era de fato vista como algo menor, e educação estaria intimamente ligada ao projeto social. Definição semelhante encontramos no jornal *A Lanterna* para o qual a educação englobava os conhecimentos morais “adquiridos por meio de demonstrações baseadas em fatos verificáveis”; e a instrução pelas mesmas razões, deveria também basear-se no método experimental. No nosso entender, propunha-se que na escola não houvesse uma dicotomia entre o saber e o fazer. (*A Lanterna* 31/01/1914)

O pesquisador Fernando Peres divide instrução e educação como dois conjuntos de conhecimentos ministrados. Sendo que

a educação englobava os conhecimentos morais, “adquiridos por meio de demonstração baseadas em fatos verificáveis”; e a instrução pelas mesmas razões deveria basear-se no método experimental. No nosso entender, propunha-se uma escola em que não houvesse uma dicotomia entre o “saber” e o “fazer”. (PERES, 2004:126)

### **3.1.1 - Atividades escolares**

#### **3.1.1.1 – Jornais**

A primeira prática escolar a ser destacada caracteriza-se por ser resultado de uma atividade escolar e também fonte para o conhecimento em relação ao funcionamento escolar: O jornal *O Início*. Juntamente com o Boletim da Escola Moderna nº1 constituem as fontes existentes a respeito do período da Escola Moderna nº1, no Acervo João Penteadado, outras informações puderam ser obtidas em outros arquivos.

---

<sup>27</sup> José Oiticica (22/07/1882- 30/06/1957) – Foi professor, escritor de textos literários, artigos de jornal e peças de teatro; foi professor do Colégio Pedro II e defensor da educação racionalista. Sua militância acarretou diversas prisões no decorrer de sua vida.

O jornal O Início era produzido com a colaboração dos alunos, visando à produção discente de textos a partir de suas próprias reflexões como estratégia da educação racionalista. Apresentava-se como *Publicação de Propaganda, Orgam dos Alunos da Escola Moderna nº1*, com a epígrafe *A luz dissipa as trevas. A razão emancipa as consciências*. Além dos textos dos alunos e da apresentação escrita pelo diretor da escola, encontramos nele balanços financeiros, listas de doação, anúncios das outras iniciativas educacionais libertárias e lista dos alunos da escola.

O escopo de nosso moderno jornalzinho é cultivar sentimentos e amor pela paz, pela instrução, pelas letras e pela humanidade, fazendo despertar na infância o desejo de uma vida fraternal, humana, livre de prejuízos resultantes de convenções sociais (...) A infância precisa de estímulos dignificantes que elevem suas faculdades sensitivas e fortaleçam suas aspirações, encaminhando-a de maneira perfeita e racional para a grande e agitada luta pela vida social moderna (...) E por isso, pois, resolvemos publicar o nosso jornal, que embora pequeno, representa as grandes aspirações de paz, amor, elevação moral e intelectual da infância. (O Início, 06/09/1914)

Esse é o texto de abertura do primeiro número d'O Início, publicado em 06/09/1914. Nele vê-se que a escrita é valorizada, entendida como caminho para cultivar amor e sentimentos pelo estudo. O jornal constitui-se como uma estratégia educacional de objetivos múltiplos, era um método de ensino, envolvia os alunos em um trabalho coletivo, difundia os valores do anarquismo, divulgava para as famílias e para o movimento os resultados da escola. No que se refere ao movimento anarquista, acabava por cumprir, de certa forma, a função de prestação de contas com o movimento e com os colaboradores que doavam recursos para a educação libertária.

De acordo com o trecho percebemos que valores do anarquismo também constam entre os objetivos a serem alcançados pela produção do jornal, que busca desenvolver *o desejo de uma vida fraternal, humana, livre de prejuízos resultantes de convenções sociais*.

A produção do jornal possui estreita relação com o princípio da educação racionalista (e também escolanovista) de centrar a aprendizagem no aluno. Por isso os textos propunham-se a trazer a perspectiva do aluno Na educação racionalista, centrar o



ensino no aluno tinha por objetivo dar base para o livre pensamento, fazendo com que ele criasse o hábito de elaborar reflexões próprias.

A produção escrita dos alunos era apresentada como exercícios de composição, descrição e textos epistolares. Os temas eram os mais variados: descrição do ambiente onde estava o aluno, relato da festa, carta solicitando objetos esquecidos com amigos e cartas tratando de temas sociais, como no emblemático exemplo abaixo:

O meu desejo é em primeiro lugar acabar com estes governadores, imperadores, reis e finalmente estes burguezes de todas as classes, que são os causadores desta monstruosa catástrofe, na qual tantas pessoas inocentes morrem deixando suas famílias num mar de tristeza e desconsoações, como por exemplo acontece com as famílias desses que foram daqui para aquele matadouro. (João Bonilha - O Início, 19/08/1916)

A temática dos textos que circulavam nos jornais pode revelar os discursos e saberes que circulavam no ambiente escolar. Obviamente, a Primeira Guerra Mundial, denominada aquele tempo de A Grande Guerra, era assunto de interesse geral, no entanto é importante atentarmos sobre a maneira como aparece apresentada, pois pode ser indício de aspectos que estão silenciados na documentação.

Os professores da escola, segundo os periódicos, eram inicialmente João Penteadó e sua irmã, Sebastiana Penteadó. Com o tempo os professores Leopoldo Guedes e Isabel Ramal completaram o grupo. Contudo, não há registros explícitos sobre a forma de atuação do professor em sala de aula. Temos acesso às recomendações constantes na obra de Ferrer e nos textos sobre a educação racionalista, que recomendava que os conteúdos não fossem ensinados como verdades absolutas e que o livre pensamento fosse sempre estimulado.

O trecho acima indica, ainda, que havia um tratamento explícito quanto à divisão social em classes e a respeito do local social ocupado por aqueles sujeitos. Podemos inferir que a clareza demonstrada pelo aluno ao denominar *estes governadores* e *estes burguezes* é fruto de termos colocados em circulação pelos professores.

De alguma forma, seja nos exercícios de descrição de passeios ou textos de temática social podemos entender que o professor cumpria, no mínimo, o papel de

direcionar o olhar e reflexão dos alunos e iluminar determinados aspectos sobre os assuntos trabalhados para que atingissem suas conclusões. Mesmo com a proposta de neutralidade e com a aposta de que as conclusões deveriam refletir apenas a opinião do aluno, elas são fruto de um caminho de aprendizagem traçado pelo professor da escola.



Figura 5 - O Início de 19/08/1916

Alguns valores caros ao anarquismo relacionam-se ao trecho, sendo o mais evidente o fato de que os ácratos criticavam a guerra, que em sua visão não beneficiava os trabalhadores; a guerra, assim como o nacionalismo estimulado pelos Estados e pelas burguesias nacionais, trazia benefícios apenas a elas, lembrando que uma das características do movimento era o internacionalismo. Portanto, não havia porque guerrear por uma nação que apenas explora a classe trabalhadora. Sendo assim, através da leitura dos jornais percebemos, por meio da produção discente, que as concepções anarquistas eram postas em circulação.

No *Boletim da Escola Moderna nº1*, a proposta educacional da escola é apresentada desta forma:

Nada de fórmulas feitas mas o alumno mesmo ser levado a descobrir o phenomeno, a causa e a lei natural a que obedece. Não a apologia deste Estado Social, mas a crítica as instituições e a demonstração de que são um obstáculo à felicidade do povo e ai a necessidade de as aniquilar. (Adelino de Pinho – Boletim da Escola Moderna nº1, 13/10/1918)

Face ao exposto, pode-se afirmar que o jornal configura-se numa estratégia central no método de ensino realizado pela escola. Favorecia a reflexão do aluno, estimulava a crítica e formava “escritores”. Tal prática estava em consonância com a escrita dos jornais operários, como forma de levar ao trabalhador as notícias próprias de seu meio.

É por isso, portanto, que os jornais escolares configuram-se como uma estratégia de ensino na qual fica clara sua ligação com o anarquismo e os propósitos desse tipo de educação, que, mesmo apelando para a neutralidade da ciência, tinha a finalidade de deixar suas práticas educativas claramente delimitadas, afinal, ainda segundo texto do Boletim

... se o ensino racionalista se contentasse com diffundir sobre os conhecimentos de hygiene, sobre as sciencias naturaes e preparasse somente bons aprendizes, bons dependentes, bons empregados e bons trabalhadores de todos os officios, poderíamos muito bem viver entre atheus mais ou menos sãos e robustos segundo o escasso alimento que podem permitir os minguidos salários, mas não deixaríamos de nos encontrar sempre entre escravos do capital. (Boletim da Escola Moderna nº1, 01/05/1919)

Fica claro que para que os objetivos da educação libertária fossem de fato alcançados, seria necessário que os conhecimentos científicos tivessem objetivos revolucionários.

Nesse propósito a escrita, pelo que se apreende na leitura dos jornais, ocupava lugar central, os estímulos para que ela se realizasse eram diversos. Os exercícios de descrição trazem detalhes sobre os materiais que cercavam os alunos:

Na sala de aula:

Estou vendo sobre uma caixa uma tesoura, uma navalha, um livro chamado História do Brasil, um livro chamado Dicionário do Brasil, uma pedra, uma aritmética, uma faca, uma pedra de mármore, uma tampa de tinteiro, uma garrafa, uma caixinha de pênas, um apagador, uma Geografia da Infância, um saca-rôlha, o Jornal “A voz do Trabalhador”, duas folhinhas, um quadro negro, cinco mapas, um globo terrestre, um quadro com o retrato de Francisco Ferrer, um armário, uma mala, dois papelões e uma lata vazia. (Edmundo Scala, O Início, 04/09/1915)

Excertos como esse nos informam não apenas sobre os exercícios escolares, mas permitem o acesso aos materiais que faziam parte do ambiente escolar. O quadro de Ferrer e o jornal A Voz do Trabalhador explicitam a relação com o anarquismo e podemos dizer que ícones do movimento ocupavam a escola juntamente com materiais tradicionalmente encontrados nas escolas. Por esse texto entende-se que a escola possuía os materiais que na época eram considerados adequados para garantir um bom aprendizado – livros, elementos para a escrita e materiais de apoio.

Entre os exercícios de descrição constavam também os relatos dos eventos promovidos pela escola:

Realizou-se nossa festa no sábado dia 12 de janeiro de 1916.

A festa constou de cantos de hinos e recitativos. Os cantos em que tomei parte foram: *A Pimentinha*, *O Sabia nas campinas* e *o Gaturamo*. Eu recitei *O Grilo*, *o Bruno*, *A ternura de Mãe*, *O Papão* e *O Lobo e o Cordeiro*; Lidia Tufi recitou *Foi para isto* e Catarina, Marcelina e Maria Fogioni também recitaram.

(Ernesto Tozzato, 10 anos, O Início, 19/08/1916, itálicos no original)

Juntamente com os exercícios de descrição eram publicados os exercícios epistolares, nos quais os alunos escreviam pequenas cartas uns para os outros e até para pessoas externas à escola.

São Paulo, 10 de agosto de 1916

Amigo Miguel Bueno

Saudações

Ontem, quando fui visitar-lo, deixei atrás da porta de visitas meu guarda sol. Ele é de qualidade superior, de seda preta, com cabo de prata, tendo em cima dois anéis de ouro. Peço por favor de m'o guardar até que vá buscá-lo.

Subscrevo-me com estima e consideração, agradecido

Seu amigo

Nilo (11 anos) (O Início, 19/08/1916)<sup>28</sup>

Trechos como esse compõem toda a parte de colaboração dos alunos, indicando que a escola centrava esforços para que eles se valessem de sua própria expressão no momento da escrita. A escola ia, assim, na direção de estimular a autonomia de pensamento.

Esse estímulo à escrita não pode ser pensando sem considerar o professor João Penteadado. O professor concluiu o primário e sua formação como educador deu-se na prática. Foi tipógrafo e iniciou sua colaboração em jornais operários ainda na cidade de Jaú, onde nasceu. Escreveu para vários jornais da imprensa operária e espírita, livros e textos sobre vários temas. Foi um bravo defensor da educação racionalista e da necessidade de alfabetização. Para Valverde esse estímulo à escrita não se trata apenas da

aquisição dos mecanismos de leitura, mas para além do domínio das conexões das letras, palavras, números, juízos, são as reflexões e as análises críticas da realidade imediata, mediata e mais fundamental, que são almejadas. (VALVERDE, 1996:9)

Na trajetória de João Penteadado fica claro que a escrita era entendida por ele como ferramenta emancipadora e, por isso, essa será uma marca das escolas por ele dirigidas.

### **3.1.1.2 - Saídas**

Uma das práticas que se destaca através dos relatos são os passeios realizados com os alunos, hoje conhecidos como saídas pedagógicas ou estudo do meio. Não há

---

<sup>28</sup> Nilo Leuenroth era filho de Edgar Leuenroth, importante jornalista anarquista editor de periódicos do movimento e escritor de livros.

nos textos sobre os objetivos pedagógicos nada explicitando a razão das saídas, pelos relatos podemos inferir que acabavam servindo ao propósito de serem estímulos à observação e escrita. Uma das propostas da educação racionalista era de que os alunos apreendessem com base em suas próprias observações e as saídas proporcionavam novos espaços de aprendizagem.

As saídas relatadas nos periódicos foram: Passeio ao Campo (em 05/10/1914), Passeio à margem do Tietê (Em 06/03/1915 – O Início de 04/09/1915), Visita à Escola Moderna nº2 (em 20/06/1914 – O Início de 04/09/1915), Passeio ao Jardim da Luz (em 17/07/1914), Piquenique na Penha e Passeio à caixa d'água (em 04/09/1915).

Sábado, dia 20 de junho de 1914, nós fomos visitar a Escola Moderna N.2, da qual é professor Adelino de Pinho (...) Os meninos de lá recitaram e cantaram e nós também fizemos a mesma coisa. O professor Adelino também recitou e nos fez uma saudação. (Pedro G. Passos – O Início 04/09/1915)

Terça feira, dia 14 de junho de 1914, nós fomos ao Jardim da Luz (...) Depois chegaram as meninas e os meninos da Escola Moderna nº2, nós fomos ver os peixinhos, os macaquinhos, a águia, os passarinhos e as araras. (Antonieta Moraes – O Início, 04/09/1915)

Todavia, pela leitura dos trechos selecionados pode-se extrair que os passeios se prestavam a ser mais do que um estímulo para a escrita e observação. Constituíam-se, igualmente, em um momento de convivência e integração entre os alunos das duas Escolas Modernas, proporcionado uma aprendizagem que ia para além dos conteúdos escolares, caminhando ao encontro dos valores defendidos pelas escolas.

Isso não significa que os conteúdos considerados escolares fossem esquecidos em tais atividades. Os passeios eram aproveitados como uma oportunidade de apreendê-los através da experiência.

Lá o nosso professor nos explicou que os troncos da taquara se chamam rizôna e esses troncos caminham debaixo da terra. Na volta o professor mandou pegar uma varinha com flores e pegamos também taquara de bambu. (Passeio ao Tietê – Edmundo Mazzone – O Início 04/09/1915)

Dessa forma, os passeios possibilitavam aos alunos que a aprendizagem acontecesse por meio de tempos e espaços diferenciados. Outro indício de que os objetivos iam para além da observação está no fato de que neles eram realizadas brincadeiras, recital de poesias e canto de hinos:

Lá nós brincamos de balanço, em cima de uma árvore que estava pendida para o chão, comemos nosso lanche em baixo, na sombra e nos divertimos muito. Brincamos de pegador, cantamos e recitamos, à festa também foram alguns alunos da Escola Moderna nº2. (Relato do piquenique na Penha – Virgina Cesare – O Início 04/09/1915)

No sábado dia 06 de março nós nos reunimos todos às 7 horas da manhã na nossa Escola e cantamos os hinos “A mulher”, e o “Primeiro de Maio” (...) Brincamos de caracol e Seranda-Serandinha bambu (Passeio ao Tietê – Edmundo Mazzone – O Início 04/09/1915)

Pelos relatos podemos dizer que os passeios também tinham como propósito ser um momento de brincadeira para os alunos; os lugares escolhidos, aliás, proporcionavam essa liberdade por serem lugares abertos e espaçosos. Os jogos figuram na obra *La escuela Moderna*, em um texto escrito por R. Columbie que afirma que tratavam-se de importante elemento para estimular o trabalho educacional. Ele declara, ainda, que os jogos faziam bem para o desenvolvimento físico da criança e possibilitam aos pais e aos professores observarem o modo como elas agem e seu comportamento nas brincadeiras, entender como elas se comportam diante de determinados acontecimentos, sendo assim um momento, no caso do professor, para aprender novos caminhos para o ensino. Para o autor, os jogos podem desenvolver nas crianças um sentimento mais altruísta, tratando-se de um momento que pode ser aproveitado para estimular a solidariedade por meio de “prudentes” observações e conselhos dos professores (FERRER, 1970: 43).

Nos exercícios de descrição, encontramos as raras referências, aliás únicas referências, sobre o comportamento por parte dos alunos:

Na volta o Carlos Lempo descontentou nosso professor, por que brigou com um pobre menino que estava distribuindo anuncios na rua (Visita a Escola Moderna nº2 – Pedro G. Passos – O Início 04/09/1915)

Não há, nos escritos sobre educação libertária, recomendações explícitas em relação a punições para o mau comportamento, aqui as palavras usadas pelos alunos nos dão dimensão do que significava o ato de brigar com um menino pobre que estava trabalhando, atitude que, obviamente, ia contra a moral defendida na instituição.

No que concerne a comportamento e a punições, existem poucos registros a respeito, o único que há no arquivo consiste num relatório preenchido por João Penteado na década de 1930, em que ele responde ao item sobre regime disciplinar afirmando que

Somos contrários à aplicação do castigo como regimen disciplinar, o qual não traz resultados proveitosos; preferimos nesse ponto de vista, fazer com que o aluno compreenda e reconheça suas faltas de modo a evitá-las. (Boletim de Informações – 1932)

Dessa forma reafirmava-se a continuação da proposta racionalista de não se valer dos castigos como prática educacional. Do que se depreende do discurso da escola, eram preferíveis o diálogo e o exemplo. A bibliografia consultada consta de poucos elementos em relação à punição, um deles está na obra “Utopias Anarquistas”, na qual Luizetto nos informa que Kropotkin aponta para uma sociedade sem prisão na qual aqueles que cometessem atos anti-sociais fossem encaminhados para uma conversa com médicos ou psicólogos (LUIZETTO, 1987).

Na ida vimos um cavalo morto e o Minieri botou flores em cima delê. O professor disse que o Minieri fez bem em botar flores em cima do cavalo morto. (Passeio ao Tietê – Edmundo Mazzone – O Início 04/09/1915)

Sem dúvida as saídas constituíam-se numa importante estratégia educacional da Escola Moderna nº1, que favorecia a observação, a escrita, a convivência e o lúdico possibilitando, ainda, o ensino de conteúdos escolares e dos valores defendidos pela instituição.

### **3.1.1.3 - Celebrações**

Um dos aspectos que mais diferencia a Escola Moderna nº1 de qualquer outra instituição escolar, seguramente, é o seu calendário de festas escolares. A maioria das escolas, ainda hoje, tem seu ano marcado por um conjunto de datas que são ritualizadas



no cotidiano escolar. Na Escola Moderna nº1 não era diferente, porém os fatos comemorados distinguiam-na das demais.

De acordo com os jornais nota-se que não existiu um padrão de festas que se repetia anualmente, diferente das escolas oficiais. Isso se relaciona, evidentemente, à falta de recursos que dificultava a organização e também às diferenças de concepção. O estudo de Renata Marcílio Cândido “Culturas escolares: as festas nas escolas públicas paulistanas (1890-1930)” foi de grande valia para a reflexão sobre os elementos que compunham as comemorações de escolas de iniciativa pública em comparação com as festas da Escola Moderna nº1.

Durante o período da Escola Moderna nº1 são relatadas as seguintes festas: festa em 27/09/1915, festa da inauguração da sede (14/11/1916), festa em 12/01/1916, festa em 14/07/1916 (Tomada da Bastilha), festa em 15/09/1918, festa em 13/10/1919 (Morte de Ferrer), festa 18/03/1919 (Comuna de Paris), 22/02/1919, 12/02/1919, festa do 7º aniversário da Escola (17/05/1919). Algumas celebrações não foram nomeadas ou não tiveram a razão de sua organização explicitadas pelos relatos.

Em relação às escolas públicas de São Paulo o Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890, estabelecia que as escolas deveriam comemorar as datas de: 1º de janeiro, 21 de abril (Tiradentes), 3 de maio (Descobrimto do Brasil), 13 de maio (Abolição da Escravidão), 14 de julho (Consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos), 7 de setembro (Independência do Brasil), 12 de outubro (Descoberta da América), 2 de novembro (Comemoração dos Mortos) e 15 de Novembro (Proclamação da República). Tais datas não foram comemoradas pela Escola Moderna nº1 com exceção do 14 de julho, que era associada diretamente à Revolução Francesa.

As festas escolares configuram-se como prática importante também em outras escolas, portanto, para compreender o papel destas na educação racionalista, devemos nos perguntar qual o papel das celebrações na Escola Moderna nº1? Na obra Anarquismo: Roteiro de Libertação Social, Edgar Leuenroth trata dos festivais litero-musicais e nos indica a opinião do movimento sobre as festas:

Além das atividades empregadas na propaganda doutrinária, por todos os meios a ela adequados, bem como nas de caráter

instrutivo e educativo, os libertários, visando a desenvolver a sociabilidade entre os participantes de seu movimento, promovem festivais litero-musicais, representações teatrais e reuniões campestres, assim como encontros familiares com refeições e conjunto, realizados em ambientes domésticos, dominando a preocupação de que os militantes deles participem com suas famílias. É por isso que os componentes desse movimento, animados por um ideal de basilar renovação social, não descurando os embates das lutas ativas e cheias de sacrifícios, dedicam especial atenção ao de auto-preparação, isto é, de resistência às influências maléficas do ambiente atual, lutando para vencer suas falhas pessoais incompatíveis com a condição de militantes libertários. (Leuenroth, 1963)

Encontram-se nesse excerto pontos importantes das festividades anarquistas, como, por exemplo: desenvolvimento da sociabilidade e envolvimento dos familiares em oportunidades que permitam a difusão dos ideais libertários.

As festas, bem como outras atividades da escola, tinham por objetivo não apenas a educação de seus alunos, mas que, por meio deles, seria possível atingir também sua família, e por isso o programa da escola era adequado para que em determinados eventos a família participasse. Francisco Ferrer já alertava sobre a importância de que a escola atingisse também a família do educando, por isso as Escolas Modernas realizavam festas e conferências.

Faz parte do objectivo da escola, também atrair a atenção dos pais dos alunos para a obra de educação e instrução segundo os métodos racionalistas, e nesse propósito são realizadas pelo professor, todos os mezes, festas escolares, constantes conferencias sobre assuntos educativos e sociais, hinos e recitativos escolares. (A Lanterna, 18/05/1914)

As conferências seguiam o modelo das festas e constavam de uma fala do diretor (ou de outro palestrante) e da participação dos alunos cantando hinos e recitando poesias. De acordo com A Lanterna, o evento aconteceu com relativa frequência nos anos de 1913 e 1914. Na leitura dos jornais escolares há apenas uma indicação informando que as sessões de propaganda científica irão acontecer e que ainda não haviam desistido desse propósito

É essa uma iniciativa que reputamos de muita importância pelos relevantes benefícios que poderá prestar às classes trabalhadoras. (Boletim da Escola Moderna nº1, 01/05/1919)

As festas serviam para a sociabilidade dos alunos, que se encontravam desse modo em um momento escolar não delimitado pelas aulas e pelas obrigações escolares,

podendo conversar livremente e brincar. Por outro lado, são marcadas pela combinação de liberdade e obrigação, já que os alunos tinham papel importante na organização, na divulgação e obtenção de prendas, vendidas para a obtenção de recursos para a instituição.

Em relação às festas com temas históricos, podemos dizer que cumpriam importante papel pedagógico ao criar uma determinada memória em relação ao passado. Na Escola Moderna nº1, as festas com temas históricos relacionavam à Tomada da Bastilha, à Morte de Ferrer e à Comuna de Paris. Apresentavam, assim, uma memória histórica que se ligava à trajetória dos oprimidos rumo à libertação – condizente com a visão anarquista da história – e que era internacionalista, opondo-se radicalmente à tradição das festas nacionalistas. Segundo Jomini:

A preocupação em esclarecer a comunidade sobre os fatos ocorridos na ocasião das datas comemoradas, veio denotar que os libertários percebiam a marcha dos oprimidos pela libertação e que procuravam ensinar história de um modo vivo. (JOMINI, 1992: 100)

Esse aprendizado não era destinado apenas ao aluno, mas se estendia a toda sua família. Em relato sobre a festa da Comuna de Paris (O Início 16/08/1916) o aluno João Bianchini escreve que compareceu “com três irmãs e uma cunhada” e há diversos outros relatos indicando a presença dos familiares na escola. O evento foi realizado no salão Celso Garcia e contou com a participação de diversos militantes

por iniciativa do companheiro Ângelo Bandoni, a qual era de esperar-se esteve muito concorrida (...) Falaram na ocasião os companheiros Bandoni, Edgar Leuenroth, Bortolo Scarmagnani e o diretor desta publicação. (Boletim da Escola Moderna nº1 01/05/1919)

Os alunos da Escola Moderna nº2 freqüentemente compareciam e participavam das festas, assim como os alunos da Escola Nova, dirigida por Florentino de Carvalho

A hora certa eu me sentei na cadeira e um pouco depois vi chegar o professor Pinho com os alunos e com a família. Vieram também os meninos do Florentino. Ai cantamos, primeiro *A Marselhesa da Paz*, o Scala recitou *Afinidades*, Antonieta Moraes, *As Pombas*, Bruno Bertolaccini, *Um monstro*. Vieram depois de começada a festa, quando Bruno acabou de recitar, uns músicos, que começaram a tocar. (Relato da festa de inauguração da nova sede em 14/11/1915 por Catarina Bari – 11 anos – O Início, 19/08/1916)

Segundo a descrição dos eventos, fica evidente a semelhança que o modelo da festa tinha com as comemorações do movimento anarquista. De acordo com os jornais,

as celebrações eram repletas de recitação de poesias e, geralmente, acontecia uma fala do diretor – João Penteado – para todos os presentes.

Antes de a escola ter condições para a publicação de seu humilde periódico, as festas já aconteciam. Segundo o jornal *A Lanterna*, em 1913 houve a festa de inauguração da Escola Moderna nº2. Na ocasião João Penteado, juntamente com os alunos da Escola Moderna nº1, compareceram e participaram com falas, hinos e poesias (*A Lanterna*, 25/10/1913). No ano seguinte, diversos anúncios indicam uma grande festa organizada na Vila Thaide para arrecadação de dinheiro para que as Escolas Modernas pudessem oferecer livros e materiais.

Esperando merecer neste sentido o indispensável auxílio de todas as pessoas interessadas na propaganda do ensino e instrução racionalista, que lhes poderão mandar desde já algumas prendas para quermesse. (*A Lanterna*, 09/09/1914)

De acordo com Cândido (2007), para o estudo das festas escolares é necessário atentar para a finalidade da festa e para o papel ocupado por cada um dos sujeitos escolares que se envolvem nesse momento.

No caso da Escola Moderna nº1, a organização da festa não dependia apenas da direção da escola, mas envolvia os alunos e seus familiares. Na festa de 14/08/1915 os alunos levaram prendas que foram vendidas para a obtenção de recursos. O jornal de 04/09/1915 traz uma longa lista composta por objetos simples trazidos das casas dos alunos como: “cofresinho” de madeira, copos, garrafas de licor, de rum, de vinho do Porto, latas de sardinha e marmelada, caixas de fósforo, charutos, maços de cigarros, sapatos, brinquedos, gravatas, entre outros.

A obtenção de recursos por meio das festas constituía outra fonte de renda e permitia, inclusive, a publicação dos periódicos escolares:

Era para ter saído periodicamente, todos os meses. Entretanto, so agora depois de um ano! E ainda sim graças a festa de 14 de Agosto, que nos veio dar um alento, trazendo-nos também como compensação de nosso trabalho, algum resultado econômico (*A redação – O Início*, 04/09/1915)

Os alunos também tinham como papel as apresentações e recitações, que ocorriam após a fala do diretor. Na festa de 14/08/1915 os alunos apresentaram o *Canto dos Operários*, de Neno Vasco, os hinos *As criancinhas*, *A mulher*, *A força* e *A instrução*

e as poesias *Meus companheiros, Abóbora e a bolota, Aproveitai o tempo, As vantagens do saber, O prior e o defunto*, por Nilo Leunroth, *A mulher teimosa, Antonio, A união, O garoto e o mestre escola, A raposa e as uvas, A união, O macaco declamando, O Gil, O amanhecer, O alfabeto, Os cinco sentidos e a mentira, Não saber ler, O cavador e um monstro, Os cinco sentidos, Sombra, O orgulho da águia e as Pombas, Papai e mamãe, As ovelhas, Quadrinhas, Cantos da amanhã, O dia, Na aldeia*.

Pelos títulos, temos pistas a respeito do tipo de saber que a escola colocava em circulação nessas ocasiões, há quatro deles que se referem de alguma maneira ao saber (*As vantagens do saber, Não saber ler, O garoto e o mestre escola, O alfabeto*).

Esse modelo de festa marcado por conferência, recital e baile repete-se em quase todas as festas do período e em algumas, como é o caso da emblemática festa de 14/08/1915 realizada no Salão Leale Oberdanck localizado na Avenida Celso Garcia, houve a apresentação da peça teatral *A questão*, de autoria de João Penteadó.

Mesmo com tantos propósitos militantes e pedagógicos a festa não perdeu sua característica de descontração, por isso após os discursos a seriedade dava espaço ao baile.

O baile então teve começo para satisfação de tantos rapazes e raparigas que não pensam em outro prazer na vida. (O Início, 04/09/1915)

No tocante aos bailes, devemos considerar que a princípio o movimento anarquista condenava eventos como jogos e bailes, pois considerava que estes alienavam os trabalhadores, distraíndo-os dos propósitos do movimento; por essa mesma razão as bebidas alcoólicas sempre foram condenadas. Entretanto, as festas passam a fazer parte do movimento, as prescrições iniciais foram flexibilizadas em nome da propaganda, da obtenção de recursos e da convivência.

Com relação ao álcool na lista de prendas, consta uma garrafa de rum e uma de licor que foram vendidas, como o restante das prendas, sem que isso fosse descrito como algum problema.

Independente do porte ou do local escolhido para a festividade, ela cumpria uma atividade também pedagógica para alunos e familiares, na qual o aprendizado não era

relacionado aos conteúdos escolares, e sim a valores defendidos pelo movimento como solidariedade, harmonia e ordem.

### **3.1.2 - Práticas discursivas**

Dentro do universo escolar as práticas escolares das quais os alunos participam não são representadas apenas por atividades como festas, saídas e lições. Os sujeitos dos ambientes escolares também se encontram imersos em meio a práticas discursivas. Esses discursos podem ser pesquisados, no caso da Escola Moderna nº1, pelos textos publicados nos jornais.

A investigação das práticas de escrita tem lugar central quando se pensa no universo escolar, pois este é produto das relações pedagógicas, das práticas administrativas, é efeito das construções do saber e deriva de uma prática escritural escolar (CHARTIER ANNE, 2000:4). A escola opera uma seleção de elementos da cultura para transmissão, que, longe de serem neutros, obedecem aos objetivos a que a escola se propõe, na forma como os agentes escolares operacionalizam essas metas por meio da produção de textos.

Claro que devemos considerar que elementos discursivos eram também operacionalizados através das atividades escolares, principalmente as conferências ou falas ocorridas em festas e que se destinavam a colocar determinados saberes em circulação.

Os temas que circulavam nos jornais dizem respeito principalmente ao cotidiano escolar, conforme já apresentado. No que se refere ao Boletim da Escola Moderna nº1 o conteúdo é mais denso (afinal eram escritos pelos militantes). Visando de certo modo a uma formação, era dirigido a um público externo à escola, e não aos alunos. Junto com os informes sobre a Educação Libertária, traz temas relacionados a lutas contra a opressão, tais como: a Comuna de Paris; a biografia de Ferrer; e Tiradentes. Interessante notar que o texto sobre Tiradentes – escrito por Astrogildo Pereira<sup>29</sup> – assemelha-o a Ferrer, pois ambos foram martirizados. Também no Boletim encontra-se uma

---

<sup>29</sup> Astrogildo Pereira (1890-1965) – Iniciou sua militância no anarquismo chegando a escrever para periódicos e a participar do II Congresso Operário Brasileiro (1913). A partir da Revolução Russa, afastou-se do anarquismo e aproxima-se do socialismo participando da fundação do PCB em 1922.

recomendação para a leitura da obra de Maria Lacerda Moura<sup>30</sup>, que proferiu uma palestra na Escola sobre o livro “Por que vence o porvir?”.

\*\*\*

Entre os anos de 1912 e 1919, período de existência da Escola Moderna nº1, a ligação com o movimento anarquista está bem clara tanto nos textos como na maneira como as práticas escolares se realizavam. De festas a piqueniques, passando por textos de militantes às práticas pedagógicas, os propósitos da educação racionalista estão bem delimitados.

É nesse período da Escola<sup>31</sup> que surgem os cursos profissionalizantes, ampliando assim o número de alunos que freqüentavam a escola e que, portanto, tinham contato com a proposta educacional libertária.

A leitura das práticas aqui evidenciadas possibilita perceber a escola atuando de fato como um instrumento de ação direta do movimento anarquista, propondo-se a oferecer um ambiente de estímulo à aprendizagem da solidariedade visando à “harmonia da coletividade”. Por meio da presença do livre pensamento e da autonomia da escrita, tinha em vista que os alunos se tornassem homens e mulheres de pensamento livre, solidário, interessados nos problemas sociais e na propagação dos ideais anarquistas.

Claro, podemos nos questionar sobre a maneira como os alunos recebiam esse tipo de ensino, se de fato tornavam-se militantes ou não, bem como pensarmos sobre a maneira de coadunar essa educação com o ambiente político e cultural no qual os alunos estavam inseridos.

### **3.2 Escola Nova**

Após o fechamento das Escolas Modernas e das inúmeras tentativas de reabertura, João Penteado reabre a escola como instituição particular de ensino em 1920

---

<sup>30</sup> Maria Lacerda Moura (1887-1945) – É enquadrada como anarquista por intensa aproximação com o movimento. Foi professora e aderiu aos métodos da Escola Moderna, lutou pelo direito das mulheres e tomou parte na Fundação Internacional Feminina e na Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Escreveu textos e livros e colaborou na imprensa operária.

<sup>31</sup> No ano de 1916

com a denominação de Escola Nova, nome que a instituição manterá até seu fim, de 1923.

Durante esse período são publicadas 4 edições do jornal O Início e nenhuma edição do Boletim. O periódico escolar ressurgiu após anos de ausência em outubro de 1922, muito diferente do seu exemplar anterior de 1919. Fisicamente continua tendo quatro páginas divididas em colunas, sendo que o tamanho aumentou e passa a ser dividido em três colunas. Além dos textos produzidos pelos alunos e da apresentação escrita pela direção da escola, o jornal traz a lista de alunos por curso, anúncios da escola e pequenos informes.

Em relação ao projeto de educação, é válido refletir sobre os motivos de reabertura da escola. Se esta não poderia continuar a ser explicitamente um instrumento de ação direta do anarquismo devido à perseguição sofrida pelo movimento, o que pretendia João Penteadado? Seria agora a escola de João Penteadado? As fontes não informam nada a respeito da reabertura; não há como afirmar quando a escola passa a ser uma instituição de João Penteadado e, posteriormente, de posse da associação Irmãos Penteadado. João Penteadado continua sendo militante, escrevendo em jornais da imprensa operária e participando dos eventos do movimento e, ao reabrir a instituição opta por continuar sendo educador. Aventamos a hipótese de que o projeto de educação libertário tornou-se um projeto particular de João Penteadado, que assume a posição de proprietário, diretor e professor da escola por décadas, por isso sua atuação como militante torna-se mais discreta, apesar de jamais ter sido abandonada. Bem provavelmente tratou-se de uma maneira de continuar a executar o projeto de educação que iniciou em 1912.

A educação racionalista, em seus métodos de ensino, tinha diversas semelhanças com o movimento educacional escolanovista; por isso a utilização desses métodos sem um explícito discurso militante constituía-se numa alternativa viável de existência sem a repressão pelos poderes constituídos.

As escolas particulares necessitavam, nessa época, de autorização do governo para funcionar e deviam seguir preceitos mínimos, no entanto elas ainda não eram rigidamente fiscalizadas e, por essa razão, sua possibilidade de atuação era relativamente grande, desde que se mantivessem afastadas de qualquer manifestação



contrária ao que se chamava de ordem. Devemos nos lembrar que a repressão ao anarquismo cresceu significativamente depois de 1917 e alcançou o grau de Estado de Sítio com Arthur Bernardes, em 1922. Para ter o direito de funcionar a escola precisou do reconhecimento oficial, tendo sido regulamentada pelo Decreto Federal de 05 de janeiro de 1905 e autorizada pela Diretoria da Instrução Pública de acordo com a Lei Estadual nº 1.579, de 14 de dezembro de 1917 (tal informação sempre aparecia nos jornais escolares).

Sendo o primeiro número do jornal apenas de 1922, não possuímos evidências a respeito dos dois primeiros anos de funcionamento da Escola Nova. Antes da publicação do jornal, todavia, aparecem anúncios da escola no importante jornal da imprensa operária A Plebe.

Comunica-nos o prof. João Penteado, diretor da Escola Nova, que acaba de ser instituído anexo a esse estabelecimento um curso comercial e das línguas, que habilitarão os alumnos para as funções de guarda-livro, chefes de contabilidade de empresas comerciais, estabelecimentos bancários, peritos judiciais, etc, etc (A Plebe, 26/03/1921)

Mostra-se aí que as ligações com o movimento operário não se esgotaram, afinal o periódico, continuação do jornal anti-clerical A Lanterna, era dirigido por Edgar Leuenroth, e dedicava-se a questões sociais, principalmente àquelas relacionadas ao mundo do trabalho, ao anarquismo, à educação, às greves e às organizações operárias etc.

O pequeno anúncio (bem menor do que na época da Escola Moderna nº1), não dá indícios claros da ligação da escola com o movimento operário e poderia passar despercebido a um leitor desatento, contudo o texto traz o nome de João Penteado, o que, para aqueles que acompanhavam o periódico e/ou pertenciam ao movimento, já era uma pista da ligação com o movimento anarquista, visto que ele publicou e continuava a publicar diversos artigos, principalmente sobre educação.

Durante o período da Escola Nova a instituição ampliou o número de cursos oferecidos, compostos desta maneira:

1- Primário – Aritmética, Geografia, História do Brasil, Leitura, Português, Caligrafia, Desenho Elementar, Trabalhos Manuais (para meninas)

2- Médio – consta das matérias do ensino primário, porém mais desenvolvidas com aplicações praticadas em exercícios graduais e progressivos de cálculos, redação descrição e composição – curso necessário para o curso comercial – duração de um ano

3- Curso Comercial – Contabilidade, Matemática, (Aritimética, álgebra e geometria) Português, Frances, Inglês, Geografia, História, Direito Civil e Comercial, Caligrafia, Física, Química, Historia Natural e Taquigrafia. – 3 anos (stenografia, desenho e escripturação mercantil, e legislação de Fazenda e aduaneira, pratica juridico-commercial)

4- Datilografia – Correspondência comercial, incluindo fatura com prática sobre tabulador decimal – 3 meses

5- Steno-datilografia – idem a datilografia mais : português, inglês, Frances, taquigrafia com métodos práticos aplicados ao comercio – 18 meses

6- Preparatórios – para aqueles que pretendem cursos farmácia, odontologia, normal e ginásial (O Início, 06/10/1923)

No caso das disciplinas oferecidas no curso comercial, cumpre observar que estão de acordo com o decreto de 1905.

Com o aumento do número de cursos, a média de alunos que circulam pela escola também é maior, segundo os jornais nos anos de 1922 e 1923 é de 136 alunos, entretanto, a maioria era matriculada nos cursos primários e médio.

Não sendo mais auxiliada por associações e sindicatos operários, o preço da escola teve uma alteração significativa, dos módicos 3\$000 para o curso primário e 7\$000 para o de datilografia, a mensalidade passou para 20\$000 nos cursos comerciais, não constando nos folhetos o preço dos cursos primários.

Os alunos matriculados no Curso Comercial apenas com o pagamento de 20\$000 mensais têm o direito a receber lições de português, inglês, francês, aritmética, álgebra, contabilidade, escripturação mercantil, inclusive noções sobre Direito Comercial, etc. Aos alunos da Escola Nova são oferecidos passes escolares para os Bondes da Light (O Início, 16/10/1923).

De acordo com a leitura dos jornais operários, o início da década de 1920 pode ser caracterizado por um período de grave crise, no qual se realizaram diversas greves devido, principalmente, à carestia de vida e ao aumento dos preços, o que pode ter dificultado o acesso de alguns à escola. Mesmo diante de tal crise a instituição, que igualmente deveria passar por dificuldades, não conseguiria se manter sem o aumento das mensalidades. Não há nas fontes informações suficientes sobre o perfil dos alunos,

apenas nome e idade. Alguns relatos nos permitem perceber traços da condição socioeconômica, sem permitir, no entanto, uma análise geral.

Em relação aos professores há poucas informações, com o aumento do número de cursos e de alunos o número de docentes que trabalhavam na instituição também aumentou, mas não há, em relação ao período da Escola Nova, como afirmar se os que davam aula na Escola Moderna nº1 continuaram ou não. Apenas duas notas apresentam dados a esse respeito, na edição de 12/10/1922 uma nota informa que a professora Isabel Ramalhal, professora de desenho, começara a fazer parte do corpo docente. Na Escola Moderna nº 1 as aulas de desenho eram dadas por Isabel Ramal, o que nos faz acreditar que pode se tratar da mesma pessoa. Na mesma edição anuncia-se, na descrição dos cursos, que o professor René Hogennager, *contador diplomado pela Escola de Comércio Álvares Penteado*, é responsável pela aula de escrituração mercantil.

No que se refere aos métodos de ensino, inclusive para os cursos comerciais, o discurso permanece o mesmo

O método adoptado pela ESCOLA NOVA, além de rápido, intuitivo e racional tem em mira principalmente o objetivo de preparar vantajosamente o espírito e a inteligência dos alumnos para as lutas da vida, dando por meio de lições praticas o verdadeiro conhecimento das matérias constantes em seu programma que encerra e condensa todos os conhecimentos indispensáveis a quem se dedica a carreira comercial. (O Início, 28/05/1923)

Nota-se que o método prático intuitivo continua a figurar como opção da escola. Como já indicado no primeiro capítulo, tais idéias faziam parte do ideário educacional também de outros grupos sociais, os escolanovistas no caso, e por isso seu uso não oferecia risco de parecer uma associação com um movimento visto como subversivo. O objetivo do método aparece dividido em dois: O texto cita que o principal é preparar para as lutas da vida, por meio de lições que condensam os ensinamentos necessários para a carreira comercial. O trecho selecionado pode ser revelador no sentido de permitir entrever que o curso comercial pode ser considerado uma estratégia para atingir um modelo de aluno semelhante ao que se pretendia durante o período da Escola Moderna nº1.

Por fazer parte do ideário escolanovista, era comum que os métodos de ensino aparecessem em propagandas. Portanto, independente da forma como os libertários apropriavam-se deste termo, seu uso no discurso era livre. Por esse motivo, o desafio é saber se a forma como tomavam para si tais propostas concretizava-se, de fato, em diferenças marcantes nas práticas cotidianas.

Assim é que, pondo de parte as abstrações teóricas que não só sobrecarregam demasiado a imaginação e roubam a paciência dos alumnos, mas ainda lhe causando verdadeiro tédio, fazendo com que percam o gosto de estudar, a ESCOLA NOVA, diferentemente do que se observa em outros estabelecimentos congêneres – adopta um systema pratico, intuitivo e racional de ensino que indo do simples para o complexo, gradual e sistematicamente, com passos firmes e visão clara, não deixa de operar verdadeiro e incontestável progresso satisfazendo não só a vontade dos alumnos e o desejo dos professores de suas respectivas matérias mas também aos fins a que este estabelecimento se destina. (O Início, 28/05/1923)

Diante de transformações sofridas pela escola e de permanências discursivas, torna-se necessário compreender como essas mudanças refletiram-se nas práticas educativas que constituíam e caracterizavam a instituição.

A Escola Nova apresenta-se na primeira publicação de O Início em 12/10/1922 como *Estabelecimento de Instrução e Educação – Fundada em 1912 – Internato e Externato*<sup>32</sup>. O primeiro número d'O Início apresenta-se como uma publicação literária e instrutiva, *Órgão dos alumnos da Escola Nova*.

é o orgam escolar, e como tal destinado a servir de recurso para a preparação e adestramento intelectual dos alunos da Escola Nova, que assim por meio da penna, com auxilio do próprio esforço e do estímulo encontrado no trabalho de redigir composições e artigos para abrilhantar o seu modesto mas vigoroso orgam de imprensa – de certo, com o tempo e o hábito tomarão verdadeiro gosto à tarefa de exprimir suas idéias e sentimentos por meio da palavra e escripta e com isso, habituar-se-ão naturalmente ao manejo da penna, tornando-se futuros escriptores, jornalistas e talvez gênios brilhantes, cuja gloria poderá servir de orgulho a nova geração. (O Início, 12/10/1922)

Proporcionar aos alunos um momento de escrita a fim de habituá-los a essa forma de expressão continua como um dos objetivos da preparação do periódico. Na apresentação, não há mais uma divisão clara entre o que era exercício de descrição ou

---

<sup>32</sup> Apesar da informação de que a escola oferecia internato não há nenhuma informação sobre alunos internos.



O jornal propõe-se a ter uma periodicidade trimestral e, apesar de indicar que a distribuição era gratuita na primeira página, indica na seqüência uma cobrança

O INÍCIO será distribuído gratuitamente. Todos os assignantes de um anno gosarão de abatimento de 20% e os de um semestre de 10%. Os que não tomarem assignaturas pagarão o dobro (O Início, 12/10/1922)

### **3.2.1 - Atividades escolares**

Pelo que se apreende na leitura dos textos o estímulo à escrita, bem como a participação nos jornais continuou a ser traço marcante nas práticas de ensino da Escola Nova, todavia os eventos que envolvem os alunos tiveram uma considerável variação.

#### **3.2.1.1 - Saídas e celebrações**

Os relatos de saídas realizadas com os alunos demonstram que estes continuam sendo estimulados a escrever as coisas que encontram e que aprendem através de sua observação, por conseguinte a proposta de centrar o ensino por meio das conclusões vivenciadas por eles parece ter permanecido. No entanto, nota-se, de acordo com os textos, que foram realizadas poucas saídas no período. A maior parte dos textos com relato de passeio é resultado de observações individuais feitas por alunos em viagens com seus familiares e não mais resultados de saídas coletivas. Esse aspecto não deve ser visto apenas de maneira negativa, pois, por outro lado, enriqueceu a variedade de assuntos possíveis. Encontram-se, nesse caso, os relatos das viagens à cidade de Santos – São Paulo – e Descalvado – Rio de Janeiro, lugares que certamente a escola não poderia visitar com todos os alunos.

No que concerne às saídas coletivas com objetivos pedagógicos, foram bem reduzidas. Se nos quatro jornais da Escola Moderna nº1 temos o relato de quatro saídas, os quatro números destes publicados entre os anos de 1922 e 1923 indicam apenas dois passeio escolares. O primeiro deles, relatado por Luiz Ferrigno, de 11 anos, trata de um passeio ao campo para jogar bola:

Chegamos ao campo. Nele havia uma porção de vaccas e meus companheiros tinham medo de jogar naquele lugar; então o professor nos disse “Vamos a outro campo” (...)

Tiramos ahi os paletots e pegamos a bola (...) As meninas pulavam corda, enquanto nos estávamos apanhando de 2. (O Início, 12/10/1922)

De acordo com o trecho é possível afirmar que existiu uma tentativa de dar continuidade aos passeios tendo como objetivo que os alunos brincassem, por isso a escolha de um local aberto. Percebemos a organização da brincadeira, que seguia o “padrão” da época dividindo meninas e meninos de acordo com a atividade. Mesmo que a escola optasse por continuar com salas mistas, seguindo os princípios da co-educação sexual, algumas atividades eram diferenciadas. Isso já é revelado pelo curso e trabalhos manuais que eram dedicados apenas às meninas. A divisão poderia nos causar estranhamento devido à proposta anterior da escola, todavia esta não estava isolada da sociedade, e os alunos traziam comportamentos culturais externos e até mesmo estranhos à ideologia da direção.

O segundo relato de saída aborda um evento no qual celebração e passeio fundem-se. Trata-se do Passeio ao Parque São Jorge, ocorrido em 21/04/23, para a comemoração do Dia de Tiradentes. Data obrigatória no calendário de comemorações escolares, de acordo com decreto estadual.

As oito horas e trinta minutos o nosso Diretor abriu a sessão comemorativa falando que Tiradentes foi um grande martyr, que no dia 21 de abril de 1792 subiu o patíbulo e beijando os degraus disse:

- O Brasil não levará cem anos há de ser livre!

(...) E nosso Diretor, antes de sairmos, pediu que nos comportássemos bem no passeio e nos lhe prometemos assim fazer (Lazaro Figueira – O Início, 28/05/1923)

Realizou-se um passeio-festa cívica, muito diferente de comemorações ou saídas do período anterior. Enquanto cerimônia cívica, João Penteado optou por não realizar a festa na escola e sim por sair com alunos para a comemoração; bem como não houve a participação dos familiares dos alunos. Diante disso, podemos supor que poderia haver um cuidado em atrair olhares para a escola, ou que ainda não havia condições de se repetir atividades de grande porte e, por isso, optaram por algo mais discreto.

No período da Escola Nova há apenas uma menção a respeito do comportamento dos alunos, mas não há informação de qual atitude foi considerada desobediência.

Alguns colegas se comportaram mal porque desobedeceram ao Diretor. (Lazaro Figueira – O Início, 28/05/1923)

Se o passeio em comemoração ao Dia de Tiradentes é a única comemoração cívica relatada, a única festa comentada nos jornais é a festa de formatura da primeira turma de guarda-livros formada pela Escola Nova ao fim do ano de 1923.

Sobre esse evento possuímos apenas o anúncio, pois o número seguinte do jornal foi publicado apenas no fim do ano de 1924.

(...) em dezembro próximo, haverá, na ESCOLA NOVA, uma bem organizada festa na qual se comemorará a formatura de sua primeira turma de guarda-livros, cuja photographia será publicada em numero especial de O Início. (O Início, 06/10/1923)

Não saiu a edição prometida, nem mesmo algum comentário sobre a festa, que se tornou no período posterior tradição na escola.

Tanto as festas como as saídas permitem perceber que as práticas realizadas na escola passaram por mudanças significativas. Uma das hipóteses é que a escola estava tateando seu novo espaço como instituição de ensino e tinha a preocupação de não alardear sua presença, temendo que o governo associasse a instituição ao anarquismo. Existe a possibilidade de que, não podendo mais estabelecer os vínculos explícitos com o movimento anarquista, não havia mais sentido na realização de certas práticas. Também há de se considerar o novo corpo de professores, aumento de alunos alteração das relações e ações necessárias para que os eventos se realizassem.

### **3.2.1.2 – Avaliações**

Outra profunda transformação ocorre no campo das avaliações e na maneira como elas são aplicadas. Se na Escola Moderna nº1 estas não eram bem vistas e iam contra a proposta de educação racionalista, – que pregava que não deveria haver nem prêmios nem castigos, pois a avaliação deveria acontecer no cotidiano, – agora elas passam a fazer parte do calendário oficial da escola, anunciadas aos familiares por meio do periódico dos alunos.

Os srs. paes dos alumnos e todas as pessoas interessadas pela educação e instrucção dos filhos do povo são convidados a comparecer nos dias 22 e 22 às 12 as 19 horas, na sede da mesma, a



fim de assistir aos exames finais deste ano lectivo, nos quaes serão argüidos seus alumnos dos diversos cursos. (O Início, 22/12/1922)

A avaliação passa a ser um momento solene na escola, os alunos são submetidos a exames escritos e orais, que são inclusive públicos.

A partir desse momento o jornal traz os resultados dos exames dividindo os alunos em: “aprovado simplesmente, plenamente e não compareceram”. Os alunos do curso comercial são divididos em: “aprovados com distincção, plenamente e não compareceram” (O Início, 28/05/1923).

A solenidade dos exames ganha mais pompa pelo fato de que pessoas externas eram convidados a fazer parte da banca examinadora

Apesar de tardia não deixa de ser interessante a notícia dos exames finais realizados na ESCOLA NOVA, em dezembro do anno próximo passado, nos que tomaram parte como examinadores os srs. professores A. Pereira da Silva e João Ortale a quem agradecemos a gentileza de sua presença. (O Início, 28/05/1923)

### **3.2.2 - Práticas discursivas**

Diferente do jornal escolar da fase anterior, quando os textos eram basicamente descritivos e relatavam eventos escolares, na fase da Escola Nova, os textos são de outra natureza. Excetuando-se os que relatam os poucos passeios e festas existentes. Os assuntos tratados são variados e nos permitem entender as idéias e valores que circulavam pelo ambiente escolar. Não é possível detectar com precisão a maneira como os assuntos eram colocados em circulação, podendo tratar-se tanto de temas apresentados pelos professores como escritos pelo desejo dos alunos; independente disso, devido à publicação eles circulavam pela escola.

Textos com base na observação do aluno continuaram a ser escritos, agora trazendo não apenas descrições físicas, mas relatando fatos. Um simples exemplo é o relato da menina de 11 anos, Maria Emilia Valente, que explica em seu texto que estava num bonde quando este envolveu-se num acidente e, por isso, ela teve que pegar outro:

Depois nós tomamos outro bonde que vinha da cidade, e o motorneiro queria obrigar papae e outros a pagarem outra passagem! Era só o que faltava! A Light está podre de tanto dinheiro e a gente pagar a passagem duplamente.

Era só o que faltava! (O Início, 12/10/1922)

O discreto trecho indica que os alunos continuavam a ser estimulados a pensar sobre seu cotidiano e a sociedade que os envolvia. Se nos tempos da Escola Moderna nº1 a divisão da sociedade em ricos e pobres, exploradores e explorados era mais clara, agora o tema perde a característica panfletária e aparece de forma sutil, mas ainda de modo perceptível.

O trabalho na fábrica de vidro é muito ruim. Os operários que trabalham na fábrica de vidro soffrem muito, principalmente as crianças que vivem muito mal tratadas e queimadas. (Arthur Moraes – 11 anos – aluno do curso comercial – O Início, 12/10/1922)

Textos tratando de temas que se relacionam ao trabalho constam nas quatro edições do jornal.

#### O trabalho

Sem ele não haveria cousa alguma que nos fosse útil, porque sem trabalho nos seria impossivel a aquisição de bem estar e de progresso.

Emfim, para converncermo-nos de que o trabalho é a fonte da vida e da riqueza social basta considerarmos que sem elle não haveria navegação, nem caminhos de ferro, não haveria telegraphos, nem luz eléctrica, não haveria aeroplanos, nem navegação a vapor, não haveria cidades belíssimas nem vilas florescentes e prósperas.

Todas essas grandezas a elle nos devemos. Mas alguns ignorantes dizem há que dizem ainda não compreender como seria possivel a vida se não fosse o dinheiro que existe no mundo, quando entretanto, o trabalho e so o trabalho é fonte de todo bem-estar e riqueza na sociedade em que vivemos. (Romão Cocca – aluno do 1º ano do Ensino Comercial – 28/05/1923)

A definição de trabalho trazida pelo texto é muito próxima da definição de trabalho dos anarquistas<sup>33</sup> presente na obra de Adelino de Pinho e dá indícios de que, mesmo com tantas transformações, foi possível a João Penteado valer-se de conteúdos escolares ainda ligados à educação libertária.

É por meio dos textos, principalmente os que se referem a trabalho, que extraímos informações a respeito do perfil dos alunos da escola, possibilitando perceber que nem todos eram filhos de operários como poderíamos imaginar através de trechos

---

<sup>33</sup> Como já vimos no capítulo 2, presente no livro Quem não trabalha não come.

como o citado anteriormente. Alguns deles deixam claro que existiam alunos filhos de proprietários como nos seguintes:

A fabrica de artefactos de borracha do meu pae é muito grande. Ela fica situada na Rua Cezário Alvim, 1000 (...)

Os operários que nella trabalham são em numero de 10 alguns dos quaes menores. (O Início, 06/10/1923)

Nas fábricas desta capital tem acontecido muitos desastres. Na fabrica de meu pae já uma vez um homem se machucou em uma das machinas, porque se descuidou quando trabalhava. (O Início, 06/10/1923)

Algumas razões explicariam a presença de filhos de proprietários na escola. Uma delas pode ser o fato de que a escola configura-se cada vez mais como uma instituição de ensino comercial, o que atraía um público diversificado. Deve-se considerar, como já apontado, que a mensalidade da Escola Nova aumentou quase 3 vezes em relação ao curso de datilografia, que custava mensalmente 7\$000. Se pensarmos nessa convivência entre os filhos dos proprietários e os dos operários à luz da educação racionalista, ela não deve nos causar estranhamento, já que Ferrer não propunha apenas a co-educação de sexos, mas também a entre as classes sociais.

Percebe-se pelos textos que diversos ramos relacionados ao trabalho passavam por observação e reflexão dentro do ambiente escolar, pois várias áreas aparecem nos textos.

Os pedreiros pertencem a classe dos operários da construção civil e são de muita utilidade.

Mas acontece que nem todos tem casa para morar com sua família, havendo até os que moram em cortiço (O Início, 06/10/1923)

Nota-se que havia um entendimento sobre a que classe pertencem os profissionais e que espaço é por eles ocupado na sociedade. Pensando no discurso do jornal em conjunto, entendemos que circulava uma idéia de que o trabalho era a fonte de progresso para a sociedade, mas não necessariamente para os que trabalhavam.

Ainda em consonância com essa idéia de trabalho como gerador de progresso, o encantamento com a expansão dos avanços tecnológicos pelo qual a sociedade passava naquele momento também é presente.

O Progresso

O progresso é o bem-estar das nações (...)

Onde há estrada de ferro tudo progride, porque ele estabelece comunicações dos centros civilizados com as populações mais longínquas.

O progresso tudo transforma. (...)

Donde provem tudo isto?

Do trabalho, porque é o trabalho a fonte de onde nascem o progresso e o bem-estar da humanidade (Henrique Maffei – Aluno do Curso Comercial – 20/12/1922)

A respeito do progresso é interessante pontuar que não havia no movimento operário uma crítica à tecnologia em si, os anarquistas partilhavam da crença do poder libertador da técnica (RAGO, 1997:57). Esse encantamento, no entanto, não aparecia apenas em seus aspectos positivos, de forma ingênua. A estrutura desigual da sociedade também era apontada.

Não obstante suas maravilhosas invenções, que são verdadeiros prodígios, ainda o homem bem pode aprender a regra de vida social com a sociedade das abelhas e das formigas, cujos membros não precisam pedir esmolas uns aos outros, como acontece entre nós que nos gabamos de nossa civilização (Raphael Cocca – Aluno do Curso Comercia – O Início – 12/10/1922)

Apontamos anteriormente que os jornais publicaram relatos de viagens e passeios que os alunos realizaram com seus familiares. Nesses as observações tratam das belezas do local visitado, mas também sobre as escolas que a cidade possui e sobre características produtivas.

Possue tambem uma escola de Commercio denominada Cesar Costa e o Gimnasio Municipal. Além desses estabelecimentos possui mais um seminário, o Externato São José e o Collegio do Bom Conselho. Os dois dirigidos por irmãs de caridade e destinados a educação de meninos.(...)

Produz muitos cereaes, como: arroz, feijão, milho, café e muitos outros. É banhada pelo rio Parahyba, o qual quase todos os anos prejudica muito a lavoura de cereaes com suas enchentes (...)  
(Texto sobre Taubaté – Ovídio Indiani – Curso Comercial – O Início – 06/10/1923)

A importância dos cursos oferecidos pela escola, dentro desses discursos de valorização da instrução e do trabalho, são visíveis:

A dactylographia, em resumo, além de moderna, é uma invenção que não pode ser dispensada no commercio e nas repartições públicas, a menos que se não queira um trabalho muito imperfeito no que concerne À clareza e precisão da escripta.

Dahi a razão porque aprender dactylographia é habilitar-se para um logar no commercio (Luiz Sooma – curso de datilografia – 20/12/1922)

Pelo texto depreende-se que os alunos eram estimulados a pensar constantemente sobre o universo do trabalho, tanto pelo viés dos trabalhadores, como por seus resultados, suas razões e processos:

A gente pega a peça que se quer nickelar, leva-a na poletriz pule-a, depois lustra-a leva ao quarto, lava-a em kerosene enxuga-a com serragem. Uma vez enxuta pega-a de novo, lança-a ao tanque cheio de cal, depois tira-a coloca na água pura (Mariano Tornes – 11 anos – O Início, 22/12/1922)

Entretanto, hoje, depois da invenção de Fulton, as viagens marítimas tornaram-se mais rápidas e econômicas (...)

Não nos esqueçamos dos benefícios legados pelos grandes gênios que impulsionaram o progresso e se tornaram dignos de nosso respeito e admiração (Névio – aluno do Curso Comercial – texto sobre a invenção de Fulton – O Início – 06/10/1923)

Esse conjunto de textos sobre o trabalho, bem como o conceito de trabalho apresentado, demonstra que nesse aspecto o modelo de educação ainda mantinha características libertárias. De acordo com Marinice Fortunato, a partir da concepção de trabalho como gerador de idéias, os libertários tinham interesse em que os alunos aprendessem

“a história do trabalho” (origem, desenvolvimento dos descobrimentos, dos inventos); nesta história “as guerras”, os “despotismos” não passariam de fatos perturbadores da história. A integração com o mundo do trabalho era fundamental quer visitando fábricas, entrevistando operários, adquirindo noções de economia, aprendendo fundamento de diferentes ofícios (o que é bem diferente de profissionalização precoce) (FORTUNATO, 1992:38)

O trabalho era não apenas uma finalidade especificamente dos cursos profissionalizantes, mas era um fio condutor da aprendizagem, se relacionando à escrita, à observação e ao exercício da “expressão dos pensamentos”.

Outro indício de continuidade do modelo libertário está na sempre presente questão da moral. O anarquismo envolve, como vimos, uma maneira de ser, um modo de vida que vai para além de posições políticas. É um sistema marcado por “regras morais”. Não desejamos afirmar com isso que a moral não fosse importante em outros modelos educacionais, mas sim dizer que a presença desse aspecto nessa escola tem relação a uma moral ligada à postura do anarquismo. Nos textos são presentes “exemplos” de comportamento ideal em relação à família, à instrução, bem como do afastamento do álcool e de comportamentos tidos como negativos.

Se na Escola Moderna nº1 a preocupação com a família concretizava-se na presença desta na escola, na Escola Nova a família aparece valorizada, como a razão para que o aluno siga determinados comportamentos.

Ulule a ventania, chova ou faça sol, meu pae na hora determinada, diz um adeus a família e segue para o trabalho quer esteja forte ou não.

Eu começo a perceber agora que isso lhe é um sacrifício, porque ele não é moço e ainda esta sujeito a trabalhos rudes e para manter a família ao obrigo das necessidades. Isto não m’o disse elle pela boca. Eu compreendo pela sua dedicação ao trabalho e pelo seu amor á família (...)

Assim, pois, eu não desporei tão ingratamente o trabalho nas horas de estudo, visto eu saber perfeitamente que os livros, os papéis, o a roupa asseada, o calçado que o uso e estrago, e tudo o mais que eu preciso é adquirido com o suor do rosto do meu bom pae ( O Início, 23/05/1923)

No excerto, ao valorizar o esforço do pai, valoriza-se o trabalho que torna possível a ele manter a família e propiciar ao filho o estudo, as roupas e demais necessidades. Mais do que um relato pessoal esse tipo de texto é um estímulo de procedimento para os outros leitores.

O bom filho deve, em primeiro lugar, respeitar seus paes, depois estudar suas lições, ser bom ao mestre aproveitar o tempo em que estiver na escola. (O início, 22/10/1922)

As quatro edições do jornal trazem textos como esse, que indicam um comportamento a seguir como nos exemplos citados. A relação com a família é a linha mestra que guia o comportamento adequado em relação a outros campos da vida. O respeito à família traz todo um receituário, ser bom filho não é apenas respeitar os pais. A edição de 23/05/1923 apresenta um longo texto sobre um jovem que costumava ser

um bom filho, muito trabalhador, até começar a andar com rapazes viciados e começar a beber. Devido a isso, sua mãe adoece, numa noite ele chega embriagado, empurra a mãe e sai de casa retornando apenas horas depois, encontrando-a morta. A trágica e longa história aborda o comportamento em relação à família juntamente com o problema do álcool.

A luta contra o álcool sempre foi uma bandeira dos anarquistas, sendo o vício visto como algo que impede que o trabalhador se dedique à luta. No texto do filho embriagado, a situação apresentada mostra com clareza como o álcool prejudica as relações familiares.

Os “indicadores de comportamento” continuam quando se trata do tema da instrução. A instrução é representada nos jornais como um instrumento de valorização pessoal

#### A ESCOLA

A gente vae a escola não só para aprender a ler e escrever, mas também para educar sua inteligência e preparar seu espírito para mais tarde se tornar uma pessoa instruída, digna de admiração e do respeito das pessoas de suas relações. (O Início, 23/05/1923)

Essa admiração de que goza aquele que é instruído está em oposição à falta de valor do ignorante.

O ignorante é como qualquer objeto sem valor que vive jogado ao canto (...)

A instrução é a primeira coisa que dá valor ao homem (O Início, 06/10/1923)

Se relacionarmos os textos que abordam o trabalho com os que tratam do valor da instrução, pode-se voltar à hipótese de que o ensino comercial garantiria carreiras profissionais melhores. Interessante notar que, mesmo tornando-se uma escola de curso comercial, os textos e relatos abordam os trabalhos que acontecem em outros campos, o que pode ser explicado pelo fato de que a escola situava-se em um bairro operário e de que, provavelmente, os alunos pertenciam a esse universo.

O levantamento das práticas escolares que envolviam os alunos (por meio da circulação de saberes ou por meio de atividades realizadas e relatadas) permite perceber que tais práticas ainda guardavam semelhanças com a Escola Moderna nº1.

Paulo Guiraldelli Jr defende que os escolanovistas conseguiram solapar o trabalho desenvolvido pelos libertários

despindo a didática dos operários de seus compromissos políticos e ficando somente com os procedimentos gerais que implicavam a liberdade ao aluno, democracia no interior da escola, um certo anti-clericalismo, apego às ciências experimentais e etc (GHIRELADELLI JR., 1986:144)

Segundo o autor as semelhanças formais entre as propostas de educação racionalista e as propostas do movimento escolanovista facilitaram a cooptação de alguns dos movimentos de educação das massas, visto que Ferrer era considerado a vanguarda na questão educacional.

Se o que o movimento da Escola Nova fez, segundo as palavras de Ghiraldelli, foi despir as práticas libertárias de seu sentido mantendo seus fazeres, podemos dizer que o contrário também é possível, ainda que João Penteadado tenha se aproveitado da semelhança entre os termos para dar continuidade a suas propostas de educação.

A leitura dos jornais permite compreender que métodos como observação e escrita continuam, assim como a preocupação de que o aluno se constituísse como alguém instruído, que valorizasse a família, o trabalho e a educação.

Se algumas práticas da escola sofreram profunda transformação, como no caso das saídas, das festas e das comemorações de momentos históricos, outras, no entanto, apresentam permanência, como o estímulo à escrita, a reflexão sobre a sociedade e a questão da moral, que continuaram presentes nos textos. O uso do conceito de trabalho e os anúncios nos jornais operários indicam ainda uma ligação com o movimento anarquista (perceptível aos iniciados). Pode-se assim afirmar que ainda permaneciam na escola práticas que em muito se assemelhavam com o ensino racionalista.

Particularmente no tocante ao ensino profissionalizante, percebe-se que a preparação para o trabalho tinha como meta não apenas os aspectos profissionais, mas a constituição de um trabalhador mais completo. Semelhante ao que pregava a educação integral a escola preocupava-se com a instrução profissional e moral.



### 3.3 - Academia de Comércio Saldanha Marinho

Quase um ano após a publicação do jornal O Início pela Escola Nova, vem à luz a publicação do primeiro número do jornal da escola, agora denominada Academia de Comércio Saldanha Marinho. Fisicamente o periódico não sofre alterações e continua com quatro páginas e dividido em colunas, contudo no decorrer do período pesquisado o conteúdo passou por diversas mudanças. Por exemplo, na primeira edição os textos não foram escritos por alunos, além dos escritos por João Penteado, o periódico constituiu-se de trechos de textos literários e colaborações dos outros professores, relação de alunos por curso, informes sobre o Grêmio e sobre as férias, relatos de festas. Afirma que

(...) O Início continuará sahindo, de vez em quando, sempre que as condições econômicas o permitam, trazendo colaboração dos alumnos, o que agora não foi possível, devido a falta de tempo e espaço (O Início 28/12/1924)

Sua composição altera-se já no número seguinte, quando os alunos voltam a participar com seus textos. Na edição de 1926, o jornal começa a ser dividido em duas partes: uma composta por informes, relatos de festas, notas, relação de alunos e a outra denominada Colaboração dos Alunos. Tal padrão não se mantém por muito tempo, a terceira edição de 1926 é totalmente dedicada ao *Voo do Jahu*, avião que sobrevôou o Oceano Atlântico. Composto de 8 páginas, apenas duas trazem as atividades da escola. Também no ano de 1926 o jornal passa a ceder uma de suas páginas para publicidade, anunciando a máquina de escrever Mercedes e o fonógrafo Brunsuvick.

A partir das edições de 1927 o jornal deixa de apresentar colaborações dos alunos, mantendo informes sobre a escola, convites para eventos, relatos de festas e relação de alunos. Em 1928 apresenta textos, notas, informações e publicidade, mas deixa de apresentar os escritos produzidos pelos alunos.

Os últimos jornais pesquisados, referentes ao ano de 1931, são os que apresentam mais modificações. A denominação passa a ser O Iris e o periódico apresenta-se como Órgão do Grêmio Literário e Recreativo “Euclides da Cunha” e não mais como Órgão dos Alunos da Academia de Comércio Saldanha Marinho.

O jornal dá a entender que pertence aos alunos, e deles deveriam vir tanto as colaborações em textos quanto as financeiras. A justificativa da demora para

publicação, assim como em outros tempos, é econômica. No tocante à regularidade, o período da Academia de Comércio Saldanha Marinho é o que possui proporcionalmente maior número de periódicos publicados.

Mesmo sem as contribuições dos alunos, o primeiro número de O Início nos indica algumas mudanças na escola. Com a denominação Academia de Comércio Saldanha Marinho os cursos comerciais e de aperfeiçoamento figuram como os carros-chefes da instituição e os outros cursos são denominados anexos: datilografia, steno-datilografia, médio, preparatório, primário, médio, aulas domiciliares (Boletim da Academia de Comércio Saldanha Marinho, 01/01/1926). Entre os cursos comerciais e anexos os alunos se dividiam em:

Anos	Número de alunos comerciais	Número de alunos cursos anexos	Total de alunos na instituição
1924	38	109	147
1925	89	102	191
1926	139	60	199
1927	45	80	125
1928-a	148	51	199
1928	120	132	261
1929	158	145	303

Nota-se que nos primeiros anos o número de alunos dos cursos comerciais não ultrapassa o de alunos dos cursos anexos, fato que se consolidou apenas após 1928. O aumento do número de alunos entre os anos de 1924 e 1925 deve-se ao fato de que foram abertos, no período, o curso comercial diurno e também o curso infantil.

Alguns cursos foram oferecidos no decorrer do período, entretanto, não há registros de alunos matriculados neles em edições posteriores. É o caso do curso de préstimos domésticos para meninas, que constaria de manufaturas de peças de vestuário, bordados à mão, pontos de crochê e diversos outros trabalhos domésticos. O texto dá a entender que o curso é para as meninas do curso anexo, mas aceita meninas que freqüentem a escola apenas para esse curso, que era ministrado aos sábados das 12h às 14h. O anúncio foi publicado no ano de 1929 e não consta nenhuma informação sobre a efetivação desse curso.

Além d'O Início também serviu para pesquisa deste período o Boletim da Academia de Comércio Saldanha Marinho, que volta a ser publicado pela direção da escola após 7 anos. No entanto a semelhança com o Boletim da Escola Moderna nº1 está apenas no nome.

Antes caracterizado como um jornal para exposição da educação libertária onde escreviam, além dos professores das Escolas Modernas os militantes do movimento anarquista, a nova versão apresenta-se como um folheto de informação no qual constam os cursos mantidos pela escola, o corpo docente e o resultado das provas, informando os alunos aprovados, reprovados e os que não compareceram aos exames finais de todos os cursos mantidos pela instituição.

Os cursos da escola são os mesmos do período anterior (comercial, datilografia, steno-datilografia, primário, médio e preparatório) com o acréscimo do oferecimento do curso de aperfeiçoamento no qual *“o aluno recebe de tudo que lhe seja necessário para o completo aperfeiçoamento profissional”*, do curso de desenho e de aulas domiciliares. Do mesmo modo os preços mantêm-se na mesma média, sendo cobrados 20\$000 para os cursos comerciais e 15\$000 para os demais (Boletim da Academia de Comércio Saldanha Marinho, 01/01/1926).

A respeito dos professores, encontramos algumas informações n'O Início que trazem em suas notas licença de professores, início do exercício, texto sobre algumas disciplinas. No Boletim da Academia de Comércio Saldanha Marinho de 01/10/1927, os professores fazem parte da propaganda. Apresenta-se o professor de cada matéria com um pequeno texto com sua experiência profissional. Como por exemplo:

CONTABILIDADE – Professor Paulo Barbosa de Campos, ex-secretario e lente da Escola Agrícola “Luiz de Queiro”, de Piracicaba, ex-lente da Escola de Comércio “José Bonifácio” e ex-administrador geral da Associação Beneficente das Docas de Santos e actualmente alto funcionário do Banco Commercial do estado de São Paulo. (Boletim da Academia de Comercio Saldanha Marinho, 01/10/1927)

As informações são apresentadas para qualificar o curso, fazendo parte do folheto que se destinava à propaganda da escola. Recurso necessário, pois como visto no capítulo anterior, houve um crescimento de cursos comerciais nesse período. João Penteado é apresentado apenas como diretor na escola, não sendo responsável por nenhuma disciplina dos cursos comerciais.

Sebastiana Penteado, irmã do diretor e professora desde os tempos da Escola Moderna nº1, permanece no corpo docente assim como Isabel Ramalhal, (Boletim da Escola Moderna, nº 1, 13/10/1918), indicando que escola apresenta alguma regularidade nesse aspecto. No ano de 1929, novamente é publicada uma listagem dos professores. Nela, Sebastiana Penteado era professora de datilografia, o que torna possível perceber as alterações do corpo docente no período.

No que se refere aos métodos de ensino, o discurso a respeito mantém-se no mesmo formato que no período anterior.

O ensino de todas as disciplinas constantes de nosso programma é ministrado cuidadosamente por meio de **METHODO PRATICO, RACIONAL E INTUITIVO**, de modo a despertar o interesse dos alumnos para o estudo, facilitando-lhes a compreensão das respectivas matérias. (O Início, 19/01/1928)

A edição d’O Início de 1924, escrita apenas por professores, repete o discurso para todas as disciplinas do curso. Por vezes oferecendo mais detalhes, como no caso do ensino de línguas e corografia

O methodo de berlitz e Marque de Vallete dão bons resultados, seguidos de uma parte pratica desenvolvida pelo professor como por exemplo: escrever cartas de collaboração no quadro negro, professor e aluno, de modo que, praticamente o assumpto da correspondência commercial seja transmitido intuitivamente (O Início, 28/12/1924)

A chorographia é estudada nos mappas e a cartografia é desenhada pelo alumno, no quadro negro, em presença do respectivo professor, que delineará os contornos, localizando com absoluta precisão, as cidades e mais relevos da terra, de accordo com methodos modernos da America do Norte, a terra da pedagogia. (O Início, 28/12/1924)

Por meio de methodo intuitivo, com aplicação dos exercícios práticos e graduados, as alumnos sem perda de tempo com direções inúteis, não só progridem sensivelmente, mas tomam gosto pelo estudo desta matéria [matemática]. (O Início, 28/12/1923)

O segundo texto traz indícios para se compreender a forma como o método poderia se concretizar na prática da sala de aula. O mesmo trecho indica o movimento escolanovista como origem de tais idéias, utilizando assim métodos legitimados no discurso dominante na Educação.

Não há documentos que nos permitam afirmar que o ensino de fato seguia essas recomendações, mas podemos, por meio delas, nos aproximar da maneira como eram ensinados os conteúdos escolares.

Durante o período da Academia de Comércio Saldanha Marinho a escola passou a ser fiscalizada pelo governo federal e, por isso, alguns de seus procedimentos precisaram ser alterados para que se adequasse às exigências governamentais. É por essa razão que a instituição passa a burocratizar os processos de inscrição, matrícula, avaliação e conclusão de curso.

A escola passou a receber um documento da Superintendência da Fiscalização dos Estabelecimentos de Ensino Comercial para tomar conhecimento do trabalho a ser realizado pelo fiscal, que deveria: verificar as instalações, arquivos e livros da secretaria, assistir às aulas e exames e fazer relatórios. O relatório deveria conter histórico da fundação, patrimônio, direção, professorado, investidura, regalias, subvenções, histórico de fiscalização, programas, horário de aulas, cursos, estatística, instalação e elementos do gabinete de Física, Química e História Natural, cursos noturnos e diurnos, período letivo, biblioteca, correspondência comercial, regulamento interno, compêndios, atestados, rigor e moralidade nos exames, livros atas e de exames e o escritório modelo.

Assim como devem informar condições de higiene, gabinete de física, química e biblioteca, material como bancos, carteiras, número de alunos, materiais, frequência, alunos transferidos, concurso e taxas (AJP/AI/ACSM/Ins/cor/rel)

A matrícula passou a ser efetivada mediante a apresentação do *Requerimento de Admissão*. Trata-se de uma carta entregue pelos alunos na secretaria solicitando vaga nas provas de admissão. As provas eram realizadas no fim do ano – denominadas exames de primeira época – e no mês de fevereiro – denominadas exames de segunda época. As avaliações finais também passaram a ser realizadas mediante solicitação por parte dos alunos, para marcação da banca examinadora.

Todos os processos da escola tinham de ser documentados: reunião de professores, estágios, reunião da congregação, presenças etc., afinal, todos os registros poderiam ser requisitados pelo fiscal federal a qualquer instante.

Em relação às visitas do fiscal não houve uma frequência regular; no primeiro mês (dezembro de 1928) foram 11 visitas, duas no mês seguinte, uma em fevereiro, ocorrendo depois só em dezembro de 1929, dezesseis. De 1928 a 1931 foram 86 visitas.

Além de entender a maneira como a fiscalização se realizou na escola, a documentação denominada administrativa nos proporciona acesso a algumas informações sobre os alunos, além de permitir o entendimento de como a escola se relacionou com problemas externos. É o caso do registro de 15/10/1930 em que há uma nota informando a suspensão das aulas devido ao estado de sítio; em 29/10/1930 a escola volta a funcionar “*em virtude da vitória da revolução e suspensão das hostilidades*” (AJP/AI/ACSM/Ins/TV caixa 2 e AAP/AR/CAIXA 1). Nesse mesmo ano, um decreto federal assinado em 14 de novembro de 1930 aprovou todos os alunos que possuíam mais de 50% de frequência nas aulas (Decreto nº19.404/1930).

No concernente ao perfil dos alunos, apesar do registro muito se perdeu no decorrer do tempo. O único livro de matrícula referente ao período estudado oferece-nos alguns indícios sobre a composição do alunado. Dos pais identificados entre 155 alunos de datilografia no ano de 1929, 57 eram filhos de italianos, 41 de brasileiros, 23 de portugueses, 16 sem identificação e o restante de outras nacionalidades; a mesma proporção repete-se no ano seguinte.

Já no tocante à ocupação dos pais, a maioria era formada por operários (66 em 1929 e 50 em 1930), seguidos pelos comerciantes (42 em 1929 e 27 em 1930). O restante dos identificados ocupava diversos cargos como: professor, escriturário, cozinheiro, funcionário público, entre outras funções.

É de se imaginar que as proporções repetiam-se nos outros cursos, principalmente quando levamos em consideração o número de imigrantes que compunham a cidade, bem como as possibilidades de trabalho.

Por meio do estudo dessa documentação percebemos, nos relatórios preenchidos por João Penteado, que mesmo passada mais de uma década do fechamento da Escola Moderna nº1, ainda havia cuidados. No Boletim de Informações referente ao ano de 1931, ele informa

Fundado em 13 de maio de 1912 com a denominação de Escola Nova, teve a princípio como escopo a alfabetização da infância mantendo cursos diurnos e noturnos para ambos os sexos. Depois de sua evolução no decorrer do tempo seu programa foi ampliado com a criação de cursos de ensino comercial e preparatório que até agora mantem de acordo com decreto 20158 com fiscalização da Superintendência do ensino Comercial desde o ano de 1928. O nome de Escola Nova foi mudado para Academia de Comércio Saldanha Marinho em 1917 (Boletim de Informações, 1931)

Que razões teria João Penteado para informar ao governo datas e nomes trocados? A hipótese é de que temia a associação ou lembrança do episódio do fechamento, o que poderia acirrar a fiscalização e até mesmo causar um novo fechamento da escola.

### **3.3.1 - Atividades escolares**

As atividades realizadas com os alunos da Academia de Comércio Saldanha Marinho apresentam transformações significativas em relação às que eram realizadas na Escola Nova.

Claro, para entender as razões da mudança deve-se considerar o contexto da escola, a consolidação dos cursos comerciais e o início da fiscalização no ano de 1928. O estudo dessas atividades permitiu perceber que, a despeito das mudanças, ainda há indícios de continuidade, mesmo com relação à distante Escola Moderna nº1.

O Início continua a ser uma publicação que visa estimular os alunos à escrita, mesmo o primeiro exemplar, escrito pelos professores, permite perceber que os alunos tinham participação na publicação.

Apenas porque as condições econômicas não lhe permitiram sahir, senão agora, graças ao entusiasmo hoje despertado nos alunos desta instituição de ensino que no sentido de darem maior realce à nossa festa do dia 21 do corrente, entenderam de contribuir para a publicação deste número. (O Início, 28/12/1924)

O trecho indica, ao justificar que *graças ao entusiasmo hoje despertado* os alunos *entenderam de contribuir* que não faltava apenas dinheiro que havia uma responsabilidade deles em fazer o jornal circular e que não era apenas uma decisão unilateral da direção.

Tendo como único objectivo contribuir para a obra da educação intellectual e sentimental dos alumnos e ao mesmo tempo servir-lhe de incentivo e estimulante, oferecendo-lhes o meio pratico para o desenvolvimento de suas intelligencias desabrocharem-se (O Início, 15/11/192)

Nota-se que o objetivo do periódico continua a não se limitar ao aspecto intelectual, mirando também a educação sentimental. Mais uma vez deixa explícito que visava a maneira de formação oferecida para além da mera instrução.

### **3.3.1.1 – Saídas/ passeios**

Os passeios dos alunos com finalidades pedagógicas e/ou comemorativas voltam a acontecer no período da Academia, nos jornais são relatadas seis destas atividades com finalidades diferentes. O primeiro relato aborda um piquenique:

A data do descobrimento da America foi comemorada nesta instituição na véspera a 11 de outubro com um programa differente dos anos anteriores. (O Início, 15/11/1925)

Realizou-se um passeio ao Jardim Japão, como de costume a saída deu-se apenas após uma palestra sobre o acontecimento histórico, proferida por João Penteado. O passeio voltou a contar com a presença dos familiares e convidados, e ocorreram diversas brincadeiras:

Dentro os números dos programma destacaram-se sobremaneira, por sua atracção, as corridas a pé, nas quaes tomaram parte os alunos de vários cursos, obtendo como prêmios livros offerecidos pelo director. (O Início, 15/11/1925)



Comparando tal evento com os passeios e comemorações realizadas em períodos anteriores, notamos que se assemelha aos que eram realizados na Escola Moderna nº1, envolvendo palestra, família, brincadeiras. Os prêmios pelas brincadeiras diferenciam a prática do período anterior, visto que iria contra os propósitos da educação racionalista.

Pelo teor dos textos pode-se inferir que se realizaram outros passeios dos quais não há mais relatos e não possuímos outras pistas.

Como de costume, esta instituição realiza com seus alunos passeios campestres todos os últimos sabbados de cada mez, mas o de sabbado 26 do corrente não foi determinado ao campo e sim à cidade, com o fim de fazermos uma visita às estátuas e monumentos históricos. (O Início, 15/12/1925 – passeio realizado em 26/10/1926)

No passeio os alunos andaram pela área central da cidade, conhecendo os monumentos na Praça da Sé, Largo do Palácio (monumento dos fundadores), Praça da Liberdade (Diogo Feijó), João Mendes, Congresso Estadual, Largo São Francisco (José Bonifácio, Academia de Direito e Escola de Comercio Álvares Penteado), Viaduto do Chá e Teatro Municipal (Monumento a Carlos Gomes). A cidade é, na ocasião, utilizada para uma aula de História, aos moldes do que podemos observar ainda nos dias de hoje, quando vemos, diariamente, diversos grupos diante de alguns desses mesmos monumentos. Assim o espaço de aprendizagem ultrapassa os muros da escola e estimula a observação do aluno conforme o método de ensino adotado pela escola.

Não há registro sobre o que se ensinava nessas ocasiões, mas podemos fazer algumas observações. Primeiro pela profunda transformação do tipo de objeto que se utilizava para o ensino de História. Se antes havia uma preocupação em trabalhar o discurso dos oprimidos através de datas que envolviam os trabalhadores, o registro do passeio indica a apropriação de um discurso que recomendava que o ensino de História se baseasse no estudo de heróis e figuras importantes para a nação. Claro que resta saber como se dava a apropriação disso pelos professores da escola.

Apesar do retorno dos passeios como atividade da instituição, nem todos aparecem relatados em textos pelos alunos, sendo que alguns deles são apenas anunciados nas publicações. Outros apresentam poucas informações como, por exemplo, o *Passeio Campestre*, ocorrido no ano de 1926 novamente ao Jardim Japão.

O programma de diversões contou com jogos de bola, nos quais tomaram parte os meninos que muito se divertiram.

As meninas jogaram peteca e pularam corda, recreando-se agradável e proveitosamente em meio à natureza. (O Início, 18/06/1926)

Mesmo sintético, o texto nos permite perceber a continuidade dos passeios a lugares abertos com o objetivo de proporcionar às crianças um espaço diferenciado para brincadeiras, numa convivência não marcada por conteúdos e tempos comuns ao espaço escolar, assim como mesmo estudando em salas mistas, meninos e meninas permaneciam em brincadeiras separadas.

O passeio ao Instituto Butantan foi realizado por iniciativa do Grêmio no ano de 1927, que se responsabilizava por executar “passeios instructivos”. O evento ganhou publicação de dois relatos, sendo um na edição seguinte e o segundo, mais completo e detalhado, na edição de maio de 1928.

E assim, como que arrebatados para um mundo estranho, singular, mysterioso, entramos nas dependências daquelle instituto e dirigimo-nos primeiro, ao museu scientifico, onde tivemos o feliz ensejo de apreciar as explicações feitas por um dos médicos dos estabelecimentos a diversos illustres viajantes forasteiros que ali se achavam, recebendo toda e melhor impressão possível daquela visita. (O Início, 21/07/1927)

Dirigimo-nos então, a um coreto que havia ali na proximidade do portão de entrada, e ahi lanchamos com uma voracidade admirável, animados e bem dispostos cada um de nós se desfazendo em gentileza e permutando, uns com os outros, algumas iguarias, sempre na maior cordialidade. (O Início, 05/1928)

Por meio dos relatos percebemos a ênfase nos valores estimados pela escola. No trecho acima, é ressaltada a gentileza, citando como exemplo o fato de os alunos trocarem entre si seus lanches, numa atitude que poderíamos identificar como relacionada à solidariedade.

O jornal informa que a escola também participou de eventos promovidos pela Diretoria da Instrução Pública, como é o caso da Festa das Aves, ocorrida em 30/04/1928, no Parque da Luz. Tal participação deu-se no mesmo ano em que a escola solicitou ao governo federal a fiscalização (O Início, 05/1928).

Essa foi a última atividade relatada nos jornais durante o período pesquisado. De acordo com a documentação administrativa, o quesito dos passeios pedagógicos era um item a ser informado à fiscalização e, por isso, não deixa de ser curioso o fato de elas sofrerem uma interrupção exatamente quando se inicia a fiscalização na escola. Em relatório preenchido no ano de 1932, João Penteado afirma que “as excursões que tem sido realizadas não são dignas de menção em virtude de sua pouca importância a não ser alguma realizada ao museu do Estado (Boletim de Informação).

De certa forma, o educador parece querer ocultar esse tipo de prática dos fiscais. Mesmo com uma frequência menor de passeios do que no período da Escola Moderna nº1, nota-se que na Academia a prática foi retomada, voltando a acontecer e envolvendo os familiares, além de se destinarem a ser momentos de brincadeira para os alunos, sem deixar de figurar como um estímulo à observação e à escrita.

Assim como acontecia na Escola Nova, os alunos publicavam nos jornais textos baseados em passeios e viagens realizadas com seus familiares. Nota-se, em tais escritos, que é comum aos alunos dos cursos comerciais o destaque aos aspectos produtivos e econômicos dos lugares visitados, como se pode ver nos relatos das cidades de Queluz (O Início, 15/12/1925), Santos (15/11/1925), Parahybuna e Porto Alegre (O Início, 18/06/1926) entre outros.

Sua produção agrícola que consiste na cultura de café já foi mais desenvolvida no passado do que hoje, devido a estarem os terrenos já cansados e, mais que tudo, pelo descuido dos agricultores.

A indústria ali apesar de pouco desenvolvida, especializa-se na fabricação e exportação de banha, carne-seca e outros productos congêneres. (João Batista Martins – Curso Comercial – Texto sobre Queluz – O Início, 15/12/1925)

### **3.3.1.2 - Grêmio**

O surgimento do Grêmio é um episódio curioso no que se refere à instituição escolar. Comumente os alunos são os maiores interessados e deles parte a iniciativa de organização para a fundação de um grêmio. Na Academia de Comércio é o diretor, João Penteado, quem organiza o grêmio para os alunos.

Organizado sob os auspícios do diretor de nossa instituição de ensino e mantido pelos alunos dos respectivos cursos, o Grêmio Literário Euclides da Cunha, se bem que ainda novo, já tem apresentado resultados bastante satisfatórios. (O Início, 28/12/1924)

Pelos textos, é possível inferir que João Penteado organizou os alunos para a constituição do Grêmio, fazendo com que eles se responsabilizassem pela manutenção, tornando-o autônomo da direção. Os limites dessa atuação são a princípio simples, ele surge com o nome de Grêmio Literário Euclides da Cunha e seu objetivo inicial era o de “despertar o gosto literário entre os membros”, por isso ficariam os alunos responsáveis pela aquisição de obras literárias e promoção de eventos relacionados à leitura.

As dificuldades de existência de um órgão mantido pelos alunos aparecem com frequência, os jornais indicam diversos altos e baixos no período pesquisado. Apenas um ano depois da organização do grêmio, uma nota informa:

Devido à iniciativa de alguns alunos desta instituição (...) vamos tratar da reorganização definitiva do Grêmio Literário Euclides da Cunha, essa associação da qual farão parte alunos e professores desta instituição. (O Início, 15/12/1925)

O que indica que já em seu primeiro ano a atuação e a existência do Grêmio não foram efetivas no espaço escolar, promessa esta que também não alcança os objetivos propostos visto que, novamente, após um ano, o Grêmio sofre nova reformulação:

Agora, porém, por iniciativa de alguns de seus antigos membros e com ajuda de nosso diretor, o Grêmio reaparecerá em breve com mais vigor, bafejado pela esperança de verdadeiros triunfos. (O Início, 18/06/1926)

O relançamento de 1926 inclui um programa extenso que inclui uma parte esportiva: jogos de ping-pong, futebol, peteca, ginástica com aparelhos e uma parte instrutiva: manutenção da biblioteca, torneio literário, visitas a museus e a estabelecimentos fabris, industriais e científicos.

Destaca-se entre as propostas o fato de como os objetivos instrutivos do grêmio entrelaçam-se com os objetivos da escola. A leitura, muito valorizada na instituição desde períodos anteriores, passa a ser também responsabilidade dos alunos do Grêmio, assim como as visitas como programação da escola, que não incluem apenas os museus como também os “estabelecimentos fabris, industriais e científicos”, colocando os alunos em contato direto com o universo da produção. Nota-se que não são incluídas

visitas a escritórios e centros com características comerciais, permanecendo, assim como em períodos da Escola Nova, uma forte ligação com o universo fabril. É possível verificar que o universo do trabalho continua a ser considerado não apenas para finalidade de ensino, mas também como meio para aprendizagem.

Não fica claro o quanto as propostas eram de fato fruto de idéias dos alunos ou da insistência do diretor para que a escola tivesse um grêmio, sendo a presença do órgão entre os alunos sempre destacada e considerada:

Poderá fazer parte do grêmio, além de alumnos e professores, os amigos de nossa instituição de ensino mediante previa apresentação ao critério de nosso diretor. (O Início, 18/06/1926)

No entanto, todas as promessas publicadas na edição de junho de 1926 parecem não ser cumpridas, visto que nova reorganização do Grêmio é proposta na publicação seguinte: “O nosso Gremio literário e recreativo ‘Euclides da Cunha’ vae ser reorganizado definitivamente no começo deste ano” (O Início, 07/01/1927).

A promessa de 1927 é a primeira que não tem como seqüência uma nova promessa de reorganização. A edição de julho traz alguns resultados conseguidos pelo Grêmio, como a apresentação do Corpo Cênico:

Terminada a cerimônia, apareceu no palco o corpo cênico do Grêmio Literário Euclides da Cunha ladeado pelos srs. Marino Spangnuolo, Francisco Grisolia e Garibaldi Biolcatti, diretores cênicos a quem se deve, em grande parte, o brilho e exito alcançado pelo mesmo. (O Início, 21/07/1927)

O evento em questão foi a Festa de Encerramento realizada em 21/06/1927, quando houve uma fala informando a todos os presentes os propósitos do Grêmio:

O seu programa tem por objetivo, principalmente, atrahir a mocidade escolar para divertimentos úteis sob os pontos de vista physico, moral e intelectual, não só com o louvável intuito de desviá-la dos meios viciosos a que por ventura possa ser atrahida mas também, como de offerecer-lhe oportunidade indispensável para o seu preparo e adestramento no manejo da Penna e da palavra ( O Início, 21/06/1927)

Nota-se aqui que circulava pelos alunos, pelo menos entre os membros do Grêmio, a proposta de uma formação física, moral e intelectual nos mesmos moldes que encontrávamos em textos de educação integral.

Outra semelhança interessante de destacar é que na edição de 21/07/1927 o jornal informa que “Depois, o trabalho para organização da biblioteca social já vai bem adiantado, devendo realizar-se em breve sua inauguração” (O Início, 21/07/1927). A nomenclatura da biblioteca em muito se assemelha com os centros sociais abertos pelos anarquistas no início do século.

A gestão que realizou a peça e tomou parte na Festa de Encerramento relata uma cerimônia de posse em Assembléia Geral ocorrida no mês de fevereiro, no ano de 1927. Através do relato, podemos perceber que gestões anteriores tiveram realizações, mesmo que pontuais, pois o texto informa que o Grêmio já possuía, no início do ano, os aparelhos de ginástica e o Grupo Cênico deixados pelos anteriores.

Pelo visto essa gestão conseguiu dar continuidade em suas realizações, verifica-se que até mesmo a frequência de publicação do jornal O Início aumentou, visto que no ano de 1927 saíram três números, a melhor periodicidade desde o início da publicação.

A última edição do ano, diferente das outras, é bem animadora

É actualmente bastante lisonjeira a sua condição, tanto na parte referente ao numero de membros, como no que concerne ao desenvolvimento de seu programa de ação, que esta sendo muito bem desenvolvida. (O Início, 18/12/1927)

Informa que os equipamentos de ping-pong, damas, ginástica estão funcionando bem, assim como a biblioteca. Inclusive o Grêmio organizou um Torneio de Ping-Pong entre os alunos de todos os cursos.

Como realização da parte instrutiva o Grêmio começou a organizar as comemorações de datas históricas. Foi o caso das celebrações de 12 de outubro e 15 de novembro do ano de 1927, ocasião nas quais houve discurso de um dos professores – José de Oliveira, professor de Línguas – e do diretor respectivamente como já era comum acontecer. A novidade desses eventos revelou-se na participação dos alunos como palestrantes (O Início, 18/12/1927).

A leitura dos jornais permite-nos compreender que a insistência de João Pentado para que os alunos de fato se apropriassem de um instrumento próprio, gradativamente atingiu os resultados esperados, já que aos poucos eles foram tornando-se responsáveis pelas atividades estudantis.

Pensar o significado disto na Academia de Comércio Saldanha Marinho exige que pensemos na trajetória de João Penteado e de seu histórico como militante. Podemos afirmar que fazer com que os alunos se organizem era valorizado pelo diretor e fazia parte de seu projeto educacional que eles se habituassem a dirigir órgãos que cuidassem de seus interesses. Os vestígios de uma educação racionalista não são muitos, mas cremos que são o suficiente para permitir a afirmação de que esta escola ainda se caracterizava pela existência de estratégias que visavam à autonomia por meio da apropriação de instrumentos próprios.

Os últimos jornais dão a entender que o Grêmio conseguiu manter seu funcionamento de forma mais regular. Ao fim do ano de 1927 o Grêmio passou a ter uma coluna n' O Início para manter o restante do público escolar informado de suas realizações. Os jornais de 1928 trazem notas de bom funcionamento e a respeito da realização de eleições.

Com a largueza que dispõe actualmente sua sede, que é a mesma da Academia de Comercio “Saldanha Marinho”, o G.L.R. Euclides da Cunha tem melhorado bastante as suas instalações e, com isso também, o numero de seus membros já esta crescendo, contendo já muitos sócios inscriptos.

A sua sede é bastante freqüentada aos domingos e dias feriados, nos quaes, allem de recreios, há também aulas, explicações históricas, oraes e escriptos sobre diversos themas fornecidos por nosso diretor. (O Início, 15/09/1928)

A existência do Grêmio possibilitou que a escola se tornasse – como na época da Escola Moderna nº1 – um local que realizava sua função educativa além do tempo e com funcionamento exclusivamente escolar. Voltava a ser um espaço que agregava os alunos não apenas para aulas, como também para momentos de lazer mesclados a momentos de instrução como as palestras.

João Penteado, apoiado no Grêmio, consegue fazer com que a escola possa oferecer aos alunos momentos de educação não formal. A reflexão sobre essa modificação nos tempos e espaços da escola se faz, mais uma vez, considerando a trajetória da instituição; temos que perceber as semelhanças entre esses eventos e os que eram realizados na Escola Moderna nº1, seguindo as propostas de levar a família e a

comunidade para escola aos domingos, além da semelhança com as conferências realizadas pelos anarquistas no espaço escolar.

Tais semelhanças podem ser atribuídas à presença de João Penteado e à maneira como a escola acabou por tornar-se um projeto pessoal de educação.

### **3.3.1.3 - Festa de encerramento**

As festas de encerramento podem ser entendidas como atividades escolares à medida que envolvem alunos e familiares, constituindo-se num momento solene no qual o discurso da instituição é reiterado por alunos e professores.

Na Academia de Comércio Saldanha Marinho a Festa de Encerramento passou a ser a comemoração que mais ganhava destaque nas publicações. A primeira aconteceu no ano de 1924 e as demais se repetiram pelos anos seguintes. Trata-se de um evento solene no qual eram entregues os diplomas dos alunos concluintes dos cursos comerciais e de datilografia.

Desde sua primeira edição a Festa de Encerramento é marcada por recitação de poesias, entrega dos diplomas e baile. A partir do ano de 1925, começou a acontecer fora da escola, em locais alugados para o evento como, por exemplo, o Salão Londres, localizado na Celso Garcia. Sempre anunciada e relatada nos jornais com grande animação por parte dos alunos, a cada ano a festa se incrementa:

Festival de encerramento 21/06/1926

1ª parte

Abertura, discursos, diploma e discurso de oradora

2ª parte

Demonstração de maquina de escrever elétrica

3ª parte

Recitação de poesias, cancionetas e peça teatral

Os discursos transcritos nos jornais apresentam falas em consonância com a valorização da instrução que circulava nos periódicos:

ao passo que escola com suas carteiras, com seus livros, com seus materiais didáticos, com seus professores, encerra não só uma fonte enexaurível de felicidades para seus alumnos, mas também a



mais segura, a mais eficaz e a mais preciosa garantia de progresso nas idéias e nos sentimentos que devem nortear as futuras gerações para as veredas da Paz e da Solidieriedade!... (discurso da oradora Elvira Benzine – 21/06/1925, publicado n’ O Início, 15/12/1925)

Era um momento de parabenizar aqueles que haviam colaborado com a escola e tido um bom desempenho, bem como afirmar aos presentes a importância da educação. Na celebração de 1928, João Penteado “pediu a palavra e, dirigindo-se aos alunos Reinerio Vicentini, Magdalena Valinoti e Raphael Chaparro, a cada um deles ofereceu, como prêmio de seus esforços e estudos, um interessante livro”( O Início, 1806/1929). Esses alunos são premiados publicamente e, por isso, podemos dizer que acabam sendo modelos de comportamento. Dos alunos em questão, Magdalena Valinoti foi ganhadora do Concurso de Datilografia e Raphael Chaparro era membro do Grêmio.

No ano de 1928 o evento também reúne a entrega dos prêmios dos ganhadores do concurso de datilografia. Para comemorar os alunos passam a encomendar um quadro com a foto de todos os formandos, que ficava exposto em vitrines de lojas da região.

Os relatos das festas são sempre muito animados e informam que a assistência animou-se bastante com os poemas e com as peças realizadas pelo Grupo Cênico e com as músicas tocadas. A cada número do jornal, o relato da celebração ocupa mais espaço e os textos preocupam-se em dar conta de mais detalhes da festa. O evento ocorre todos os anos e transforma-se de acordo com as características da escola. A festa de encerramento de 1931 conta

com a presença do sr. J. Costa Sobrinho, oficial de gabinete da Secretaria de Educação e Saúde Pública representando o titular desta pasta, sr. Lourival Oberlander, fiscal geral das escolas de comércio sob regime federal neste Estado e contador, Wilson Lion Araújo, fiscal federal desta instituição. (O Início, setembro de 1931)

Nesse evento aconteceu a colação de grau das turmas de ensino comercial de 1929 e 1930. Os jornais publicados nesse ano não foram conservados, mas as mudanças políticas ocorridas no Brasil durante esse período podem ter influenciado a publicação. (O Íris, 09/1931).

### **3.3.1.4 - Concurso de Datilografia**

No ano de 1926, a Academia de Comércio Saldanha Marinho realizou o primeiro Concurso de Datilografia. Este com certeza representou uma ruptura, senão no pensamento pedagógico, ao menos na prática de João Penteado. Como educador da Escola Moderna nº1, seguia as propostas de Ferrer e posicionava-se contra prêmios na educação. No Boletim de Informação preparado para envio ao Estado no ano de 1931, ele afirma no item prêmios: “não têm havido por estarem fora do programa. Acho-os contraproducentes na obra da educação da mocidade e da infância (Boletim de Informações – referente ao ano de 1931).

O fato de o educador continuar posicionando-se contra a prática, não citar o concurso e nem mesmo os livros com que ele mesmo premiava seus alunos é fato a se questionar. Infere-se que a demanda tenha surgido de outros agentes da escola, sejam alunos ou demais professores.

O concurso de datilografia consiste em colocar todos os candidatos no mesmo momento, diante da máquina de escrever e verificar quem escreve o texto indicado em menos tempo com menos erros, verificado por uma Comissão Julgadora. Assim como nas avaliações, convidava pessoas externas à escola para a banca julgadora, o que provavelmente conferia ao evento mais seriedade e solenidade, assim como ampliava seu caráter competitivo:

Após o concurso seguiu-se logo o julgamento, tendo servido como juízes os srs. Paulo Ramos Paiva, red. do “Braz- Jornal”, Francisco Ferraz Siqueira e Samuel Ribeiro, os quaes diante das provas, apresentaram o seu veredictum ao nosso director, que anunciou a assembléia os nomes dos vencedores. (O Início, 09/12/1926)

Ele segue acontecendo todos os anos e é narrado pelos jornais com grande entusiasmo, tanto no que se refere a seu anúncio como a seu relato, e parece ter se tornado uma verdadeira atração: “Prêmios: relógio de ouro pela Casa Assumpção; carteira de bolso com monograma de ouro, pela Casa Mercedes (do Rio de Janeiro); obra literária de autor recomendável (O Início, 31/07/1926).

### 3.3.1.5 - Avaliações

Durante o período da Escola Nova as avaliações começaram a ganhar destaque e pompa de solenidade. Os candidatos faziam uma prova escrita e oral na presença de uma banca examinadora. Esse ar solene continuou gradativamente a aumentar durante a Academia de Comércio Saldanha Marinho, segundo os informes abaixo:

(...) tendo sido chamados a prova escripta e oral os alumnos dos mais diversos cursos mantidos por esta instituição.

Além dos respectivos professores, tomaram parte na banca examinadora os srs. Antonio Veríssimo, redator d'O BRAZ, dr. Leopoldo Guedes, prof. Paulo de Ramos Paiva e o agrônomo Arthur Carneiro.

(...) O resultado será publicado no próximo número deste jornal bem como pela imprensa da capital. (O Início, 15/12/1925)

Esse trecho apresenta novamente uma pessoa externa à escola como convidada para a banca, neste caso o redator do jornal do distrito onde fica a escola. É a primeira vez que a instituição indica que os resultados serão impressos em um jornal da grande imprensa. Esse hábito era comum em outras escolas, e os periódicos traziam a lista de alunos aprovados, juntamente com o grau alcançado por cada aluno<sup>34</sup>.

Os exames dividem-se em dois, exame de primeira época e exame de segunda época, sendo que não se trata de uma recuperação. Alguns trechos indicam que era opção do aluno o período de fazer os exames, “3º anno: os alumnos deste anno deixaram seus exames para segunda época” (O Início, 28/12/1924).

O jornal não explicita nem o porquê, nem o mecanismo que possibilita aos alunos a escolha de deixarem para fazer seus exames depois, mas o fato de serem majoritariamente os alunos do 3º ano leva a crer que desejavam mais tempo para preparo dos exames finais, o que não deixa de ser notável que a escola possibilitasse a eles essa escolha.

Nas publicações, tanto na grande imprensa como no periódico escolar, os resultados continuaram a classificar os avaliados em: aprovados com distinção, aprovados simplesmente, reprovados e não compareceram; também se indicava os

---

<sup>34</sup> No acervo João Penteado encontra-se uma nota da Folha da Manhã com a lista dos alunos avaliados.

alunos que dependiam apenas da recuperação de uma disciplina. Importante ressaltar que aqueles que eram reprovados e/ou não compareciam, não apareciam discriminados nominalmente, não tendo assim exposição externa à escola.

### **3.3.1.6 - Comemorações e textos históricos**

O ensino de História sempre teve funções sociais muito bem marcadas, no caso da Escola Moderna nº1, tinha o papel principal de tratar da trajetória dos oprimidos, rumo à revolução. Os temas históricos abordados então tratavam de revoluções e de lutas.

Com a mudança da escola, as datas cívicas comemoradas pelo Estado passaram a fazer parte do calendário letivo.

A leitura dos jornais escolares possibilita o entendimento de que na Academia de Comércio Saldanha Marinho as datas históricas eram com frequência lembradas, seja por meio das palestras ou ao menos com a publicação de um texto sobre a data nos periódicos.

Algumas das celebrações cívicas já foram mencionadas anteriormente, pois a comemoração também envolvia passeios, como no caso do Dia 12 de outubro de 1925, ocasião em que se realizou o piquenique com as famílias no Jardim Japão.

Essas comemorações de datas cívicas transformaram-se bastante no decorrer do período da Academia de Comércio Saldanha Marinho, não havendo constância do padrão de festa composto por passeio e familiares. Esse modelo repetiu-se nas comemorações de 13/05/1926 (Abolição da Escravidão e Aniversário da Escola) e de 13/05/1928, na qual a palestra não foi proferida apenas pelos professores como também tomaram a palavra três alunos.

“A hora aprasada, 7 e 30 da noite, já o salão de nossa sede se achava repleto de povo, em cujo meio havia muitas senhoras, senhoritas, rapazes e crianças” (O Início, 15/09/1928).

Mesmo quando não optaram por realizações que envolvessem a presença dos familiares e de momentos lúdicos, o modelo de comemoração com os alunos manteve-se com as devidas falas dos professores, a exemplo da conferência realizada no ano de 1926 pelo aniversário da morte de Saldanha Marinho apenas para os alunos.

A fiscalização federal transformou significativamente as comemorações históricas. A celebração do 13 de maio de 1929 ocorreu sem diferenças, com fala de João Penteado, dos professores e com um momento para realização de brincadeiras, última vez que isso ocorreu. Por meio d'O Início do ano de 1929, notamos que as comemorações passaram a contar com um orador oficial. Na palestra de 11 de junho, data em que se comemora a Batalha de Riachuelo, a escola recebeu Paulo Pazagão, diretor do Centro Acadêmico XI de Agosto, indicado pela Diretoria de Instrução Pública para falar sobre a data. O mesmo convidado compareceu novamente à escola no dia 14 de julho para mais uma palestra. Desse modo, a maneira como a escola produzia memória histórica através de suas celebrações passa a sofrer a ingerência do Estado, e outra memória começou a ganhar espaço de circulação na instituição (O Início, 18/06/1929).

Já no concernente aos textos que tratavam de temas históricos, eles apareceram em dois momentos específicos. A edição de 15/11/1925 apresenta diversos textos sobre o tema, tratando de personagens históricos como Caramuru – auxiliar na obra de colonização do Brasil –, da Rebelião de Beckman, do Descobrimento do Brasil, do 7 de setembro e dos índios, apresentados ao modo dos livros da época:

Sua religião era um fetichismo grosseiro. Os tupys eram os mais fortes e os mais inteligentes. Cultivavam a terra e plantavam mandioca e o milho, com que fabricavam certa bebida fermentada que dava o nome do camim. (O Início, 15/11/1925)

Após essa edição, o tema volta a aparecer em apenas um texto da edição de 18/06/1926. Passam-se 5 anos até um novo aparecimento de textos com essas características. Em 1931, o jornal substituto d'O Início, O Íris, publica um texto sobre a Abolição da Escravidão, enfatizando o papel de Luiz Gama, que conquistou sua liberdade e a possibilidade de luta para a liberdade de outros por meio da instrução: “Os serviços de Luis Gama eram sempre de preferência, consagrados à liberdade dos captivos e oprimidos” (O Início, 05/1931).

No que se refere ao ensino de História é necessário lembrar sua importância para o movimento escolanovista. A disciplina era fundamental para criar memória nacional, imprescindível numa sociedade marcada pela imigração e pelas disparidades de referências culturais (BITTENCOURT, 1990:18).

A apropriação da história no caso de Luiz Gama é extremamente perspicaz, pois abordava o tema histórico como recomendam os programas oficiais, no entanto, com um personagem histórico que não é um branco, mas um ex-escravo pertencente ao grupo dos oprimidos que consegue, por meio da leitura e da escrita, não apenas a sua liberdade como a de outros escravos. Valoriza-se assim, através do ensino da história, a necessidade da instrução.

### 3.3.2 - Práticas discursivas

Novamente os temas dos textos foram utilizados para a compreensão do tipo de discurso/saberes que circularam na escola. Nota-se que assim como em períodos anteriores, os textos parecem ter uma função de transmitir determinados comportamentos e valores.

O trabalho continua a ser tema de destaque, seja pela descrição de processos, seja pela descrição de determinadas profissões. Na Escola Nova são publicadas descrições de oficinas, pequenas fábricas do bairro e os negócios da família dos alunos.

Quando eu for grande não quero ser viajante.

A vida de viajante é muito ruim, muito penosa, muito cheia de perigos e aborrecimentos. (O Início, 15/11/1925)

A officina de meu pae fica na rua Visconde de Parnayba, n. 575 e tem a denominação de “Metalurgia Americana”.

Fabricam-se nella artigos de metaes, nickelados, bonitos e perfeitos, como pés de fructeiras, manteigueiras automáticas e outros objetos de metaes. (O Início, 15/11/1925)

Existem também textos que tratam da datilografia como uma carreira moderna, que poderá garantir o sustento dos futuros profissionais: “agora que estudamos dactilographia, temos a intenção de empregar-nos no commercio, ganhando uma quantia rasoavel que nos baste para viver discretamente” (O Início, 15/11/1925).

Textos a esse respeito perderam espaço depois das primeiras publicações, quando a vida escolar e os textos literários passaram a predominar em detrimento das descrições dos alunos. A temática reaparece no ano de 1928, por meio do texto abaixo

Os trabalhadores manuaes deviam exercitar sua intelligência. O direito à cultura intelectual é um direito fundamental da classe

operária: do mesmo modo que o de fazer trabalhar os músculos pertencentes as profissões liberais. Não basta, contudo reconhecer o direito é preciso também assegurar a possibilidade de o exercer. Do equilíbrio da nossa vida muscular e cerebral depende o aperfeiçoamento racional e a felicidade do homem. (Jean Finot – escritor polonês – O Início, 05/1928)

O texto traz o princípio da educação integral e podemos por meio desse indício inferir que mesmo que a escola tenha alterado seu projeto, algumas idéias de cunho libertário continuaram a tangenciar a proposta.

A família permanece presente no discurso escolar, de certa forma atrelada ao discurso do trabalho, novamente como algo a ser valorizado e como razão para que o aluno assuma um comportamento tido como correto, em forma de gratidão:

“Nossos paes tanto trabalham para nos pagar as despesas feitas com nossos estudos e por isso devemos fazer todo o possível para que elles se contentem com nosso progresso (O Início, 15/12/1925).

Se no período anterior a família era a base para um discurso prescritivo em relação à moral, nesse momento a higiene também dá vazão a esse discurso. Como já sinalizado em capítulos anteriores, a higiene constituiu parte importante tanto do discurso da elite, quanto do dos libertários. Por um lado devemos lembrar que as cidades ainda não tinham condições salubres para a quantidade de pessoas que moravam nelas e, por isso, era importante criar condições de saúde que evitassem as epidemias. Por outro lado, o discurso da higiene veio atrelado a um caráter de higienização moral e prescrição comportamental, principalmente para as classes mais pobres.

Nos jornais escolares, esse discurso apareceu apenas nas últimas edições pesquisadas. Somente após o ano de 1926 tais questões começam a ser tratadas sempre atreladas às questões morais. Sobre esse aspecto, os conselhos eram variados e iam de recomendações a banhos de sol, à dieta vegetariana e, é claro, para que se evitasse o álcool.

Verifica-se nestas nações: 1º o aumento do numero de loucos, 2º o aumento da criminalidade, 3º a substituição da ação verdadeira por agitações incoerentes e estéreis. (...)

Se quizeres viver muito tempo ter filhos fortes e inteligentes, não comas carne, nem bebas álcool. Leon Hebert D’O vegetariano (O Início, 31/07/1926 e também na edição de 15/09/1928)

O tratamento dado a questão do consumo de álcool no ambiente escolar apontava as conseqüências individuais, familiares e sociais:

Sou o príncipe de todas as alegrias o companheiro de todos os gostos mundanos, o mensageiro da morte, o rei que governa o mundo (...)

Faço os deputados obtendo delles votos para que façam leis que augmentem meu reino que é toda a terra (...)

A minha pátria é a terra, meus escravos os homens e quem me envia é o príncipe do mal (...)

Conhece-me? SOU O ALCOOL. (O Início, 15/09/1928)

O tema tornou-se mais freqüente após os anos de 1926, quando os textos deixaram de ser apenas os de autoria dos alunos e passaram a ser extraídos de obras literárias e de publicações de vários gêneros. Especificamente no que se refere aos conselhos higiênicos, os trechos foram retirados das publicações *A Saúde Pública*, do Folheto “*Conselhos aos Empregados do Comercio*”. Sua leitura nos permite perceber que como higiene compreende-se um campo vasto que inclui diversos hábitos. Os conselhos abaixo foram retirados de uma lista contendo dez recomendações divididas em “higienes”. Nota-se que o trabalho figura como característica a ser considerada para uma boa higiene.

1º Higiene Geral: levante-te cedo, deita-te cedo e entrega a alguma ocupação durante o dia

2º Higiene Respiratória: a água e o pão alimentam o corpo, o ar e o sol são indispensáveis para a saúde

Higiene: gastro-intestinal, da pelle, do sono, do vestuário, da habitação, da moral intelectual e profissional (...)

8º Higiene Moral: o espírito repousa com as distrações e entretenimentos, mas o abuso origina paixão e a paixão o vicio. (O Início, 05/1928)

Os conselhos de comportamento com base na higiene tratam também da alimentação.

A primeira causa da superexcitação está no regimen alimentar. Todos nós comemos demasiadamente (...) Olhai para os que saem da mesa vermelhos, congestionados, a falar alto numa allegria violenta. E disse-me que trabalho intellectual será



possível durante as horas da digestão laboriosa que se vae a seguir. (O Início, 15/09/1928)

Do mau hábito de deter a boca aberta de dia ou de noite resultam grande numero de males. (O Início, 31/07/1926)

A higiene também foi tema de uma conferência pública realizada em 1928 com o título de “A hygiene sob o ponto de vista social”,

A diretoria desta instituição, no intuito de realizar obra de cultura cívica intelectual e scientifica, está envidando todos os esforços no sentido de tornar effectivo seu plano e transformar sua sede em centro de atracção e cultura, - onde não só seus alumnos mas também as pessoas de sua família e do povo possam ser beneficiadas com seu trabalho já iniciado e que será prosseguido, na medida de suas possibilidades, por meio de conferencias cívicas commemorativas de nossas datas históricas e conferencias literárias e scientificas, para a realização das quaes serão convidadas pessoas cultas, competentes e capazes de interessar o auditório.

Anuncia que no próximo mês haverá uma conferência “Hygiene Sexual”, esta poderá ser assistida apenas por adultos e rapazes maiores de 14 anos. (O Início, 15/09/1928)

Tal atividade também pode ser entendida como uma tentativa de voltar a agregar a família ao espaço escolar, expandindo, assim, o alcance do discurso escolar.

### **3.3.2.1 O Ensaio**

De acordo com os textos, é possível perceber que o estímulo à escrita, principalmente por parte de João Penteado, é permanente. Também é fato que João Penteado estimula que os alunos cuidem de seus instrumentos de atuação como é o caso do grêmio, sendo que uma das responsabilidades é a parte instrutiva, e do jornal O Início.

A partir do ano de 1927 o jornal O Início começa a apresentar um padrão de formato que exclui os textos escritos pelos alunos, passando a conter informes de atividades, notas sobre a vida escolar – entrada e saída de professores, licenças, concursos, provas, férias etc. Com a mudança no conteúdo do jornal, a temática social que já era pouco freqüente, desaparece. Por isso os jornais de 1927 em diante são um tanto quanto repetitivos e parecem seguir um roteiro.

É nesse contexto que surge o jornal *O Ensaio – é errando que se aprende*. Não se trata de um jornal dos alunos e sim de publicação editada pelo aluno do Curso

Comercial Raphael Chaparro no ano de 1930, que já tinha feito outros cursos na instituição e participava do Grêmio, além de ter sido premiado por João Penteado em 1928.

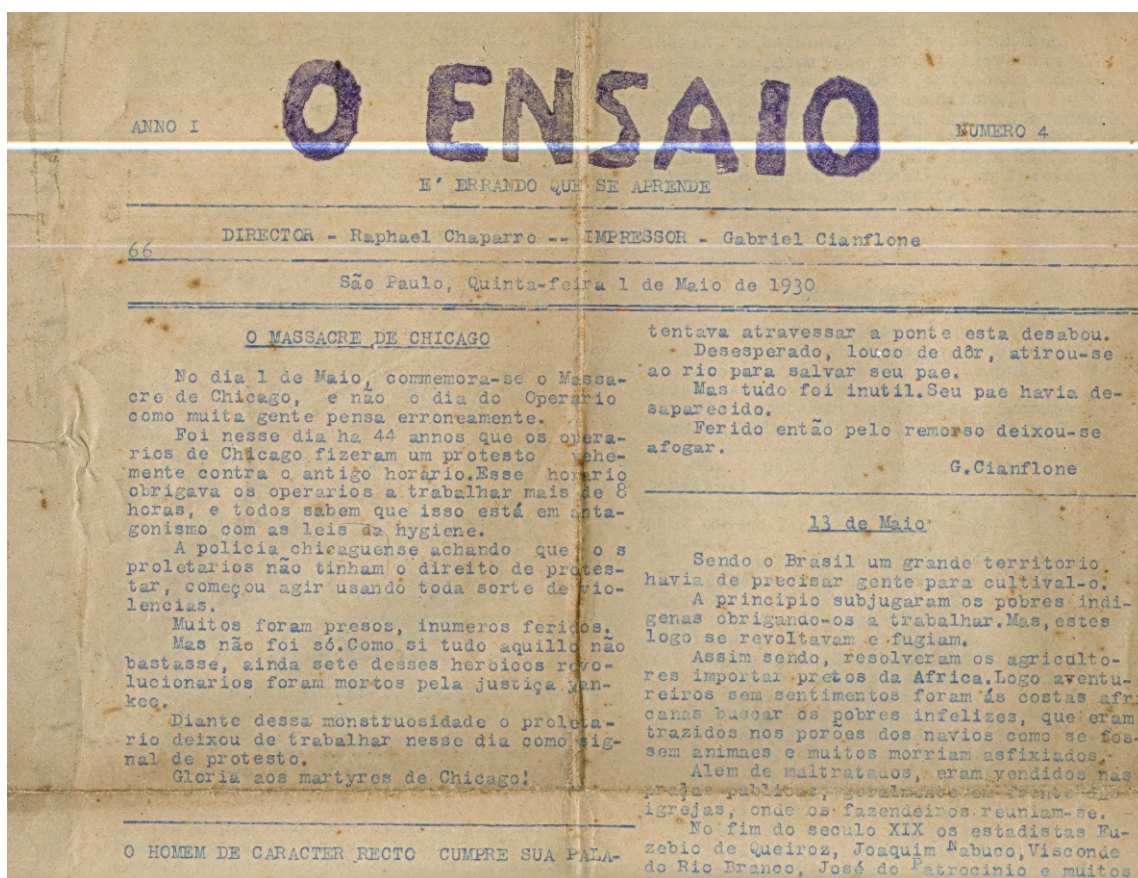


Figura 6 – O Ensaio – 01/05/1930

O jornal era bem parecido com O Início antes de 1926. Apresentava trechos de textos literários que tratavam de tabagismo, álcool, do universo do trabalho e alguns comentários sobre a cidade. A diferença está no fato de que ele não trazia informações sobre a escola e era composto apenas pelos textos.

O exemplar do mês de maio apresenta um interessante texto sobre o Primeiro de Maio, intitulado *O massacre de Chicago*

No dia 1 de maio, comemora-se o Massacre de Chicago, e não o dia do operário como muita gente pensa erroneamente.

Foi nesta data a 44 anos que os operários de Chicago fizeram um protesto vehemente contra o antigo horário. Esse horário obrigava os operários a trabalhar mais de 8 horas e todos sabem que isto esta

em antagonismo com as leis da higyene (...) Glória aos martyres de Chicago!(O Ensaio – 01/05/1930)

Durante o ano de 1930 foram publicadas pelo menos quatro edições. Se as mudanças ocorridas n'O Início poderiam evidenciar que não circulava mais na esfera escolar um discurso sobre os trabalhadores, por um viés de classe, O Ensaio dá indícios de que tais temas ainda eram presentes nesse ambiente, mesmo que não fossem mais expressos no jornal escolar.

\*\*\*

Mesmo quando as ligações com o movimento libertário parecem ter desaparecido existem alguns indícios, como é o caso da indicação de leitura do livro de Maria Lacerda Moura, *Religião do Amor e da beleza* na edição de julho de 1926, com o comentário de que “deve merecer atencção de todas as pessoas que se interessam pela cultura do espírito e da inteligência”.

A leitura dos jornais foi realizada no sentido de procurar caracterizar a instituição, entendendo que o ensino ministrado nos cursos comerciais pode ser compreendido não apenas pelo programa e pelas disciplinas que o compõe, mas pelas atividades extra-classe, nas quais os alunos participaram, como pela prática discursiva que circulava no ambiente escolar. Afinal, a experiência da escolarização não se apreende apenas pela experiência em sala de aula.

Deste modo, pode-se dizer que é no período da Academia de Comércio Saldanha Marinho que a escola consolida-se como instituição de curso comercial e ligada ao setor terciário – abrangendo os cursos de datilografia e de auxiliar de guarda-livros.

A análise de suas práticas nesse período evidencia que a formação do trabalhador não se limitava ao atendimento da demanda do mercado de trabalho, mas se mantinha ligada a princípios da educação integral, preocupando-se com uma educação atenta aos aspectos morais, que visava à autonomia e à solidariedade.

## **Considerações finais**

A análise dos jornais para o levantamento das práticas escolares realizadas nos distintos períodos da escola evidencia não somente a continuidade de traços da educação racionalista<sup>35</sup> nos períodos nos quais a instituição escolar já não se apresentava como instrumento do movimento anarquista, mas também os traços marcantes dos cursos profissionalizantes da instituição.

Os cursos para o trabalho tinham por objetivo a formação de mão-de-obra para o crescente mercado, entretanto, podemos afirmar que se caracterizaram por uma preocupação de que essa formação se efetivasse de maneira a se aproximar da educação integral, abarcando a formação intelectual, física e moral.

Tomando a Escola Moderna nº1 como parâmetro, encontramos nas escolas que lhe deram seqüência rupturas e continuidades, que se efetivaram em todas as esferas da prática, tanto no que concerne ao discurso como nas atividades e eventos destinados aos alunos. Uma experiência educacional marcada por estratégias e táticas, avanços e reveses.

Táticas, já que o poder de decisão sobre os métodos de ensino não pertencia mais somente à escola, entendendo que as instituições dirigidas por João Penteadó conseguiram valer-se das semelhanças discursivas entre a educação racionalista e o movimento escolanovista, semelhanças que imprimiram uma marca nos fazeres escolares da instituição. Estes apresentam-se, então, como resultado das formas encontradas para se apropriar de elementos do discurso dominante, mesclando-os com as finalidades das propostas iniciais da escola.

Estratégias, visto que a escola utilizou seu espaço para extravasar os objetivos de ministrar os conteúdos escolares e formar trabalhadores para o ensino comercial. A instituição demonstrou preocupação em envolver os familiares, fazendo com que o discurso escolar também os atingisse, e em usar seu espaço para difundir discursos voltados à solidariedade. Também em permanecer com a prática dos jornais escolares e prosseguir no estímulo à liberdade e à autonomia de pensamento.

---

<sup>35</sup> Como já apontado por outras pesquisas, por exemplo a de Olga Fregoni.

Avanços, pois em meio à repressão e à crise do início da década de 1920, a escola consegue sobreviver e dar continuidade à sua prática educacional. Nesse sentido, podemos destacar a criação do Grêmio, que, mesmo necessitando de persistência para existir por parte de João Penteado, constituiu-se num órgão dos próprios alunos.

Trajetória marcada também por reveses, uma vez que em diversos momentos houve a adoção de práticas contrárias às propostas iniciais, como os concursos e pomposas avaliações. O acirramento da fiscalização e do controle por parte do Estado igualmente representaram alterações nas práticas escolares.

Pelos discursos que circulavam nos jornais encontramos diversos elementos originários da educação libertária. Um deles é a visão positiva de ciência, que juntamente com o trabalho, era entendida como algo que proporcionaria o progresso das sociedades. Outro elemento de grande importância é o modo como é tratada a questão do trabalho, considerado mais do que a finalidade do ensino, como um caminho para a aprendizagem. As concepções de trabalho encontradas nos textos enfatizam a importância do trabalho de cada um, bem como a integração necessária para o funcionamento harmônico da sociedade, valores defendidos pelo movimento anarquista.

A leitura das práticas permite compreender como a escola foi “se fazendo”, adequando seu discurso e sua prática às possibilidades de atuação, condicionadas pelos sujeitos envolvidos – professores e alunos e pela relação estabelecida com os poderes constituídos. Como foi se apropriando do discurso educacional do período, como foi respondendo às necessidades de seus alunos e criando, com isso, uma educação diferenciada.

As semelhanças discursivas entre os dois modelos educacionais, afinal, possibilitavam que as práticas escolares fossem estrategicamente utilizadas tendo como finalidade não o trabalhador dócil e produtivo idealizado pelas classes dominantes, mas sim o trabalhador com uma formação moral, apegado aos valores de harmonia e solidariedade.

A experiência educacional da Escola Moderna nº1 constituiu-se como uma resposta do movimento anarquista às situações sociais e educacionais vividas pela classe operária. Suas propostas e métodos de ensino configuraram-se como a tradução de seus anseios e necessidades revolucionárias e sociais em formas culturais, nesse caso

específico, em práticas escolares. A escola adequou-se aos novos tempos inaugurados pela repressão ao anarquismo e pelas reformas educacionais escolanovistas, mas podemos afirmar que, por intermédio de João Penteadó, a crença na educação como ferramenta de transformação continuou a ser traduzida em práticas escolares, estimulando, através destas, valores ligados à família, à moral, ao livre pensamento e a um mundo mais solidário.

## Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz . **História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história.** Bauru (SP): Edusc, 2007.

ACCIOLY, Dóris. Anarquismo: Práticas Culturais como práticas pedagógicas. In: **Anais do VII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**, Buenos Aires:2007. CD-ROM

AZEVEDO, Raquel. **A resistência anarquista (Uma questão de identidade 1927-1937).** São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

AZEVEDO, Fernando de. **Educação na Encruzilhada (problemas e discussões).** São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BAKUNIN, Mikhail. **A Ciência e a Questão Vital da Revolução.** São Paulo: Imaginário/Faísca,2009.

BARLETA, Jacy Machado. **O lugar dos objetos no arquivo.**2005. Dissertação(Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Dissertação de mestrado FE-USP. 2005

BATALHA, Claudio H. M. **O Movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CALSAVARA, Tatiana da Silva. **Práticas da Educação Libertária no Brasil – A Experiência da Escola Moderna em São Paulo.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas escolares: as festas nas escolas públicas paulistanas (1890-1930).**2008.Dissertação(Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARONE, Edgar. **O movimento operário no Brasil (1877-1944).**São Paulo – Rio de Janeiro:Difel, 1979.

CARVALHO, Marta Chagas de Carvalho. **A Escola a República e outros ensaios.** Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2003.

CARVALHO, Jorge de Oliveira Carvalho. **ENSINO PROFISSIONAL PARA O SETOR TERCIÁRIO EM SÃO PAULO: a relação entre mercado de trabalho e ensino profissional pelos anúncios classificados do jornal O Estado de S.Paulo (1920-1930).** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

CERTEAU,Michel de. Teoria e Método no Estudo das Práticas Cotidianas. In: SZMERECSANYI, Maria Irene(Orgs).**Anais do Encontro: Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano.** São Paulo – FAU/USP:1985.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano : 1. artes de fazer.** Petrópolis.Vozes, 1994.

- CHAUI, Marilena. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro : CEDEC - Paz e Terra, 1985.
- CUEVAS NOA, Francisco José. **Anarquismo y educacion: la propuesta sociopolítica de la pedagogía libertária**. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã - o ensino superior da Colônia à Era de Vargas**. 3ª. Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, São Paulo: Editora da Unesp, 2007.
- DE DECCA. Edgar Salvadori. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história da educação. In: Xavier, Carvalho, Mendonça e Cunha (orgs). **Escola, Culturas e Saberes**. Editores FGV. 2005.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel. 1983.
- FERRER Y GUARDIA, Francisco. **La Escuela Moderna**. Barcelona: Ed. Zero, 1970.
- FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. 2008.
- FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem Pátria, Nem Patrão!** São Paulo: UNESP, 2004.
- FORTUNATO, Marinice da Silva. **Uma experiência educacional de auto-gestão: A Escola Moderna Nº 1 na sua Gênese**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. 1992.
- GALLO, Silvio. **Pedagogia do Risco: Experiências Anarquistas em Educação**. Campinas: Papyrus Editora, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia Libertária. Anarquistas, Anarquismos e Educação**. São Paulo/Manaus: Editora Imaginário/ Editora da UFAM, 2006.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. Reelaboração da didática e história Concreta. **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, abril de 1986.
- GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta teira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive (orgs), **500 anos de Educação No Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo :Thompson Learning, 2006.
- INFANTOSI, Ana Maria. **A escola na República Velha**. São Paulo: Edec, 1983.
- JOMINI, Regina Celia Mazoni. **Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha**. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1990.



JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KASSIC, Clovis Nicanor. Raízes da organização escolar (heterogestionária). In OLY PEY, Maria(org). **Esboço para uma história da escola no Brasil – algumas reflexões libertárias**. Editora Achiamé,2000.

KASSICK, Clovis Nicanor ; KASSICK, Neiva Beron . A contribuição do pensamento pedagógico libertário para a história da educação brasileira.In: **Revista Utopia Revista Anarquista de Cultura e Intervenção**, Lisboa - Portugal, v. I, n. 5, 1997.

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo. Roteiro de Libertação Social**. Editora Mundo Livre, s/d.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPREATO, Cristina da Silva Roquete. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

LUIZETTO, Flávio V. **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920**. Tese (Dissertação em História)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_ *Cultura e educação libertária no Brasil no início do século 20*. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, nº12, CEDES, 1982.

\_\_\_\_\_ **Utopias anarquistas**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.

MARTINS, Angela Maria Souza. A Educação Libertária na Primeira República. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demerval, NASCIMENTO, Isabel Moura (orgs). **Navegando pela história da educação brasileira – HISTEDBR**. Campinas:Unicamp. 2006. CD- Rom.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola : os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru: EDUSC/ Brasília: Inep, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O acervo documental escolar do educador anarquista João Penteado (1912-1961). A importância das fontes arquivísticas e museológicas para o estudo da educação brasileira. In:**Anais do VII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**, Buenos Aires: 2007. CD-ROM.

\_\_\_\_\_ CASALVARA, Tatiana e MARTINS, Ana Paula. **O Ensino Libertário e a relação Trabalho e Educação: algumas reflexões(s/d)**.

\_\_\_\_\_ **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873 – 1937)**. São Paulo: Editora EDUSF, 2003.

MONEGATTO, Karina Raimo Benassi. **Do artífice ao peão. A constituição e a quebra do reconhecimento do trabalhador na constituição civil.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORIYÓN, F. G. (Org.). **Educação Libertária.** Porto Alegre:Artes Médicas, 1989.

NAGLE,Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

NUNES Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. **Cadernos ANPED**, Caxambu, nº5, set,1993.

JACOB, Penteado. **Belenzinho,1910 (retratos de uma época).** 2ªed, São Paulo: Carrenho Editorial e Narrativa 1.

PEREIRA E SILVA, Josué. **Três discursos, uma sentença. Tempo e Trabalho em São Paulo (1906/1932).** São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 1996

PERES, Fernando. **Estratégias de aproximação : um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República.** Dissertação(Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PINHO, Adelino de. **Quem não trabalha não come.** São Paulo: Cooperativa Gráfica Popular,1920.

POLATO, Maurício Fonseca. **A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931).**2008.Dissertação(Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

PYCOSZ, Lausane Corrêa e TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *A higiene como tempo e lugar da educação do corpo – preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares no Paraná .* In:–**Actas do VII Congresso LUSOBRASILEIRO de História da Educação**, Universidade do Porto, Porto,2008.

QUELUZ, Gilson L.. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha.** Curitiba: CEFET-PR, 2001.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil (1890-1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RODRIGUES, Edgard. **O anarquismo na escola, no teatro e na poesia.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

\_\_\_\_\_ Trajetória do Anarquismo no Brasil. **Revista Remate de Males**,Campinas, nº5,1985.

\_\_\_\_\_ **Os libertários.** Rio de Janeiro, RJ: VJR Editores,1993.

\_\_\_\_\_ **Universo Ácrata**, volume 2. Florianópolis:Editora Insular. 1999.

ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori uma aventura anarquista**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002

SANTOS, JAILSON Alves. A Trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

SANTOS, Luciana Eliza dos. **A trajetória anarquista do educador João Penteadó: leituras sobre educação, cultura e sociedade**. 2007. Dissertação(Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário : trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOMASI, Tina. **Breviario de la educacion Libertaria**.Madri:1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_ **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar,1981.

\_\_\_\_\_ **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1, 2ª ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1897a.

\_\_\_\_\_ **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 2, 2ª ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987b.

\_\_\_\_\_ **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 3, 2ª ed.Rio de Janeiro:Paz e Terra. 1987c.

VALVERDE, Antonio José Romera. **Pedagogia libertária e autodidatismo**. Tese (Doutorado em Educação),Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

VIDAL, D.G., MORAES, C.S.V. (Org.). **O arquivo da escola e a memória escolar**. São Paulo: FEUSP/FAPESP, 2004. CD-ROM.

VIDAL, Diana. Escola nova e o processo educativo (1920-1930). In: LOPES, Eliane Marta teira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive (orgs), **500 anos de Educação No Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica,2000.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: LPM, 1981.

#### Documentos

Acervo João Penteadó – Centro de Memória da Educação – Faculdade de Educação - USP

A Plebe

A Lanterna

BRASIL. Decreto nº 1339, de 09/01/1905. Declara a Academia de Comércio do Rio de Janeiro instituição de utilidade pública. Disponível em [www.senado.gov.br/sicon](http://www.senado.gov.br/sicon) acessado em 17/08/2010

BRASIL. Decreto n.º 17.329, de 28/8/1926. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Disponível em [www.senado.gov.br/sicon](http://www.senado.gov.br/sicon) acessado em 17/08/2010

BRASIL. Decreto n.º 4.724-A, de 23/8/1923. Equipara os diplomas da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições, aos da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em [www.senado.gov.br/sicon](http://www.senado.gov.br/sicon) acessado em 17/08/2010.

BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30/06/1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em [www.senado.gov.br/sicon](http://www.senado.gov.br/sicon) acessado em 17/08/2010.

BRASIL. Decreto nº 7566 de 23/09/1909. Cria nas capitais dos Estados Escolas de Aprendizes Artífices, para ensino profissional primário e gratuito. Disponível em [www.senado.gov.br/sicon](http://www.senado.gov.br/sicon) acessado em 17/08/2010.

BRASIL. Decreto nº 155b de 14/01/1890. Declara os dias de festa nacional. Disponível em [www.senado.gov.br/sicon](http://www.senado.gov.br/sicon) acessado em 17/08/2010.